

edp distribuição

ENERGY
WITH
INTELLIGENCE

RELATÓRIO E CONTAS
2015

índice

05 MENSAGEM DO PRESIDENTE

A EMPRESA

11 A VISÃO DA EDP DISTRIBUIÇÃO
12 ORGANIZAÇÃO
14 PRINCIPAIS INDICADORES DA ATIVIDADE
15 PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

ESTRATÉGIA

21 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
21 ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO
22 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E REGULATÓRIO
24 2015 EM REVISTA
26 PERSPETIVAS PARA 2016

DESEMPENHO

31 PRINCIPAIS INICIATIVAS EM 2015
35 ECONÓMICO
57 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
59 STAKEHOLDERS
64 INOVAÇÃO
66 FACTOS RELEVANTES DECORRIDOS APÓS O EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

71 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
72 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
73 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
74 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
75 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
76 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

ANEXOS

131 ANEXO I NOTA FINAL
132 ANEXO II BIOGRAFIA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
133 ANEXO III INSTRUMENTOS FINANCEIROS DETIDOS POR TITULARES
DE ÓRGÃO DE GESTÃO DA EDP DISTRIBUIÇÃO
135 ANEXO IV PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
135 ANEXO V RISCOS E INCERTEZAS ASSOCIADOS À ATIVIDADE
136 ANEXO VI RELATÓRIO E PARECER FISCAL ÚNICO
138 ANEXO VII CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
140 ANEXO VIII EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL



ENERGY WITH INTELLIGENCE

**RELATÓRIO
E CONTAS
2015**



Linhas que abrem novos horizontes

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

/// JOÃO JOSÉ
SARAIVA TORRES
PRESIDENTE
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Estimados Stakeholders,

O ano que agora termina foi um ano marcante no percurso da EDP Distribuição, onde se tem vindo a afirmar como um dos operadores de redes de distribuição mais eficientes e inovadores da Europa. Em 2015 teve também início o novo período regulatório 2015-2017, pautado pelo habitual aumento de exigência da regulação. A agenda de 2015 foi dominada por um sentimento de transição, onde uma operação de excelência conviveu com a vontade de fazer melhor, e reinventar a atividade de distribuição de energia elétrica.

A operação de excelência foi patente a nível nacional com o melhor desempenho de sempre da rede de distribuição nacional em termos de fiabilidade (54 minutos de tempo de interrupção equivalente). Também se manifestou numa melhoria expressiva das perdas de energia na rede, que reduziram 154 GWh, para 9,77% da energia distribuída.

Estes resultados são o reflexo de um esforço continuado de melhoria da rede, para o qual contribuíram 308 milhões de euros de investimento em 2015, que permitiram um reforço em mais de 200 MVA da potência de transformação em zonas críticas da rede, a construção de mais de cerca de 500 km de rede de Média e Alta Tensão, e a aceleração da automação no comando da rede, entre outras realizações. Neste período foi também concluído o concurso público para renovação do contrato quadro "Empreitada Contínua" para os próximos 3 anos, com poupanças relevantes na base de custos operacionais da empresa e melhorias significativas no modelo relacional com estes parceiros de negócio.

O sentimento de transição e de lançamento das bases para uma nova forma de operar as redes de distribuição foi vivido de forma muito intensa em 3 dimensões: Redes Inteligentes, Sistemas de Informação e Capital Humano.

Em 2015 as Redes Inteligentes na EDP Distribuição evoluíram de testes e pilotos localizados, para passar a fazer parte integrante da operação alargada da empresa. Em 2015 foram instalados 145 mil contadores inteligentes e 4.700 controladores de transformadores de distribuição (DTC). Também foi concluída a operação de instalação de telecontagem em todos os postos de transformação e na vasta maioria dos circuitos de iluminação pública. Estes ativos, explorados de forma integrada, permitem um nível de visibilidade e controlo da rede de distribuição sem precedentes.

Uma mudança tão profunda na forma de operar a rede implica inevitavelmente novos requisitos para os Sistemas de Informação. A EDP Distribuição está a aproveitar este momento de transição para repensar a sua arquitetura de sistemas, e assegurar que os seus sistemas permitem capturar todo o potencial dos novos equipamentos. Neste sentido, foram lançados projetos de substituição e reformulação dos sistemas de Gestão de Energia, Comerciais e de Gestão de Ativos. Esta jornada de substituição de sistema deverá prolongar-se até ao final de 2018.

Nada se faria ao nível das Redes Inteligentes e dos Sistemas de Informação, se o Capital Humano não estivesse preparado e motivado para levar a cabo estas transições. Também a este nível 2015 foi ano determinante, marcado pela primeira vaga de contratação de quadros técnicos (associada ao novo ACT), pelo reforço das competências da empresa em áreas analíticas e de sistemas de informação e pela continuada aposta no desenvolvimento profissional das novas lideranças. Todo este processo ocorreu no habitual clima de grande envolvimento e cooperação que caracteriza os quadros da EDP Distribuição.

O ano de 2015 também foi marcado pelo reconhecimento externo do esforço de melhoria contínua da EDP Distribuição. A EDP Distribuição tornou-se a primeira distribuidora na Península Ibérica, e numa das primeiras empresas europeias, a obter a certificação em termos de "Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio". No mesmo período, foi também distinguida com a certificação (norma NP 4457) do seu Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

Os factos aqui partilhados são apenas uma pequena parte de todo o trabalho realizado pelos mais de 3.000 trabalhadores da EDP Distribuição e seus prestadores de serviço, mas servem para atestar a razão do meu otimismo em relação à capacidade da EDP Distribuição para superar com distinção os grandes desafios que o futuro lhe coloca.

Sinceros cumprimentos,



edp distribuição

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

índice

1. A EMPRESA

- 11 A VISÃO DA EDP DISTRIBUIÇÃO
- 12 ORGANIZAÇÃO
- 14 PRINCIPAIS INDICADORES DA ATIVIDADE
- 15 PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS



ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



A energia que gera a civilização

**ENERGY
WITH
INTELLIGENCE**

RELATÓRIO
DE CONTAS
2015

01. A EMPRESA

visão

Ser o operador líder de redes de distribuição de eletricidade a nível ibérico e uma referência a nível europeu, reconhecido:

.....

III ACIONISTA

PELA SUA CAPACIDADE DE
GERAR UM RETORNO ATRATIVO
DO INVESTIMENTO A RISCOS
CONTROLADOS

.....

III CLIENTES

PELA EXCELÊNCIA DA SUA
QUALIDADE DE SERVIÇO E DA SUA
CAPACIDADE DE RELACIONAMENTO
COM OS CLIENTES

.....

III COLABORADORES

PELA ELEVADA COMPETÊNCIA
E NÍVEL DE MOTIVAÇÃO DAS
SUAS PESSOAS

.....

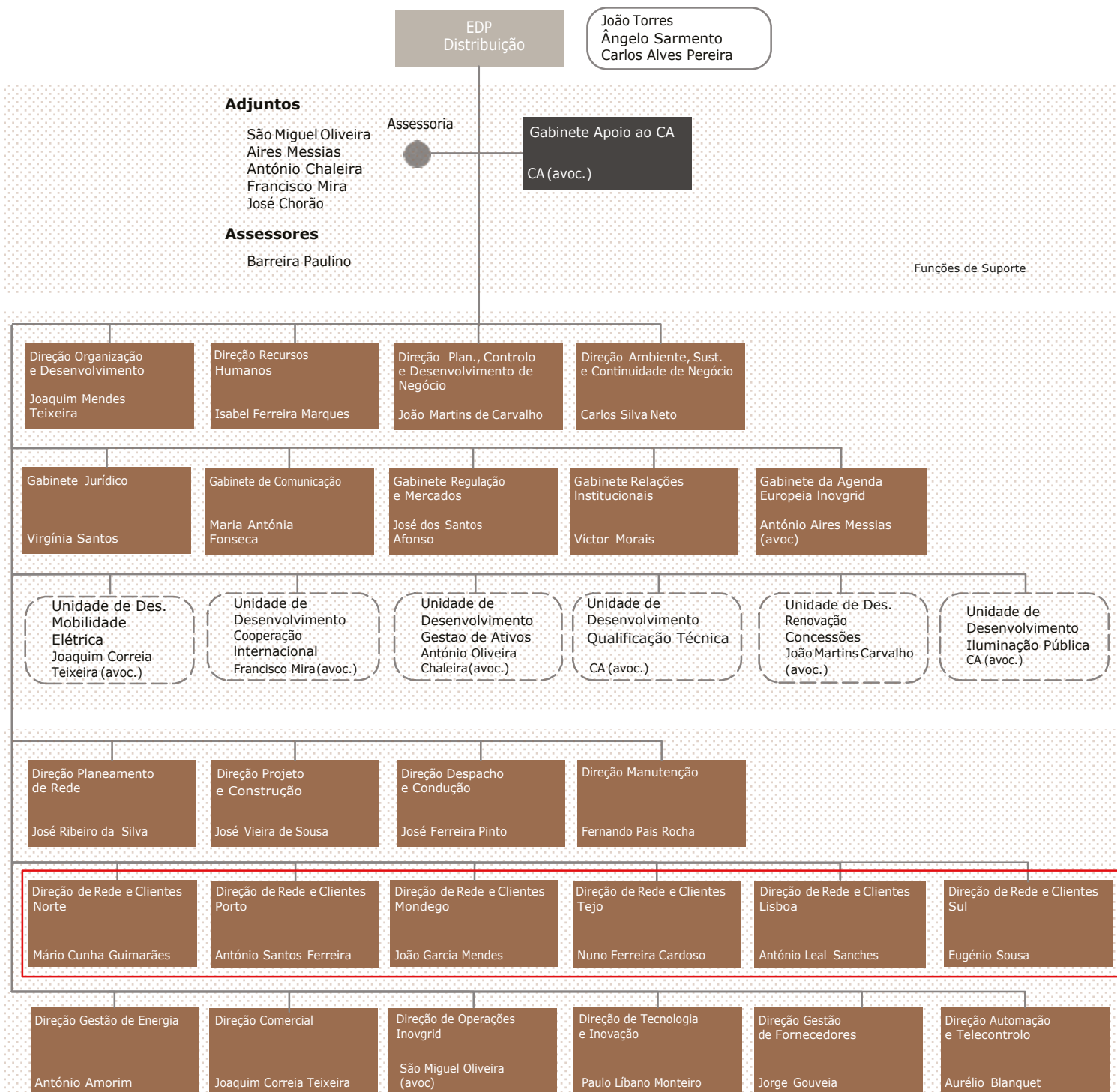
III MEIO ENVOLVENTE

PELAS SUAS POLÍTICAS
TRANSPARENTES DE
SUSTENTABILIDADE E
RESPONSABILIDADE SOCIAL

.....

1.2 ORGANIZAÇÃO

1.2.1 ESTRUTURA ORGANIZATIVA



1.2.2 ÓRGÃO SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Maria Teresa Isabel Pereira
Presidente

Joana Monteiro Dinis
Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João José Saraiva Torres
Presidente

Ângelo Manuel de Melo Sarmento
Administrador

Carlos Alves Pereira
Administrador

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

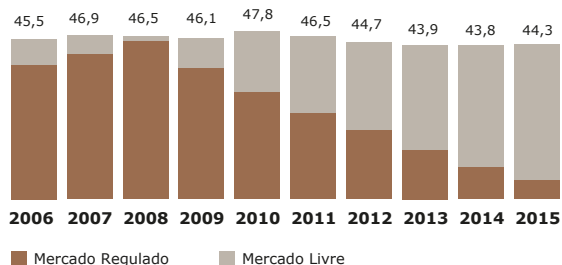
ROC Efetivo: KPMG & Associados – SROC, S.A.,
representada por Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

ROC Suplente: Susana de Macedo Melim de Abreu Lopes

1.3 PRINCIPAIS INDICADORES DA ATIVIDADE

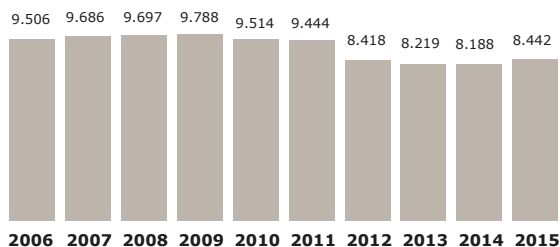
EVOLUÇÃO DA ENERGIA DISTRIBUÍDA

TWh



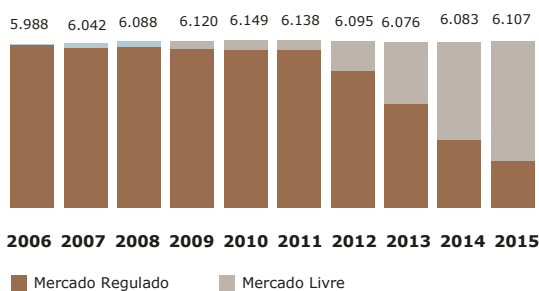
EVOLUÇÃO DA PONTA SÍNCRONA

MW



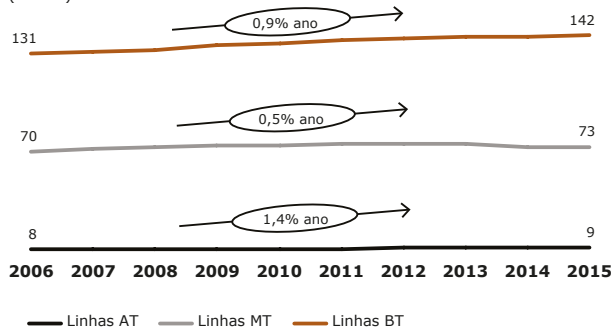
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

Milhares



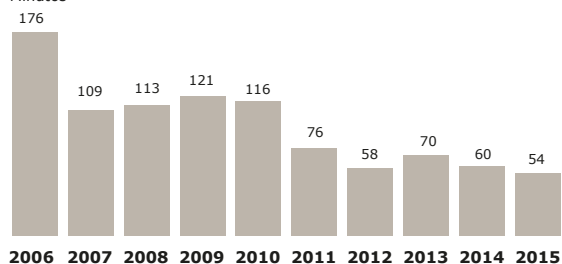
EVOLUÇÃO DAS LINHAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

(Mil Km)



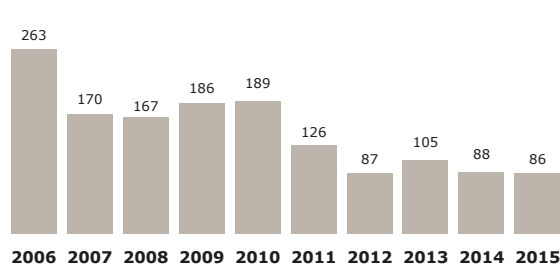
TIEPI MT – TEMPO DE INTERRUÇÃO EQUIVALENTE DA POTÊNCIA INSTALADA EM MÉDIA TENSÃO

Minutos



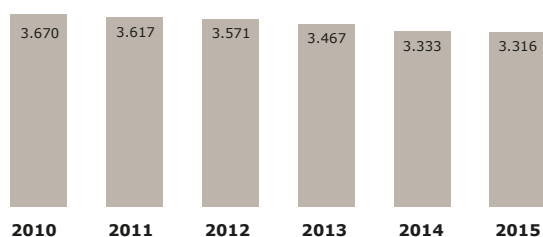
SAIDI MT – DURAÇÃO DAS INTERRUÇÕES

Minutos

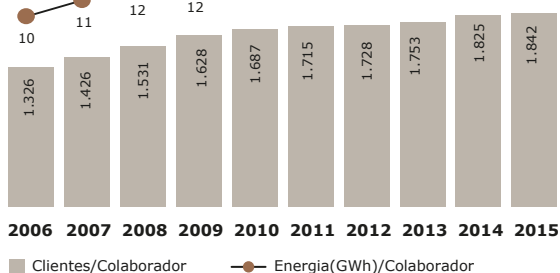


* Não inclui eventos extraordinários

COLABORADORES EM EXERCÍCIO



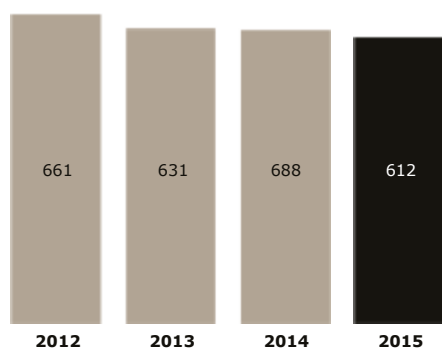
CLIENTES/COLABORADOR E ENERGIA/COLABORADOR



1.4 PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

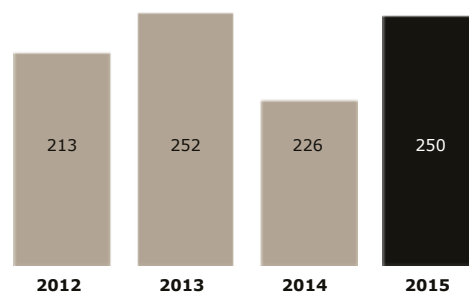
RESULTADOS OPERACIONAIS BRUTOS

Milhões de euros



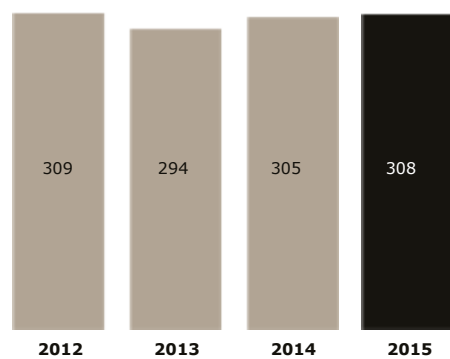
RESULTADO LÍQUIDO

Milhões de euros



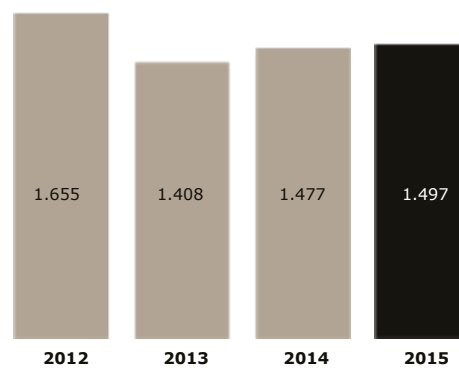
INVESTIMENTO OPERACIONAL

Milhões de euros



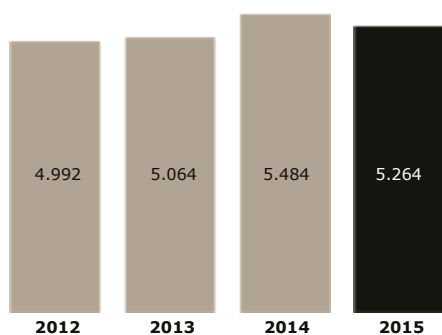
DÍVIDA LÍQUIDA

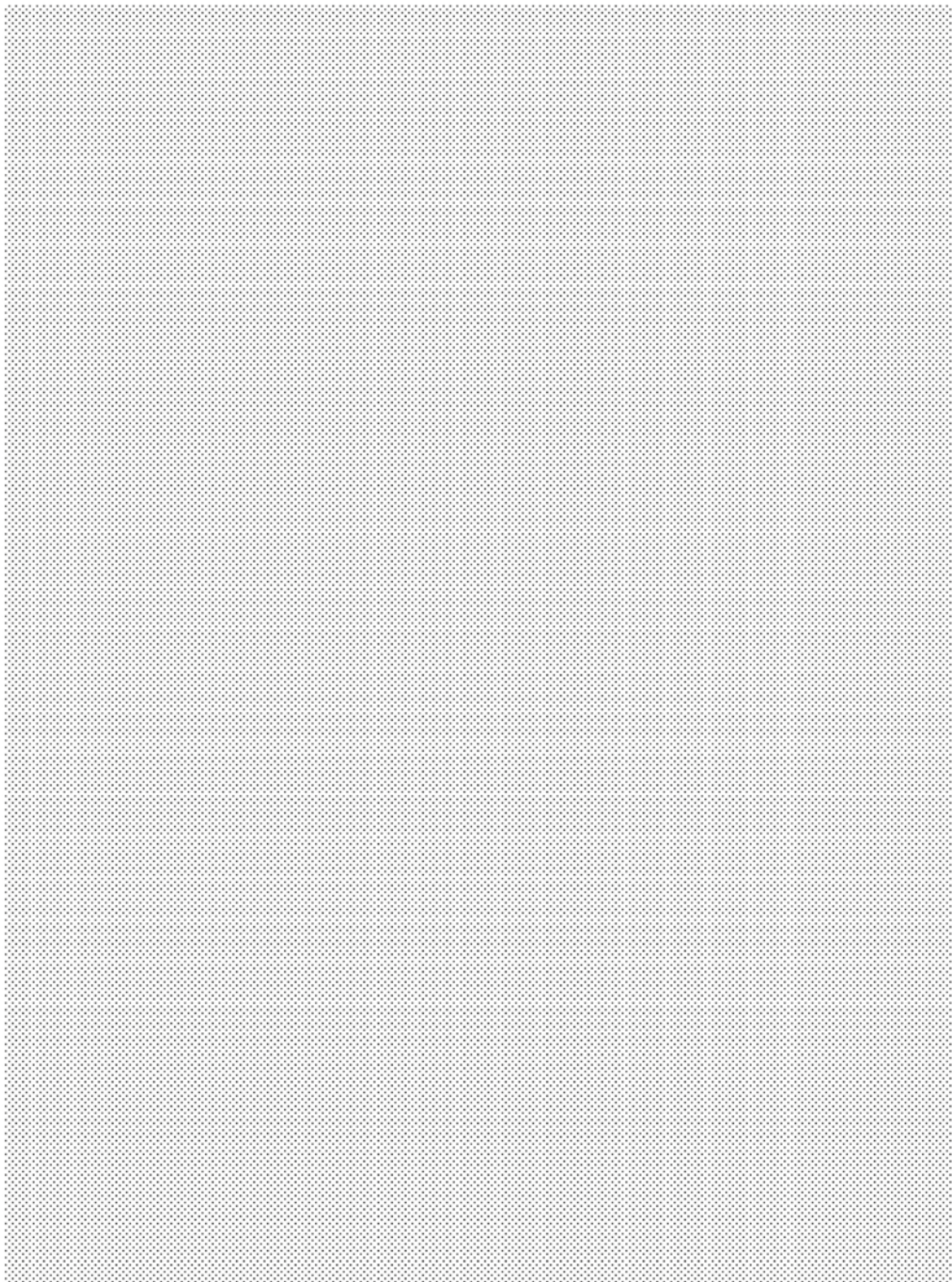
Milhões de euros



ATIVO

Milhões de euros





edp distribuição

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

índice

2. ESTRATÉGIA

- 21 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
- 21 ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO
- 22 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E REGULATÓRIO
- 24 2015 EM REVISTA
- 26 PERSPETIVAS PARA 2016



**ENERGY
WITH
INTELLIGENCE**

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



Geometria de uma energia inesgotável

ENERGY WITH INTELLIGENCE

**RELATÓRIO
E CONTAS
2015**

02. ESTRATÉGIA

2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa registou em 2015 o nível de crescimento mais elevado dos últimos quatro anos, dando assim continuidade ao processo de recuperação iniciado em 2014. Tendo em conta que o investimento desacelerou face ao ano anterior, o crescimento do PIB, que se cifrou em 1,5%, terá sido essencialmente suportado pela aceleração do consumo privado e pela robustez das exportações, que beneficiaram da solidez da procura dos países do espaço europeu e da depreciação efetiva do euro. Indiretamente, a atividade económica terá ainda beneficiado dos efeitos das reformas estruturais implementadas durante o programa de ajustamento.

Em 2015, a taxa de inflação média anual em Portugal foi 0,5%, o valor mais elevado dos últimos três anos. O aumento dos preços – apesar de modesto – resultou da evolução da componente não energética, uma vez que os preços da energia registaram uma queda, na sequência da forte redução do preço do petróleo.

2.2 ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO

O setor elétrico em Portugal pode ser dividido em quatro atividades principais: Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização. A Produção e a Comercialização operam em regime de mercado, mantendo-se apenas a figura de comercializador regulado para os clientes de Baixa Tensão Normal (BTN). O Transporte e a Distribuição são operados num regime de concessões. A concessão de Transporte (Muito Alta Tensão) é explorada pela REN. A EDP Distribuição é a empresa responsável pela distribuição de eletricidade em Portugal, fazendo a ponte entre a REN e os comercializadores. Para exercer a sua atividade a EDP Distribuição detém:

- Concessão nacional da distribuição de eletricidade em Alta Tensão (AT) / Média Tensão (MT), renovada por 35 anos em 2009;
- Concessão para distribuição de eletricidade em Baixa Tensão. Atribuídas por cada município, com duração de aproximadamente 20 anos, mas com momentos de renovação diversos.

O negócio de distribuição de energia elétrica contempla essencialmente três tipos de atividades:

- Garantir o abastecimento de eletricidade: escoar a energia dos produtores e abastecer os clientes do comercializador, cumprindo os objetivos regulatórios em termos de qualidade de energia, número e duração das interrupções de energia; repor o fornecimento em caso de avarias na rede;
- Garantir a expansão e a fiabilidade da rede: planejar, desenvolver, operar e manter a rede de distribuição; efetuar ligações à rede de distribuição de clientes e de produtores;
- Fornecer serviços aos comercializadores: mudanças de comercializador (*switching*), cortes, alterações de potência, leituras, entre outros.

A remuneração da atividade de distribuição é definida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) para períodos regulatórios de 3 anos. De forma simplificada, a remuneração da EDP Distribuição pode ser dividida em 3 parcelas:

- Recuperação de custos não controláveis: custos não passíveis de ser alterados por intervenção da EDP Distribuição;
- Recuperação de custos controláveis: custos em relação aos quais o Regulador entende existir alguma possibilidade de otimização por parte da EDP Distribuição e que podem ou não ser aceites na totalidade pelo regulador, normalmente sujeitos a metas de eficiência;
- Amortização e Remuneração do ativo regulatório: compensação pelo investimento realizado em ativos regulatórios, acrescidos de uma remuneração indexada às OTs da República Portuguesa a 10 anos.

O valor resultante da soma destas parcelas representa a totalidade de proveitos da EDP Distribuição, que é posteriormente convertido numa tarifa de uso de redes de distribuição (URD).

Adicionalmente à remuneração da sua operação, a EDP Distribuição pode também ser alvo de incentivos ou penalizações, em função do seu desempenho a nível de disponibilidade da rede e perdas.

Para além de desempenhar as suas obrigações com excelência, a EDP Distribuição também reconhece o seu papel como agente facilitador do desenvolvimento do setor elétrico e da relação dos clientes com o consumo de energia. Nesse sentido, a Empresa tem sido o promotor (ou participante ativo) de várias iniciativas, como p.ex.: a implementação na rede de carregamento de veículos elétricos, a implementação de redes inteligentes e a promoção de pilotos de eficiência energética na iluminação pública, entre outros.

2.3 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E REGULATÓRIO

No ano de 2015 registou-se a aprovação de nova legislação no âmbito do Setor Elétrico. Destacam-se em seguida os diplomas e regulamentos mais relevantes com impacto na atividade da EDP Distribuição.

2.3.1 LEGISLAÇÃO COM IMPACTE NA ATIVIDADE DA EMPRESA

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Código do Procedimento Administrativo tem impacto na atividade da EDP Distribuição na medida em que lhe é aplicável diretamente em alguns aspetos da atividade enquanto concessionária de serviço público, bem como na relação com as entidades públicas, nomeadamente no âmbito de licenciamento e intervenções em domínio público ou em áreas com gestão de entidades públicas.

ESTATUTO DAS ESTRADAS DA REDE RODOVIÁRIA NACIONAL

O novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional estabelece novas regras nesta matéria com forte impacto na atividade de distribuição de eletricidade, nomeadamente quanto à obrigação de pagamento de taxas pelo licenciamento e ocupação das áreas que integram o domínio rodoviário na execução de obras de construção e manutenção de infraestruturas elétricas, bem como pela utilização das mesmas áreas com as infraestruturas em exploração.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRODUÇÃO EM COGERAÇÃO

Os impactos deste diploma revelam-se no âmbito da eficiência energética na atividade da EDP Distribuição, enquanto consumidor energético intensivo, nomeadamente ao nível da frota automóvel e dos edifícios, e no âmbito da produção em cogeração no seu relacionamento com os produtores que se pretendam ligar às redes de distribuição ou cujas instalações se encontrem ligadas às mesmas redes.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO (CESE)

A Lei n.º 33/2015, de 27 de abril, procedeu à segunda alteração ao regime que cria a contribuição extraordinária sobre o setor energético, aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

MOBILIDADE ELÉTRICA

O Despacho n.º 6826/2015, 18 de junho, determina que a atividade da entidade gestora da rede de mobilidade elétrica continue a ser assegurada pela sociedade Mobi.E, S. A., até 12 de junho de 2018, renovável por períodos mínimos de um ano.

O Despacho n.º 8809/2015, de 10 de agosto, que determina o seguinte:

- A aprovação e divulgação do Plano de Ação para a Mobilidade Elétrica (Anexo I);
- A realocização dos pontos de carregamento normal nas localizações indicadas no “Estudo de localização — pontos de carregamento normal” a publicar no sítio da Direção Geral de Energia e Geologia;
- A instalação pelo consórcio Mobi.E dos pontos de carregamento rápido e dos pontos de carregamento normal nas localizações indicadas no Anexo II, definidas com base no “Estudo de localização — pontos de carregamento normal” e no “Estudo de localização — Pontos de carregamento rápido” a publicar no sítio da Direção Geral de Energia e Geologia;
- A transmissão temporária da titularidade dos referidos pontos de carregamento da rede piloto da mobilidade elétrica que se encontrem instalados e dos restantes pontos, após a sua instalação, para a entidade gestora da rede de mobilidade elétrica, com vista à obtenção do financiamento necessário para a manutenção dos mesmos, e consequente transmissão aos Municípios onde se encontram localizados pontos de carregamento, mediante contrato a aprovar pelo membro do Governo responsável pela área da energia, na medida em que estes assumam, direta ou indiretamente, a responsabilidade da sua operação e manutenção e as posições contratuais e obrigações que impendem sobre o consórcio Mobi.E, sucedendo a este no contrato.

2.3.2 REGULAMENTAÇÃO COM IMPACTE, NA ATIVIDADE DA EMPRESA

REGULAMENTO DA MOBILIDADE ELÉTRICA

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho, a ERSE submeteu a Consulta Pública uma proposta de alteração do Regulamento da Mobilidade Elétrica (RME) de modo a concretizar diversas disposições deste diploma legal, designadamente os fluxos físicos e financeiros a estabelecer entre as diversas entidades intervenientes e as tarifas a suportar pelos Comercializadores de Eletricidade para a Mobilidade Elétrica (CEME) e Operadores de Pontos de Carregamento (OPC). O RME estabelece igualmente o modelo de regulação da Entidade Gestora da Rede de Mobilidade Elétrica (EGME).

A Consulta Pública decorreu entre 26 de junho e 8 de agosto, tendo o RME sido aprovado no final de novembro de 2015.

GUIA DE MEDIÇÃO, LEITURA E DISPONIBILIDADE DE DADOS

Através da Diretiva n.º 14/2015, de 7 de agosto, a ERSE aprovou um novo Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados (GMLDD).

Conforme referido nos Documentos de Consulta da ERSE, a alteração do GMLDD foi motivada, entre outras razões, pela revisão regulamentar de 2014, pela publicação do Decreto-Lei n.º 90/2014, de 22 de julho, relativo à mobilidade elétrica, e pela publicação do Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro, que estabeleceu o regime jurídico da pequena produção e do autoconsumo.

O novo GMLDD vem regulamentar um conjunto de matérias muito relevantes para a EDP Distribuição, designadamente o desvio do relógio dos contadores multi-tarifa, a informação e aviso prévio sobre atuações nos contadores, a disponibilização de dados em BT, a correção de anomalias, os procedimentos fraudulentos e a conservação dos dados.

O novo GMLDD tem impactos significativos ao nível dos sistemas de informação e do desenho de diversos procedimentos seguidos na atividade de medição de energia elétrica.

2.4 2015 EM REVISTA

EVENTOS E INICIATIVAS

EXPOSIÇÕES INOVGRID - ALCOCHETE E PONTE DE LIMA

Foram inauguradas no dia 4 de maio, em Alcochete, duas exposições que resultam de uma parceria entre a EDP Distribuição, a Fundação EDP e a Câmara Municipal. Realizadas no âmbito da implementação do Projeto Inovgrid em Alcochete, a história do caminho percorrido pela eletricidade no concelho e o papel que os alcochetanos desempenharam na laboração da Central Tejo são os temas dessas exposições.

Foi inaugurada no dia 26 de junho, no Arquivo Municipal de Ponte de Lima, a exposição: "A noite pelo dia: Uma história feita de luz". Conta a história da introdução da energia elétrica no concelho, um acontecimento que mudou o mundo e a vida, constituindo-se como um fundamento e um motor da modernidade.

ARTE URBANA NA REDE

A EDP Distribuição identificou, no território continental português, instalações e equipamentos da empresa que, sem colocar em causa a segurança de pessoas e bens, poderiam ter uma intervenção artística que alterasse positivamente a paisagem urbana.

EDP DISTRIBUIÇÃO PARTICIPA NA CONFERÊNCIA GE EMEAI FRANKFURT 2015

A GE Digital Energy realiza uma conferência anual para parceiros e clientes de produtos smallworld. Este ano a conferência decorreu entre os dias 9 e 11 de junho em Frankfurt e, uma vez mais, este evento permitiu contactar com as mais recentes soluções baseadas em produtos da GE. Este evento é um barómetro que permite perceber quais as próximas tendências em termos de tecnologia.



EDP DISTRIBUIÇÃO PARTICIPA NA INICIATIVA "EM LISBOA DE CARRO ELÉTRICO"

A EDP Distribuição associou-se à Câmara Municipal de Lisboa neste evento. O objetivo desta iniciativa é promover a utilização de Veículos Elétricos, informar acerca das suas vantagens e desmistificar questões sobre a autonomia e formas de carregamento.

EDP DISTRIBUIÇÃO E D. DINIS BUSINESS SCHOOL ASSINAM PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

A EDP Distribuição e a D. Dinis Business School - um projeto que tem como fundadores promotores a NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria), o Instituto Politécnico de Leiria, a AMLEI (Associação de Municípios da Região de Leiria), a ACILIS (Associação Comercial e Industrial de Leiria, Batalha e Porto de Mós) e a Fundação Caixa Agrícola de Leiria - assinaram um protocolo de cooperação para em conjunto desenvolverem ações de formação - as Business Lessons, destinadas aos empresários e executivos do setor empresarial da região Centro.

BRAGA RECEBEU O FÓRUM INTERNACIONAL DAS COMUNIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

Realizou-se, entre 16 e 19 de abril, o encontro que promoveu as ações desenvolvidas e valores comuns aos parceiros das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis, que potenciam os fatores chave de competitividade e consolidam a coesão social e territorial.

DIA DA CRIANÇA E NATAL NO ZOO

A EDP Distribuição celebrou o Dia da Criança com várias iniciativas no Jardim Zoológico de Lisboa, proporcionando a várias crianças um dia inesquecível.

Nos dias 5 e 9 de dezembro, o Pai Natal chegou ao Zoo de Lisboa, numa parceria que já dura há 20 anos. A EDP Distribuição trouxe a energia ao Natal dos mais pequenos.

PATROCÍNIO RUNNING WONDERS CORRIDA MONUMENTAL ÉVORA

A iniciativa, que decorreu no dia 22 de novembro, fechou o ciclo de maratonas da Running Wonders, um circuito global de meias maratonas em Patrimónios Mundiais, do qual a EDP é a principal patrocinadora e que, além de Évora, incluiu o Douro, Dão, Coimbra e Guimarães.

NATURA 2000 AWARD CEREMONY 2015

A Comissão Europeia lançou o Prémio Natura 2000 para celebrar e promover as melhores práticas para a conservação da natureza na Europa. No dia 21 de maio, teve lugar no Berlaymont Building, edifício da Comissão Europeia em Bruxelas, a cerimónia para apresentação e entrega dos Prémios Natura 2000 de 2015. Das 93 candidaturas, a iniciativa da LPN (Liga para a Proteção da Natureza) e da EDP Distribuição ficou nas 6 finalistas, na categoria Conservação, tendo a parceria sido felicitada e distinguida com um Certificado de Finalista como reconhecimento e apreço do trabalho desenvolvido no âmbito da conservação da biodiversidade.



CIRED WORKSHOP 2015

O CIRED é o Fórum de referência global da Distribuição de Eletricidade, juntando os principais responsáveis mundiais do setor. O último Workshop teve lugar em França, onde a EDP Distribuição teve oportunidade de mostrar e acompanhar alguns dos desenvolvimentos mais recentes do setor.

MARCOS RELEVANTES PARA O NEGÓCIO

EDP DISTRIBUIÇÃO MEMBRO FUNDADOR DO EE-ISAC

A EDP Distribuição junta-se à Alliander, ENEL, EVN e outros parceiros da Indústria e Universidades, como membro fundador do EE-ISAC (European Energy - Information Sharing and Analysis Centre). O EE-ISAC é uma iniciativa concertada do setor da Smart Energy, que junta Operadores do Sistema Elétrico (DSO e TSO), entidades especializadas em Cibersegurança, fabricantes e Universidades, para uma colaboração a nível Internacional focada na segurança e resiliência da infraestrutura energética Europeia face a ataques informáticos. Constitui-se como um centro de competência e de partilha de informação e eventos de Cibersegurança.



EDP DISTRIBUIÇÃO ASSEGURA ABASTECIMENTO DE ENERGIA À ILHA BERLENGA

A EDP Distribuição assegura abastecimento de energia à Ilha Berlenga e efetua substituição de ativos com recurso a transporte aéreo. Para esta campanha, foram transportados 14 mil litros de combustível que vão alimentar os três grupos geradores o que permitirá regular o funcionamento das unidades turísticas instaladas na ilha e as cerca de três dezenas de casas abrigos ali existentes.

JOÃO TORRES REELEITO COMO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA EDSO FOR SMART GRIDS

João Torres, Presidente do Conselho de Administração da EDP Distribuição, foi reeleito Presidente da EDSO for Smart Grids, associação que representa os interesses das empresas de distribuição de eletricidade a nível europeu. A associação integra, atualmente, 30 empresas, responsáveis pelo fornecimento de energia a mais de 75% dos consumidores europeus.

APROVAÇÃO DO PDIRD 2015-2019

O PDIRD 2015-2019 mereceu a aprovação do membro do Governo responsável pela área de energia em abril de 2015, estando a EDP Distribuição a proceder à implementação da estratégia de investimentos na Rede Nacional de Distribuição descrita nesse Plano.

AUDITORIA DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL 2015

O Sistema de Gestão Ambiental da EDP Distribuição encontra-se certificado pela Norma NP EN ISO 14001 desde abril de 2009. Foi realizada pela Lloyd's entre os dias 17 e 27 de março a Auditoria de Renovação correspondente ao segundo ciclo de certificação (2012 - 2015).

MELHORIA DA CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

A eficiência energética também se faz dentro da Empresa. Nesse âmbito, para que seja possível atingir os níveis mais elevados da classificação, foram instaladas unidades de geração de energia com base em fontes renováveis exclusivamente para autoconsumo nos edifícios de Tavira, Leiria e Coimbra.

ÁREA OPERACIONAL CALDAS DA RAINHA CERTIFICADA

A Área Operacional Caldas da Rainha é a primeira AO da EDP Distribuição a integrar o processo de certificação do Sistema de Gestão Ambiental atribuído pela Lloyd's.

EDP DISTRIBUIÇÃO OBTÉM CERTIFICAÇÃO EM CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

A EDP Distribuição obteve a certificação do seu Sistema de Gestão de Continuidade do Negócio (SGCN) segundo a Norma Internacional ISO 22301:2012 de Continuidade de Negócio, posicionando-se como líder na Ibéria e uma referência Europeia nesta matéria.



EDP ESTABELECE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A AQTSE, A ANQEP E O IEFP

Foi assinado, no dia 8 de julho, um Protocolo de Colaboração e Cooperação entre a AQTSE – Associação para a Qualificação Técnica do Setor Energético, a ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional. Com este Protocolo, estas entidades comprometem-se a estabelecer um quadro de colaboração com vista à promoção da formação profissional e de estágios profissionais em função das necessidades identificadas no setor energético. Neste quadro de colaboração assume particular significado a aposta na qualificação dos profissionais do referido setor económico, como meio de afirmação de uma estratégia sustentável de crescimento económico, coesão social e dignificação do setor.

EDP DISTRIBUIÇÃO REÚNE COM TODOS OS COMERCIALIZADORES

A EDP Distribuição, na dupla função de operador da rede de distribuição em Alta, Média e Baixa Tensão e de gestor do processo de mudança de comercializador, recebeu no dia 16 de dezembro, no Museu de Eletricidade, todos os Comercializadores de energia elétrica, não só os que já se encontram a operar em Portugal Continental, mas também aqueles que estão a iniciar a atividade como comercializador.

2.5 PERSPETIVAS PARA 2016

A EDP Distribuição irá pautar a sua atuação de acordo com as prioridades estratégicas definidas para o período regulatório 2015-2017, concretamente, (i) o risco controlado e a qualidade excelente, (ii) a eficiência superior e (iii) a inovação e a evolução sustentada.

O ano 2016 irá ser marcado por um diálogo constante e pró-ativo com o regulador, de forma a assegurar as condições regulatórias necessárias para o desenvolvimento sustentado da empresa. Adicionalmente, irão aprofundar-se as conversações que permitam a preparação do novo período regulatório 2018-2020.

Durante 2016, a EDP Distribuição irá continuar os trabalhos preparatórios para a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD) 2017-2021, estando prevista a apresentação da proposta final no mês de novembro. Em termos de políticas de investimento, a EDP Distribuição irá manter a sua filosofia de melhoria sustentada da qualidade de serviço e, simultaneamente, irá efetuar todos os esforços para satisfazer os requisitos do setor, de onde se destaca, o cumprimento do Regulamento da Qualidade de Serviço, a integração da produção em regime especial, a redução das perdas, o reforço da automação, as telecomunicações e a inteligência na rede de distribuição.

Em 2016, o combate à fraude continuará a ter um papel relevante, sendo que a Empresa prevê a aplicação de medidas adicionais, por forma a assegurar maior eficácia e, simultaneamente, a permitir um benefício mais acentuado das soluções implementadas durante o ano de 2015, soluções estas que potenciam a deteção de fraudes, anomalias de consumo e padrões inconsistentes na execução de operações comerciais. Para a prossecução deste objetivo, estima-se um reforço dos meios (equipas e equipamentos) para fazer face ao aumento de casos suspeitos, a integração do RAID (*Revenue Assurance*) na atividade operacional e o reforço da articulação entre o centro de inteligência, o centro de operações e as equipas especializadas no combate à fraude.

De forma a acompanhar a dinâmica do setor, a EDP Distribuição irá continuar a apostar na modernização dos sistemas de informação, quer em termos da desmaterialização e "digitalização" dos processos organizativos, quer na preparação da empresa para o "Big Data" e consequente análise de dados, permitindo assim ter uma visão unificada da informação. Este será um desafio para os próximos anos, por forma a suportar a massificação das smartgrids e a respetiva supervisão das infraestruturas e da rede. A evolução para uma rede mais inteligente obriga à incorporação, na gestão e na operação da rede, de uma perspetiva mais integrada com sistemas de informação com maior capacidade e resiliência.

Ao nível dos clientes, a Empresa irá continuar a realizar encontros periódicos com os pequenos distribuidores, bem como com todos os comercializadores, assim como irá aprofundar o relacionamento com as diversas Associações Empresariais. Adicionalmente, irá continuar a promover a visita de clientes e produtores aos centros de condução da rede para uma maior sensibilidade ao trabalho realizado na gestão da rede.

O ano de 2016 será marcado pelo término do primeiro contrato de concessão de Baixa Tensão no município de São João da Madeira, prossequindo a EDP Distribuição o trabalho de acompanhamento junto das entidades externas competentes, para encontrar as melhores soluções para o sistema elétrico. Desta forma, a EDP Distribuição aguarda com expectativa os resultados do grupo constituído por representantes do Governo, Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), que irão propor as "medidas legais, regulamentares, administrativas e contratuais" necessárias à transição para as novas concessões municipais de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Ao nível da sustentabilidade, a EDP Distribuição pretende reforçar o Sistema de Gestão Ambiental, alargando a certificação da Empresa a todas as Direções de Rede e Clientes e à Direção de Tecnologia e Inovação, assim como pretende estreitar a relação com as ONGA. Outro tema em foco na agenda de 2016 será a prevenção e segurança, onde existirá um reforço ao nível da formação, mas também a necessidade de fortalecer o alinhamento entre as Unidades Organizativas, ao nível da sensibilização e monitorização no terreno.

Relativamente ao capital humano, a empresa continuará a enfrentar o desafio da alteração gradual da estrutura de pessoal, tendo sido definido um plano de rejuvenescimento, focado na passagem de conhecimentos e experiências entre os colaboradores, pretendendo a Empresa que este objetivo seja atingido através de programas de desenvolvimento, onde se promove um melhor conhecimento do negócio e da organização e onde, simultaneamente, se reforça o alinhamento com a cultura da empresa. A tendência de redução do número de colaboradores obriga a empresa a ajustar a sua estrutura e a dotar a mesma das competências necessárias para os desafios futuros.

O ano 2016 será seguramente mais um ano desafiante, mas relevante para a consolidação da visão da EDP Distribuição enquanto operador líder de redes de distribuição de eletricidade a nível ibérico e uma referência a nível europeu, implementando uma cultura de garantia de qualidade e de serviço ao cliente.

edp distribuição

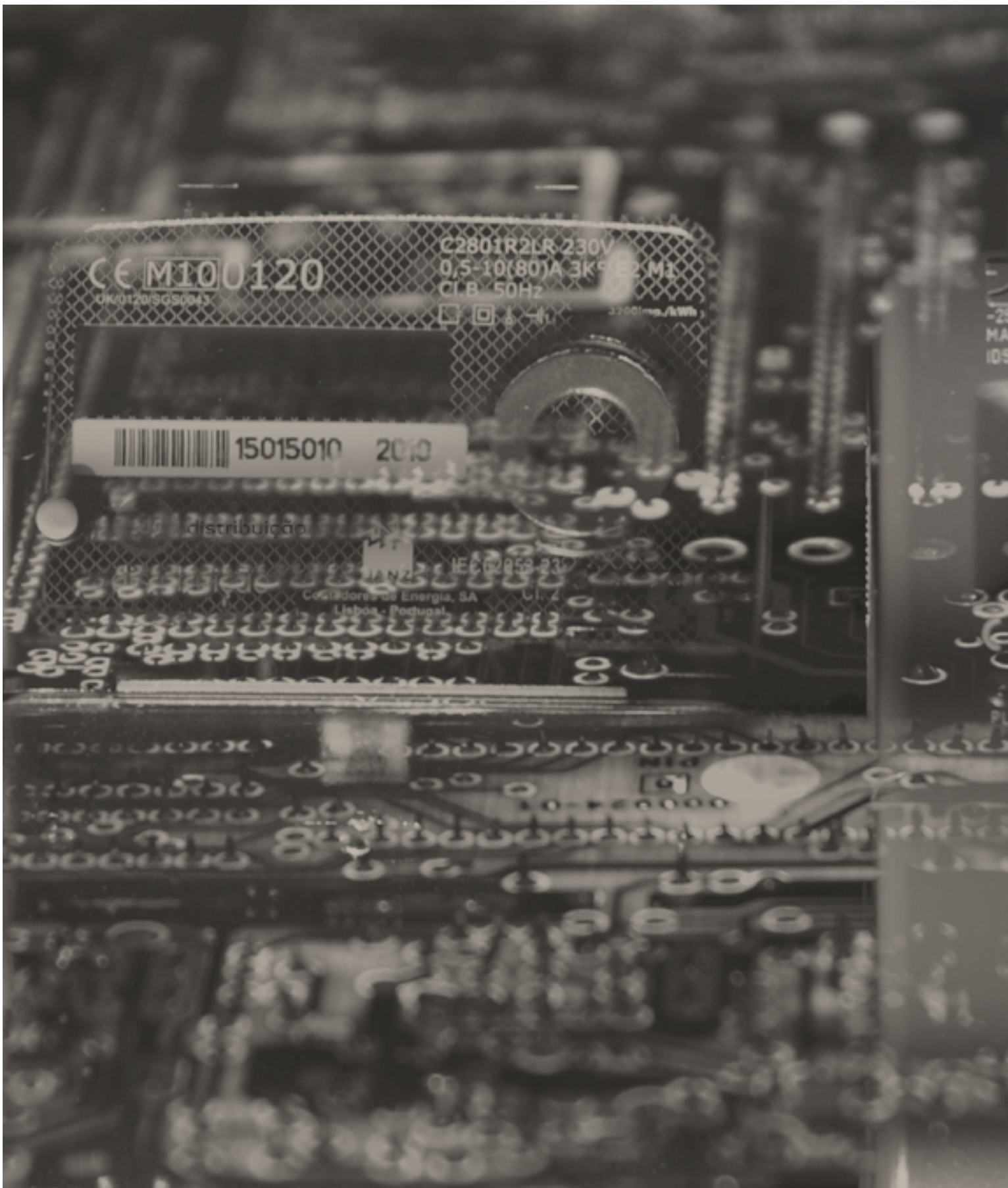
ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

índice

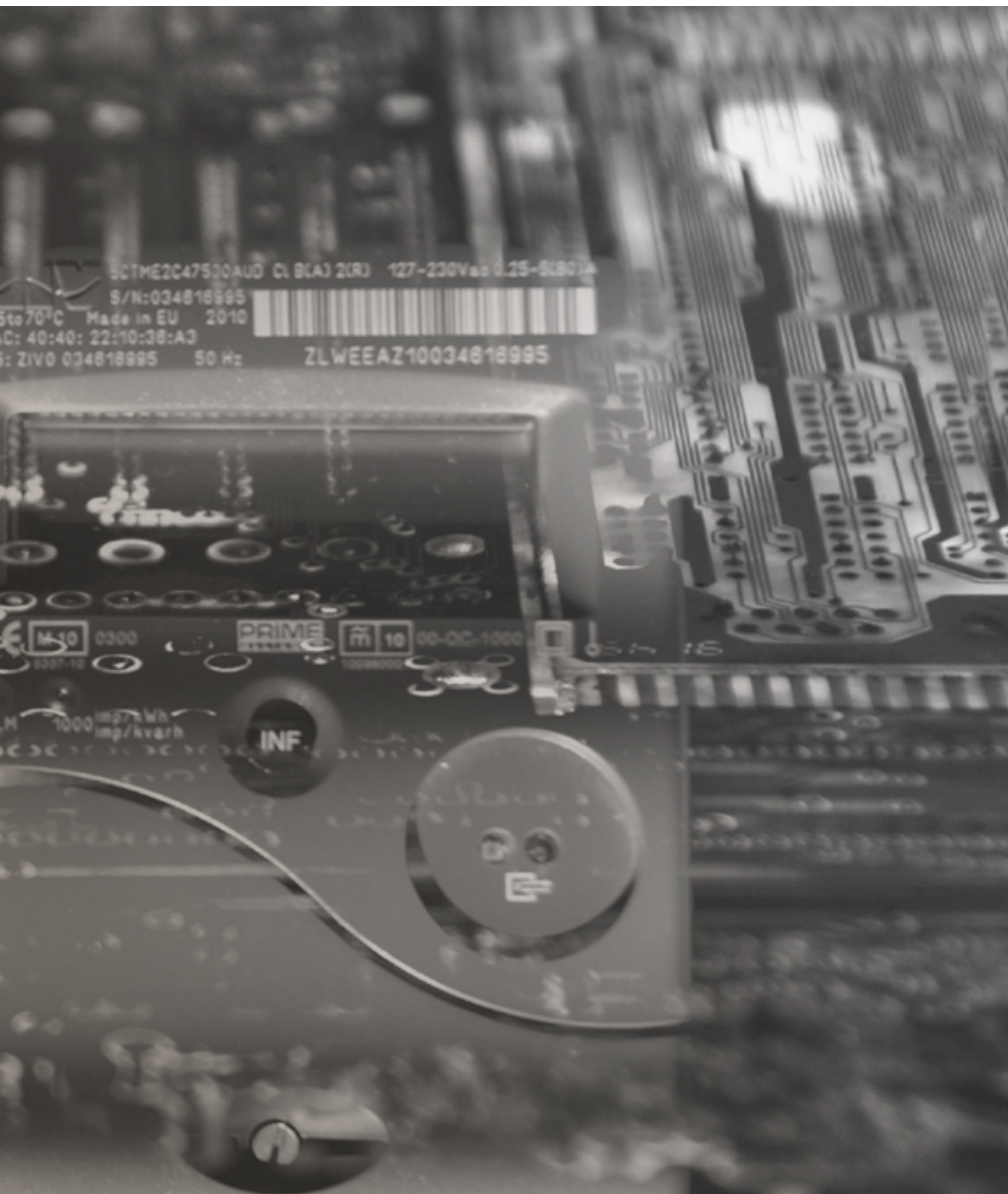
3. DESEMPENHO

- 31 PRINCIPAIS INICIATIVAS EM 2015
- 35 ECONÓMICO
- 57 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
- 59 STAKEHOLDERS
- 64 INOVAÇÃO
- 66 FACTOS RELEVANTES DECORRIDOS APÓS O EXERCÍCIO



ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



SCTME2C47500AUD Cl B(A) 2(R) 127-230Vac 0.25-5080A

S/N:034818995

to 70°C Made in EU 2010

C: 40:40: 22:10:38:A3

S: ZIV0 034818995

50 Hz

ZLWEEAZ10034818995

M-10 0300

PRIME

m 10

00-OC-1000

1000 imp/kWh
imp/kvarh

INF

Uma energia com inteligência própria

**ENERGY
WITH
INTELLIGENCE**

**RELATÓRIO
DE CONTAS
2015**

03. DESEMPENHO

3.1 PRINCIPAIS INICIATIVAS EM 2015

3.1.1 PROJETO OPEX

O projeto OPEX é um projeto transversal ao Grupo EDP que promove a eficiência e fomenta a disseminação de uma cultura de melhoria contínua. Este projeto já vai na sua 3ª fase, com a designação OPEX III, tendo-se desenvolvido entre 2011 e 2015. Na EDP Distribuição englobou 22 iniciativas nas áreas de manutenção, instalações, transportes, eficiência energética, serviços ao cliente, tecnologias de informação e recursos humanos. No final de 2015, o projeto encerrou a 3ª fase com uma poupança total captada na EDP Distribuição de 31,4 milhões de euros, superando, em 3,5 milhões de euros, o objetivo fixado para o período. No 4º trimestre de 2015 começou o desenvolvimento do OPEX IV, a vigorar no período 2016 a 2018, que envolverá um conjunto de iniciativas para captação de um valor de poupanças igualmente ambicioso.

3.1.2 REVENUE ASSURANCE E COMBATE À FRAUDE

Nos últimos anos assistiu-se a um aumento significativo das perdas totais, o qual, além de um indicador do desempenho do Operador de Rede, deve encontrar-se dentro de uma banda de valores definida pelo Regulador. O não cumprimento desse intervalo implica fortes penalizações para a EDP Distribuição, algo que tem acontecido desde 2011. Constatando que o valor das perdas técnicas tem mantido a sua tendência e o seu valor desde 2009, conclui-se que o aumento as perdas comerciais foi o responsável pelo aumento das perdas totais.

Com vista a inverter esta conjuntura, foram tomadas várias providências para garantir não só a sua redução, como também o seu controlo em valores aceitáveis, culminando na implementação de um conjunto de medidas cujo foco era o combate à fraude. Estas medidas, pela sua natureza e ponto de foco, pretendem reduzir todas as instâncias de fraude, atacando-a sob várias vertentes.

Em 2014 assistiu-se ao inverter da tendência, registando-se um decréscimo de 0,9 pontos percentuais no valor das perdas, tendo em 2015 sido reforçado por uma queda de mais 0,6 pontos percentuais, algo que comprova o empenho e o foco que a EDP Distribuição pôs na aplicação das referidas medidas, assim como a adequabilidade da estratégia adotada.

Foram definidos quatro pilares de atuação no âmbito do combate à fraude, que contemplam 47 medidas. Estas iniciativas incidem sobre todas as fases do ciclo de gestão de contagens (instalação/intervenção, leitura, procedimentos e recursos humanos) e, no final de 2015, estavam totalmente implementadas 44 medidas (94%), estando apenas 3 em curso (6%), prevenindo-se que estas sejam concluídas durante o ano de 2016.

No ano de 2015 foram geradas 4.000 Ordens de Serviço para instalações do segmento Telecontado MT/BTE e 70.155 para instalações BTN. Como resultado, ao longo de 2015 foram levantados 338 Autos em Média Tensão e Baixa Tensão Especial. Na Baixa Tensão Normal, o número de Autos foi de 37.121, significativamente superior, uma vez que também reflete o trabalho de vigilância dos Leitores e da execução de ordens de serviço, bem como das várias iniciativas associadas ao RAID – *Revenue Assurance*.

SEGMENTO TELECONTADO

No que toca a instalações telecontadas (instalações em Alta, Média e Baixa Tensão Especial), a implementação de um conjunto de algoritmos e ferramentas na Central de Telecontagem permite o varrimento mensal, remoto e automático de todas elas. Isto permite a recolha das várias grandezas elétricas medidas pelo contador, possibilitando a análise de discrepâncias quer ao nível de tensões, correntes e desfasagens, quer ao nível de consumos.

Até dezembro de 2015 foram analisados cerca de 34.000 alarmes, que resultaram em cerca de 4.300 Ordens de Serviço a executar no terreno. Estão em desenvolvimento aperfeiçoamentos dos algoritmos de deteção já implementados por forma a tornar cada vez mais eficiente e eficaz esta ferramenta.

SEGMENTO NÃO TELECONTADO

Em 2015, as equipas especializadas no combate à fraude existentes em todas as Direções de Rede e Clientes, cuja principal função consiste na deteção e resolução de fraudes no terreno, contaram em média com cerca de 70 colaboradores. Foram visitadas cerca de 40.000 instalações (mais 10.000 que em 2014), com uma taxa de deteção de fraude que rondou os 11%.

DUNNING DE LEITURAS

No que toca ao processo de *Dunning*, foram visitadas, em 2015, cerca de 48.000 instalações sem leituras. Estas visitas culminaram na regularização de cerca de 44.000 instalações, das quais 26.000 resultaram em Cortes. Em 2015, a média de cortes efetuados por número de instalações visitadas rondou os 55%.

PROJECTO REVENUE ASSURANCE

Em 2015, o Projeto *Revenue Assurance* entrou na sua plenitude, com a implementação de procedimentos institucionais cujo objetivo principal passa pela redução das Perdas Comerciais.

O ano foi também marcado pela entrada em produtivo de uma ferramenta analítica focada na Garantia da Receita, designada por RAID. Este sistema, que analisa permanentemente dados de grande parte dos sistemas informáticos da EDP Distribuição, permite o desenvolvimento de pontos de controlo focados nos processos de operações, metering/leituras, controlo da fraude, faturação e equipamentos, visando detetar possíveis falhas que poderão resultar em perdas de receita.

Estão implementados 43 pontos de controlo distintos cuja eficácia dos alarmes está a ser testada no terreno através de campanhas que intervencionaram instalações em todo o país. Os resultados destas permitirão otimizar progressivamente os pontos de controlo para que o combate à fraude seja feito da forma mais focada e eficiente possível. Em 2015, neste âmbito foram geradas cerca de 9.000 Ordens de Serviço para verificação no terreno, com uma taxa de eficácia superior aos métodos convencionais. Prevê-se que em 2016, as Equipas Próprias de Combate à Fraude sejam alimentadas quase exclusivamente pelos alertas emitidos pelo RAID.

CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GARANTIA DE RECEITA

Com o propósito de reforçar a estratégia adotada pela EDP Distribuição de *Revenue Assurance* e de Combate à Fraude foi criado um novo Departamento na Direção de Gestão de Energia, designado Garantia de Receita e Antifraude. O departamento composto pelas áreas de Estratégia Analytics e pelo Centro de Supervisão tem como áreas de atuação prioritárias a otimização dos processos associados à garantia de receita e o combate à fraude.

Ao aliar a capacidade analítica desenvolvida sobre os sistemas corporativos e a monitorização exaustiva das operações realizadas sobre o terreno, irá permitir, por um lado, um combate à fraude mais eficaz e com aplicação mais eficiente dos recursos disponíveis, bem como monitorizar e otimizar o processo *meter-to-cash* garantindo a receita de forma integral.

3.1.3 SISTEMAS INFORMÁTICOS

A EDP Distribuição tem apostado significativamente na eficiência dos seus processos de negócio, na modernização dos seus sistemas de informação e no desenvolvimento de projetos com forte cariz tecnológico, como resposta aos grandes desafios que se colocam ao setor energético, nomeadamente a liberalização do mercado, a introdução progressiva de smart grids/meters, o crescente nível de automação da rede, o processamento inteligente de grandes volumes de informação (Big data analytics), entre outros.

Tendo por base a conceptualização de uma nova arquitetura tecnológica de referência para as SI/TI da Distribuição (projeto JUMP) e um roteiro de iniciativas para maximizar os benefícios dos investimentos tecnológicos previstos (projeto *move2future*), foram alcançados alguns marcos importantes deste processo de modernização.

PROGRAMA GESTÃO DE ATIVOS

A EDP Distribuição está fortemente empenhada no desenvolvimento do seu sistema de Gestão de Ativos, em conformidade com o preconizado nas Normas ISO 55000:2014, e por isso prosseguiu os esforços de estruturar e documentar os processos e metodologias, incorporando importantes melhorias e as orientações das normas.

Em 2015, em resultado do trabalho produzido no âmbito do Programa Gestão de Ativos, foi lançado o projeto JUMP, para definir uma nova arquitetura de sistemas (TI) que garanta: i) a gestão do ciclo de vida dos ativos técnicos, ii) a gestão de novos tipos de ativos (smartgrids), iii) a integração robusta dos universos técnico, financeiro e geográfico, iv) a compliance regulatória, e v) a mitigação do risco associado à obsolescência e complexidade dos atuais sistemas (TI).

Na definição da nova arquitetura procurou-se ainda incorporar as melhores práticas internacionais, presente nos *standards* dos sistemas de referência de gestão de ativos (*Enterprise Asset Management*).

Nessa base, foi ainda definido o roadmap de desenvolvimentos e implementação da nova arquitetura e do processo de transformação organizacional.

PILOTO ENERGY DATA MANAGEMENT

A modernização das redes de distribuição de energia elétrica e a transição para modelos integrados de *Smart Grids* (através da instalação de contadores inteligentes com capacidade para comunicação remota e bidirecional), colocam desafios na gestão e aproveitamento útil do volume de dados e informações disponíveis. A evolução referida tem um grande impacto nos sistemas de gestão de energia pelo desafio de garantir a validação e certificação de um grande volume de dados, ao mesmo tempo que garantem a transformação dos mesmos em informação interpretável e utilizável de forma oportuna. Atualmente são utilizados diversos sistemas para

realizar o processo, desde a recolha e validação de dados de contagens, até à faturação dos acessos às redes e disponibilização de dados aos agentes de mercado. Os sistemas atuais apresentam limitações quanto à escalabilidade, funcionamento e performance para garantir o suporte necessário ao negócio de acordo com as necessidades futuras do mesmo.

É neste contexto que surge o compromisso da EDP no investimento em sistemas de gestão de energia/gestão da medida, que são uma componente chave para uma infraestrutura de Smart Grids, dado que permitem armazenar, gerir, validar e certificar elevadas quantidades de dados de medida para que possam ser utilizados em funcionalidades de *online presentment*, *data analytics*, simulações e *forecasting*.

O EDM, *Energy Data Management*, será a plataforma tecnológica principal que permitirá colmatar os desafios referidos garantindo um *upgrade* substancial a todo o processo de gestão de energia. Com o EDM pretende-se atingir vários objetivos sendo de evidenciar os seguintes:

- Potenciar a redução do custo e tempo operacional para o tratamento de dados;
- Disponibilizar capacidades de recolha e gestão integrada de dados de energia;
- Melhorar as capacidades de previsão de procura potenciando a minimização de desvios;
- Realizar análises para deteção de padrões de consumo que indicem fraudes.

A EDP Distribuição procura iniciar um ciclo de transformação operacional através do *deployment* da sua rede de *Smart Grids*. Desta forma, é fundamental garantir um sistema de EDM que suporte o acréscimo de dados gerados pela *Smart Grid* da EDP Distribuição, sem degradação de performance e com estratégias de agregação de dados inteligentes.

O investimento num sistema de EDM tem carácter plurianual, com perspetivas de evolução em dimensão e funcionalidades com impacto transversal a diversas áreas da organização, que traduz o compromisso da EDP na melhoria contínua e aposta na sua rede de *Smart Grid*. Atualmente, o projeto encontra-se em fase piloto de forma a aferir/garantir que o sistema EDM garante todos os requisitos, incluindo os regulatórios, para o desenvolvimento do negócio da EDP Distribuição de acordo com os termos definidos pelo regulador de serviços de energia.

PREPARAÇÃO PARA A MASSIFICAÇÃO DAS SMARTGRIDS

- Implementação de uma nova infraestrutura tecnológica de suporte à gestão de redes inteligentes (*AMI-Advanced Meter Infrastructure*), por forma a garantir maior performance, escalabilidade e capacidade de processamento de grandes volumes de dados;
- Implementação de novos serviços do protocolo SGT-Prime para potenciar a exploração remota da infraestrutura smartgrid (e.g. execução remota de ordens de serviço, reposição de falhas, configuração de equipamentos);
- Adaptação dos sistemas de informação para operacionalizar a instalação de *smartmeters* nas atividades de rotina da EDP Distribuição, permitindo ao prestador de serviços a escolha sobre o tipo de equipamento a instalar (*smartmeter* ou contador tradicional), consoante o *stock* disponível e a programação automática dos equipamentos instalados a partir de equipamentos móveis;
- Participação em fóruns internacionais (e.g. Prime Alliance, Cired, EDSO) e em vários projetos europeus (e.g. EvolvDSO, SuSTainable, SusCity, Upgrid, InSmart) para partilha de conhecimento e soluções tecnológicas na temática das redes e cidades inteligentes/sustentáveis.

APROXIMAÇÃO A STAKEHOLDERS

- Evolução das aplicações de gestão de contactos para otimizar e agilizar as tarefas operativas, proporcionando uma resposta mais rápida e eficaz aos contactos dos clientes;
- Disponibilização de uma nova *app* móvel com uma imagem moderna e serviços simplificados;
- Evolução do Site da EDP Distribuição com novos serviços de informação para comercializadores (e.g. disponibilização de dados ao mercado), produtores (e.g. ligação à rede, informação legal), consumidores (e.g. tempo estimado de reposição), parceiros e profissionais (e.g. material interativo técnico e orçamentação de alta tensão);
- Desenvolvimento de um Portal de Parceiros com novos serviços (e.g. assinaturas digitais, emissão de documentos, aceitação de datas de conclusão de obras) como resposta aos desafios tecnológicos decorrentes da entrada em vigor dos novos contratos de Empreitada Continua.

PLANEAMENTO E OTIMIZAÇÃO DE REDE

Evolução da ferramenta para incorporar capacidades de estudos de planos de contingência, estudos de parametrizações/regulações proteções na rede de média tensão, estimação de cargas na rede (*power-flow*), previsão de geração embebida e integração com outros sistemas corporativos.

MELHORIA DA EFICIÊNCIA NOS PROCESSOS DE SUPORTE

Operacionalização das metodologias e ferramentas corporativas de Gestão de Projetos (PPM/EPM) e o respetivo *rollout* com a formação e gestão da mudança alargada transversalmente a toda a empresa.

3.1.4 PROJETOS EUROPEUS

Em 2015, a EDP Distribuição tem continuado a participar ativamente em diversos Projetos Europeus, partilhando com os vários parceiros e stakeholders novos conceitos e soluções no domínio das redes inteligentes com forte envolvimento das Comunidades servidas, focando o papel central do ORD enquanto *Data Manager*, *Market Facilitator* e *Flexibility Service Provider*. Os recursos envolvidos são significativos com mais de 100 colaboradores de diversas Direções e com um valor global dos projetos que atingiu já cerca de 150 milhões de euros (dos quais cerca de 100 milhões de euros de projetos em curso).

Com o projeto Sustainable, como o primeiro projeto Europeu coordenado pela EDP Distribuição, foram desenvolvidas novas funcionalidades, que permitem a operação da rede de distribuição, através de ferramentas e algoritmos avançados, aumentando a quantidade de geração distribuída renovável integrada, contribuindo para a transição energética, em linha com os objetivos Europeus. Ainda nas Redes Inteligentes, o projeto UpGrid concretizou a aplicação de funcionalidades numa demonstração no Parque das Nações. No evolVDSO, com a ENEL Distribuzione (Itália), a ERDF (França), RWE (Alemanha) e ESB (Irlanda) como parceiros, a EDP Distribuição tem desenvolvido e validado ferramentas que permitam aos DSOs melhorias significativas na informação disponível para a gestão de rede.

A nível da Gestão de Recursos Distribuídos (DER), estamos envolvidos nos Projetos PlanGridEV, Stabalid e Sensible. O PlanGridEV procura antecipar o *mass roll out* de Veículos Elétricos (VE), com o estudo de novos métodos de planeamento de redes maximizando a integração de energias renováveis. No armazenamento de energia, com grande destaque em diversos fóruns europeus, está no Projeto Stabalid, focando a implementação de baterias de larga escala (1MWh com células de 10Ah). O Projeto Sensible tem demonstrado sistemas de armazenamento de energia distribuída (térmico, eletroquímico e eletromecânico) em redes que permitirá gerir a penetração de energia renovável.

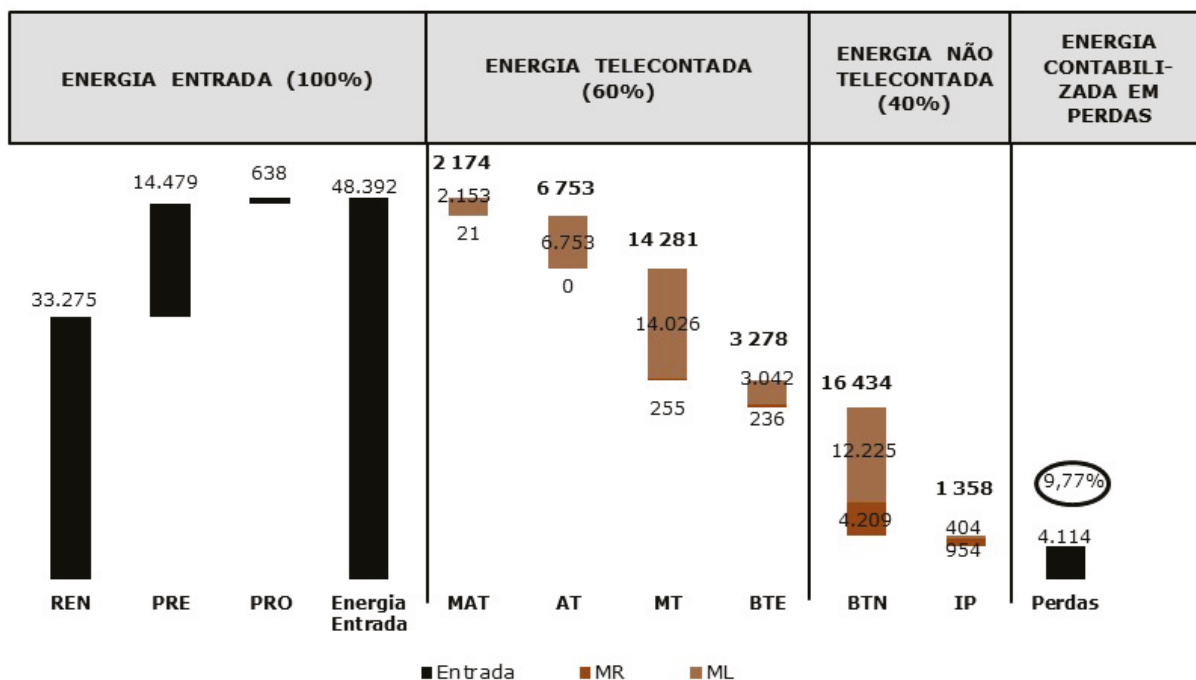
Na área das Cidades Inteligentes participou no projeto S3C (Smart Consumer, Smart Customer, Smart Citizen), desenvolvendo ferramentas de interação com o utilizador final. A EDP Distribuição é também um dos parceiros do consórcio europeu SHARING CITIES (Smart Cities and Communities solutions integrating energy, transport, ICT sectors through lighthouse projects), que tem por objetivo a integração das infraestruturas de energia, transporte e ICT, escalando as *Smart Cities* na Europa através do desenvolvimento de soluções urbanas, acelerando o desenvolvimento de modelos de negócio, promovendo a partilha e colaboração das diferentes soluções pelas cidades europeias, com vista a uma sociedade mais colaborativa e participada pelos cidadãos. Lisboa é uma das cidades "lighthouse".

3.2 ECONÓMICO

3.2.1 OPERACIONAL - ATIVIDADE

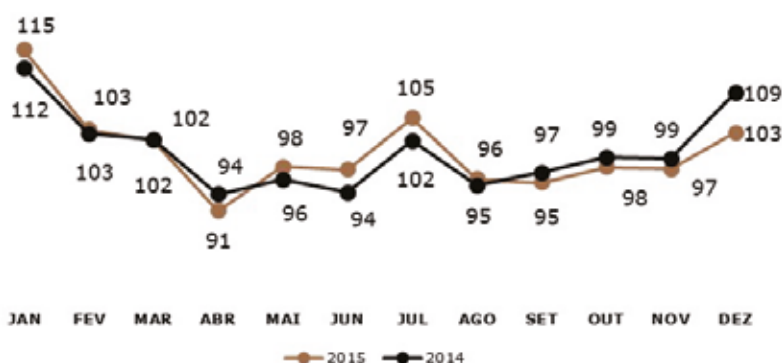
ENERGIA DISTRIBUÍDA

Em 2015, a energia entrada na Rede de Distribuição foi de 48,4TWh, demonstrando um comportamento estável face a 2014. Após as quedas verificadas nos últimos anos, reflexo do clima económico vivido no país, o ano 2015 marca uma alteração na tendência dos últimos anos.



A distribuição mensal desta energia tem o mesmo perfil verificado no ano anterior, revelando uma amplitude do consumo de aproximadamente 24%.

ENERGIA DISTRIBUÍDA MENSAL
(base 100 = média mensal)



Em linha com o sucedido no ano anterior, a energia distribuída para alimentação dos consumos dos clientes manteve-se praticamente inalterada comparativamente com o ano anterior, totalizando 44,3 TWh. Após as fortes quedas verificadas em 2012 e 2013 e a estabilização evidenciada no ano de 2014, o ano de 2015 reforçou a tendência de desaceleração da queda dos consumos.

Por níveis de tensão, verificam-se comportamentos distintos entre os níveis mais altos nomeadamente Muito Alta Tensão (MAT), Alta Tensão (AT) e Média Tensão (MT), em que as respetivas evoluções são positivas, exceto para AT, verificando-se para o seu conjunto um aumento de 1,6% relativamente a 2014. Relativamente à evolução verificada para os níveis mais baixos designadamente Baixa Tensão (BT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Iluminação Pública (IP), com uma predominância de consumos domésticos, verifica-se um aumento de 0,5% face ao ano anterior.

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWH)	2014	2015	VAR.
Energia Entrada na Rede de Distribuição (1)	48 110	48 392	0,6%
Perdas da Distribuição	4 302	4 114	-4,4%
Energia Saída da Rede de Distribuição (2)	43 808	44 278	1,1%
Muito Alta Tensão	2 113	2 174	2,9%
Alta Tensão	6 795	6 753	-0,6%
Média Tensão	13 935	14 281	2,5%
Baixa Tensão Especial	3 208	3 278	2,2%
Baixa Tensão	16 400	16 434	0,2%
Iluminação Pública	1 357	1 358	0,1%

(1) Inclui consumos MAT. Não inclui 12GWh de energia de 2014 faturada em 2015

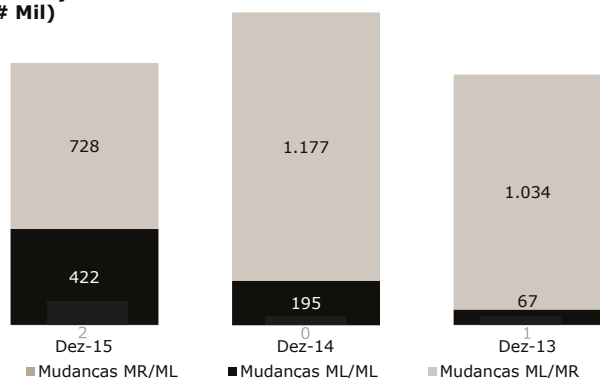
(2) Inclui perdas

Em termos de distribuição de energia apresenta-se abaixo a repartição entre os dois mercados, sendo de destacar o crescimento do peso do mercado livre.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (GWH)	2014	2015	VAR.
Energia Saída da Rede de Distribuição	43 808	44 278	1,1%
Muito Alta Tensão	0	21	-
Alta Tensão	4	0	-91,7%
Média Tensão	423	255	-39,8%
Baixa Tensão Especial	349	236	-32,4%
Baixa Tensão	7 251	4 209	-42,0%
Iluminação Pública	1 221	954	-21,9%
Distribuição de Energia ao Mercado Regulado	9 248	5 675	-38,6%
Muito Alta Tensão	2 113	2 153	1,9%
Alta Tensão	6 791	6 753	-0,6%
Média Tensão	13 512	14 026	3,8%
Baixa Tensão Especial	2 859	3 042	6,4%
Baixa Tensão	9 149	12 225	33,6%
Iluminação Pública	137	404	195,4%
Distribuição de Energia ao Mercado Livre	34 561	38 603	11,7%

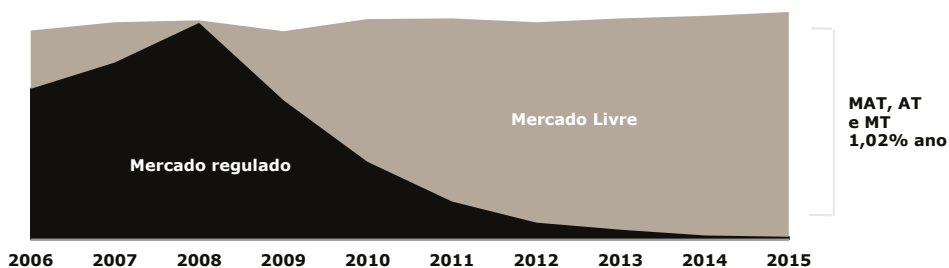
De acordo com o processo de liberalização do mercado de eletricidade em curso, mantém-se o aumento significativo do consumo no Mercado Livre (ML) por contrapartida do consumo no Mercado Regulado (MR). É particularmente visível esta migração dos consumos entre mercados no segmento dos clientes do nível de tensão Baixa Tensão Normal (BTN), de acordo com o calendário para este processo estabelecido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

MIGRAÇÃO DE CLIENTES EM BTN (# Mil)

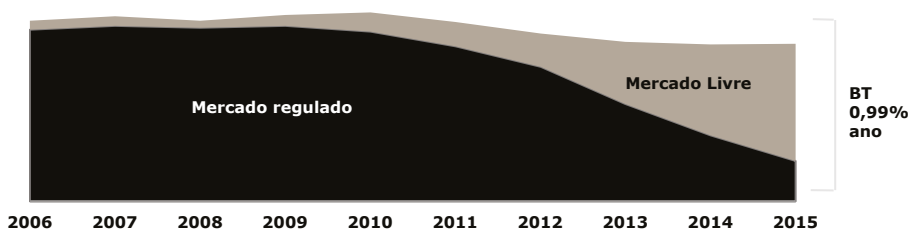


A evolução do consumo de energia elétrica nos últimos anos repartido por mercados está representada nos gráficos seguintes, sendo visível as diferentes etapas do processo de liberalização em função dos diferentes segmentos de clientes.

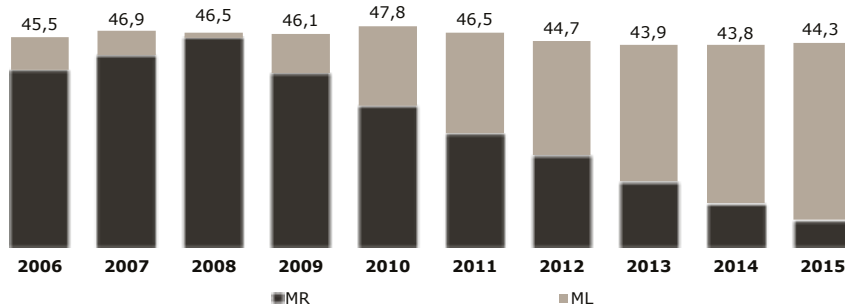
**EVOLUÇÃO DA ENERGIA DISTRIBUÍDA (MAT, AT e MT)
(TWh)**



**EVOLUÇÃO DA ENERGIA DISTRIBUÍDA (BT)
(TWh)**

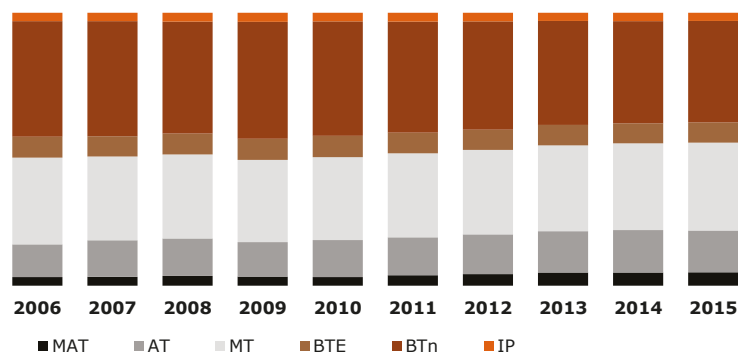


**EVOLUÇÃO DA ENERGIA DISTRIBUÍDA
(TWh)**

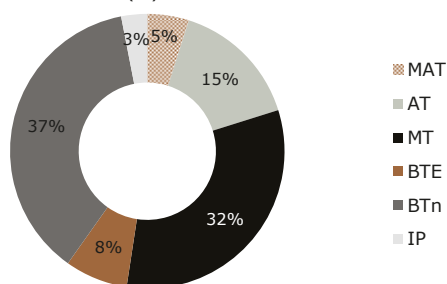


A estrutura dos consumos por nível de tensão mantém-se praticamente constante face a 2014, tendo-se fixado o peso das entregas em Baixa Tensão Normal (BTN) nos 37%.

ESTRUTURA POR NÍVEIS DE TENSÃO

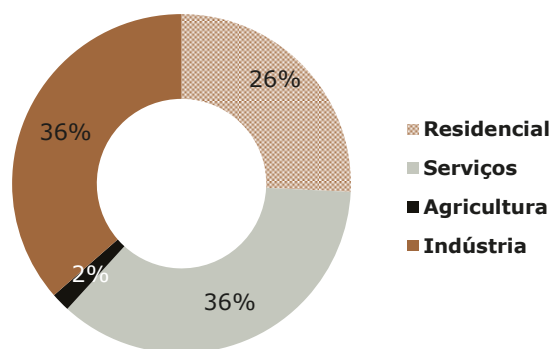


ESTRUTURA DO CONSUMO POR NÍVEL DE TENSÃO (%)



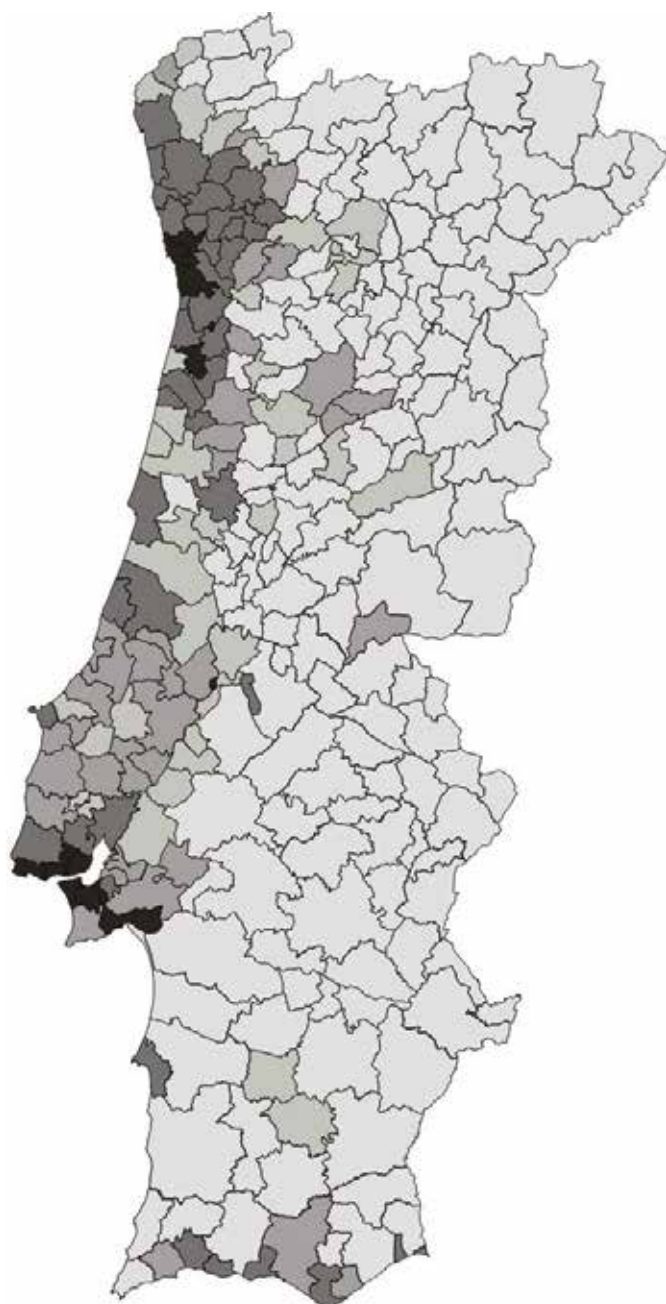
A repartição da energia distribuída em função do setor de atividade económica está representada no gráfico seguinte, mantendo-se sem alterações significativas comparativamente com o ano anterior.

ESTRUTURA DO CONSUMO POR SETOR (%)



A distribuição regional em Portugal Continental dos níveis de procura de energia elétrica, representada pela densidade dos consumos em cada município, mantém o mesmo perfil de anos anteriores, com maior concentração no litoral centro e norte do país e nas periferias das grandes cidades.

DENSIDADE DO CONSUMO DE ENERGIA

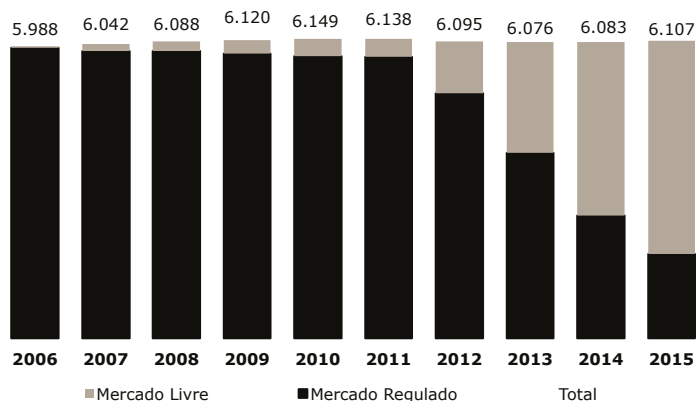


CLIENTES

O ano de 2015 manteve a tendência de inversão na evolução negativa do número de clientes já ocorrida em 2014, registando-se um acréscimo de 0,4% face ao registado no ano anterior. Em dezembro de 2015, a EDP Distribuição detinha 6,1 milhões de clientes.

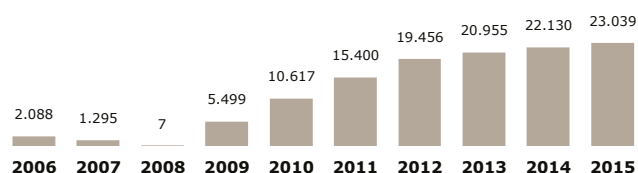
Em termos absolutos, esta evolução positiva deve-se à inversão da tendência dos últimos anos no número de clientes de Baixa Tensão Normal (BTN), claramente predominante no mix de números de clientes dos outros níveis de tensão.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES (Milhares)

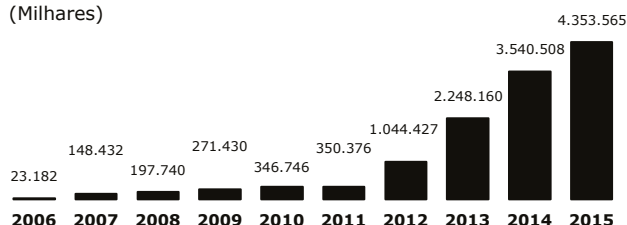


A repartição do número total de clientes por mercados mostra a migração que se está a verificar dos clientes do Mercado Regulado (MR) para o Mercado Livre (ML) e está de acordo com o plano estabelecido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) para a liberalização do mercado, que se prevê concluir no final de 2017.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE CLIENTES - ML MAT+AT+MT (Milhares)



EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE CLIENTES - ML BT (Milhares)



O número de clientes no final de 2015, repartido por mercados e por níveis de tensão, é o seguinte:

	MR	ML	TOTAL
MAT (Muito Alta Tensão)	0	71	71
AT (Alta Tensão)	2	293	295
MT (Média Tensão)	1 279	22 675	23 954
BTE (Baixa Tensão Especial)	2 836	31 658	34 494
BTN (Baixa Tensão Normal)	1 690 590	4 297 486	5 988 076
IP (Iluminação Pública)	35 806	24 421	60 227
Total	1 730 513	4 376 604	6 107 117

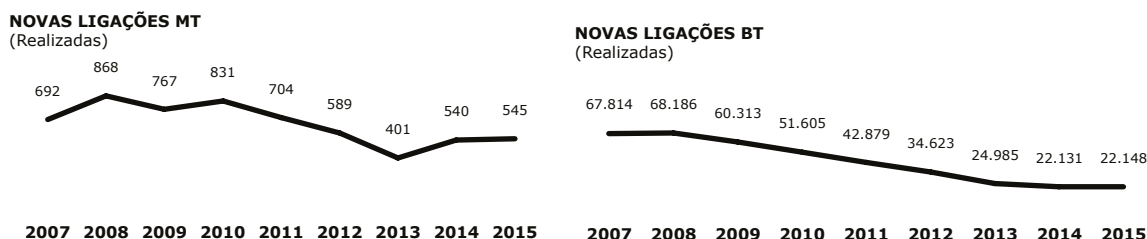
Manteve-se a preocupação da Empresa com o já excelente relacionamento com o cliente conseguido em anos anteriores, procurando uma cada vez melhor qualidade do serviço prestado através do apoio para fazer face aos diversos problemas que se lhes colocam e auxiliar na respetiva resolução.

Continuam a ter extrema importância os contactos regulares estabelecidos, de modo presencial, com os clientes MAT, AT, MT e alguns BTE, e entidades representativas de empresas e clientes, pela equipa de Gestores de Clientes, que procuram apresentar as melhores soluções e facilitar a resolução dos diversos problemas que se colocam aos clientes, quer em termos de ligações à rede, quer na mitigação dos impactos provocados por perturbações registadas nas redes elétricas.

Neste âmbito, em 2015 foram realizadas 6.811 visitas, tendo sido percorridos 611.239 km pela equipa de Gestores de Clientes para efetuar as mesmas.

Face às diversas alterações verificadas na regulamentação vigente, houve a necessidade de adaptar métodos e processos às novas realidades associadas a uma forte aposta na formação dos colaboradores no sentido de melhor se responder aos novos desafios.

Em termos operacionais, o número de novas ligações, quer ao nível de Média Tensão (MT) quer ao nível de Baixa Tensão (BT), reflete também a inversão da tendência de diminuição verificada nos últimos anos, com especial significado em MT, o que está de acordo com a mesma evolução verificada no número de clientes no final do ano.



Esta atividade representa um esforço significativo em termos financeiros e humanos e tem impacte, também de realçar, na qualidade de serviço prestado aos clientes, pelo que tem sido objeto de melhoria e implementação de processos internos e de operacionalidade com os prestadores de serviços na procura de maior eficácia e eficiência na sua concretização.

Em 2015 foram organizadas as Jornadas da Ligação, abertas a técnicos, gabinetes de engenharia e outras entidades externas, com a finalidade principal de aumentar o nível de conhecimento dos técnicos particulares sobre as regras e regulamentos que enquadram a ligação de instalações particulares às redes de distribuição (foi então apresentado o Manual da Ligação), facilitando o processo.

A realização destes eventos pretendeu facilitar a divulgação das atuais disposições regulatórias e dos princípios e regras a observar na ligação de uma instalação de utilização, ou de uma instalação produtora de energia, à rede pública de distribuição. Foram realizadas 5 sessões, em Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Beja, tendo como destinatários Técnicos Projetistas, Entidades Externas, Produtores de Energia, Prestadores de Serviços Externos e colaboradores da EDP Distribuição. Estas sessões contaram com a presença de 800 participantes, sendo cerca de 60% externos à EDP Distribuição.

LIGAÇÃO DE PRODUTORES

No contexto da política comunitária foi promovida a produção em regime especial no nosso País, tendo sido definidas as condições técnicas de ligação à rede de distribuição de energia, além de ter sido garantida a compra de energia emitida para a rede, de acordo com processos remuneratórios definidos em vários diplomas legais.

São atualmente considerados neste regime os seguintes produtores:

- Aproveitamentos hidroelétricos até 10 MVA de potência instalada;
- Produtores cujas fontes de energia são renováveis, resíduos industriais ou urbanos;
- Produtores de cogeração (calor e eletricidade);
- Miniprodutores (revogado, aplicável em MT e BT ligados);
- Microprodutores (revogado, aplicável em BT ligados);
- Unidade de Pequena Produção (UPP) (aplicável em MT e BT);
- Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) (aplicável em AT, MT e BT).

A licença de produção para a ligação de instalações de produção à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) é obtida de acordo com o DL 172/2006 de 23 de agosto, com a redação dada pelo DL 215-B/2012 de 8 de outubro.

O processo de licenciamento de UPP e UPAC efetua-se através do sistema SERUP no *site* da DGEG.

UNIDADES DE PEQUENA PRODUÇÃO E UNIDADE DE PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO

As **Unidades de Pequena Produção (UPP)** consistem em instalações de produção de eletricidade a partir de energias renováveis, baseada em uma só tecnologia de produção, cuja potência de ligação à rede seja ≤ 250 kW.

Este regime de Pequena Produção é regulado pelo DL 153/2014 de 20 de outubro e vem substituir os regimes da Microprodução (revogando o DL 363/2007 de 2 de novembro, alterado pela Lei 67-A/2007 de 31 de dezembro e pelos DL 118-A/2010 de 25 de outubro e DL 25/2013 de 19 de fevereiro) e da Miniprodução (revogando o DL 34/2011, de 8 de março, alterado pelo DL 25/2013).



A contagem da eletricidade produzida por uma UPP é feita por telecontagem, mediante contador bidirecional, ou contador que assegure a contagem líquida dos dois sentidos, autónomo do contador de consumo.

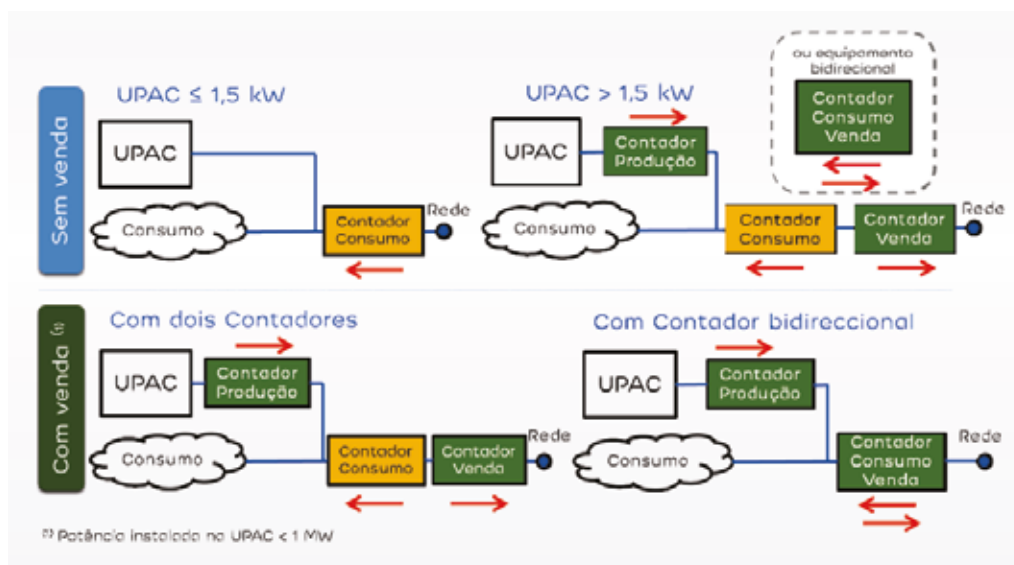
Em 2015 estão ligadas mais de 35 UPP todas de fonte solar, sendo o número de pedidos de registo superior a 110 com uma capacidade instalada superior a 7 MW.



As **Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC)** consistem em instalações de produção de eletricidade, destinada ao consumo na instalação de utilização associada à respetiva unidade produtora, com ou sem ligação à rede elétrica pública, baseada em tecnologias de produção renováveis ou não renováveis. A UPAC é instalada no local servido pela instalação de utilização. Este regime de produção para autoconsumo é regulado pelo DL 153/2014 de 20 de outubro.

De forma a assegurar uma atuação atempada, a EDP Distribuição tem defendido a necessidade de todos os titulares de instalações com produção para autoconsumo comunicarem previamente ao operador de rede a sua intenção de instalação de uma UPAC para que seja efetuada uma verificação aos equipamentos de medição.

Sempre que a energia proveniente de uma UPAC tenha origem em fonte de energia renovável, a capacidade instalada nesta unidade não seja superior a 1 MW e a instalação de utilização se encontre ligada à RESP, o produtor pode celebrar com o Comercializador de Último Recurso (CUR) um contrato de venda da eletricidade produzida e não consumida ou vender em mercado. Caso a capacidade instalada na unidade seja superior a 1 MW terá obrigatoriamente de vender em mercado.



A contagem da energia total produzida por uma UPAC com potência superior a 1,5 kW é feita por telecontagem, devendo o equipamento de contagem previsto encontrar-se capacitado para o efeito, e com as características que permitam a integração com a unidade central de telecontagem do ORD.

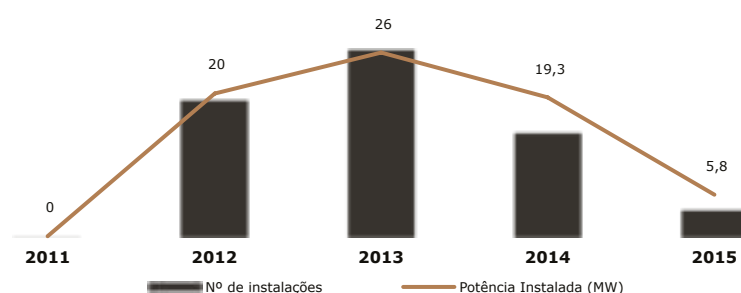
Em 2015, foram registados mais de 330 UPAC com uma potência instalada superior a 17 MW, sendo que 70% pretende a injeção de excedentes para a rede. Atualmente, encontram-se ligadas mais de 80 UPAC com capacidade de 2,3 MW, sendo predominante a fonte de produção solar.

MINIPRODUÇÃO

A ligação destas instalações enquadra-se na Estratégia Nacional para a Energia (ENE2020) e está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 34/2011 de 8 de março.

Foram definidos três escalões distintos associados a este tipo de clientes de acordo com a potência de ligação, (i) escalão I até 20 kW, (ii) escalão II de 20 kW a 100 kW e (iii) escalão III de 100 kW a 250 kW e baseiam-se, individualmente, num único tipo de produção.

NÚMERO DE INSTALAÇÕES DE MINIPRODUÇÃO LIGADOS POR ANO
(Nº de Instalações e MW)



Foram ligados à Rede de Distribuição, durante o ano, 88 novas instalações deste tipo (332 em 2014), com uma potência instalada de 5,8 MW (19 MW em 2014), sendo a produção do tipo fotovoltaica dominante.

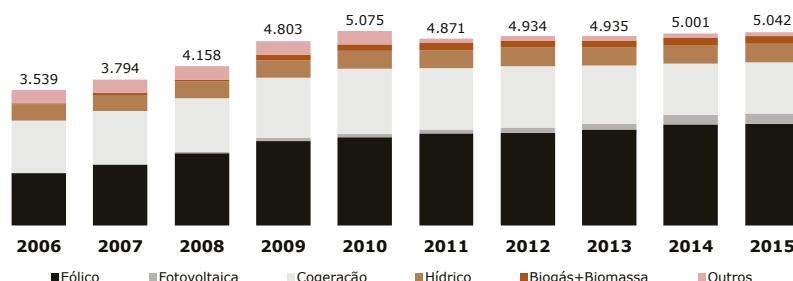
A evolução verificada nos últimos anos, à semelhança das outras instalações deste tipo, reflete as alterações legislativas que têm sido implementadas.

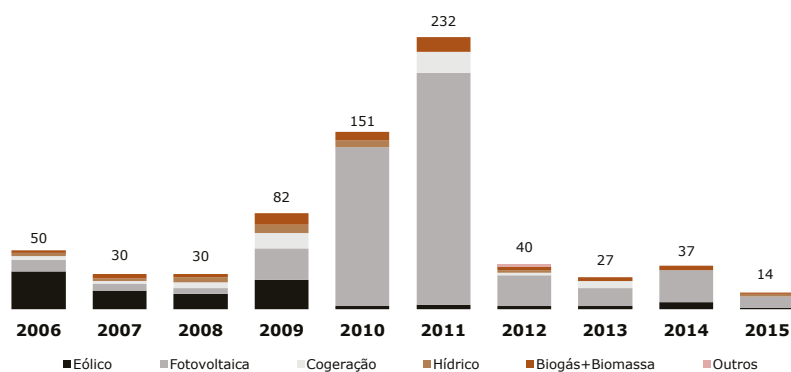
PRODUÇÃO EM REGIME ESPECIAL (PRE)

Após o pico verificado em 2010 e 2011, o número de instalações deste tipo ligadas à Rede de Distribuição sofreu uma redução significativa associada às alterações legislativas entretanto verificadas, mantendo-se praticamente constante desde esse ano, à exceção do ano de 2013 em que o número de ligações foi menor.

Durante o ano de 2015 foram ligadas 14 instalações (38 no ano anterior) com uma potência instalada de 40,1 MVA (209,5 MVA em 2014), predominando a energia fotovoltaica como tecnologia de produção, invertendo o comportamento dos últimos anos onde a eólica era a tecnologia com maiores ligações.

POTÊNCIA TOTAL DE PRE's INSTALADA POR TIPO DE PRODUÇÃO
(MVA)



**NÚMERO DE INSTALAÇÕES DE PRE'S LIGADOS POR ANO
POR TIPO DE PRODUÇÃO**

No final do ano estavam ligadas à Rede de Distribuição 1.004 instalações de PRE, como resultado das novas ligações e das desligações concretizadas no ano, permitindo um crescimento de 1% face ao ano anterior, com uma potência total instalada de 5.042 MVA (5.000 MVA em 2014). O tipo de produção predominante é o Eólico, logo seguido da Cogeração, do Hídrico e do Fotovoltaico.

3.2.2 OPERACIONAL - GESTÃO DE ATIVOS

CARACTERIZAÇÃO DOS ATIVOS DE REDE

As quantidades dos ativos da Rede de Distribuição no final do ano, discriminados pelos seus principais tipos, estão indicadas no Quadro seguinte:

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EM SERVIÇO

RUBRICA	UNID	31/DEZ/14	31/DEZ/15
Subestações			
Unidades	nº	416	419
Transformadores	nº	725	731
Potência instalada	MVA	17 401	17 608
Linhas (inclui ramais)			
Aéreas	km	81 694	82 175
	km	67 028	67 336
AT (60/132 kV)	km	8 844	8 904
MT (6/10/15/30 kV)	km	58 184	58 433
Cabos Subterrâneos	km	14 666	14 839
	km	531	523
AT (60/132 kV)	km	14 135	14 316
MT (6/10/15/30 kV)	km		
Postos de Transformação			
Unidades	nº	66 719	67 063
Potência instalada	MVA	19 969	19 993
Redes BT (km)			
Aéreas	km	108 586	108 936
Subterrâneas	km	33 243	33 389

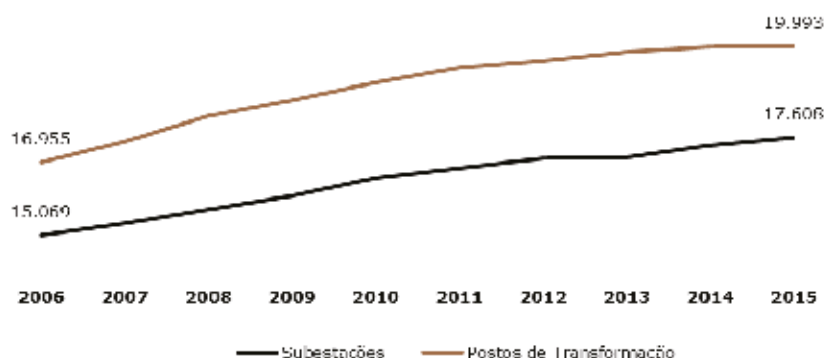
As quantidades indicadas e a respetiva evolução são o resultado da concretização dos diferentes programas de planeamento de redes e de satisfação da procura de energia elétrica, associados a um planeamento cuidado com o objetivo de otimizar o desempenho da Rede em termos de eficiência e uma cada vez melhor qualidade de serviço.

O número de subestações em serviço no final do ano é o resultado da ligação de 6 novas Subestações AT/MT e a retirada de serviço de 3 Subestações MT/MT. Este movimento insere-se no plano de reestruturação da Rede de Alta Tensão (AT) e da Rede de Média Tensão (MT), que inclui a normalização dos diferentes patamares de tensão nesta última rede e a consequente diminuição no número das instalações nela inserida.

As potências instaladas em subestações e em postos de transformação tiveram uma evolução de 2,3% e 2,5% ao ano nos últimos 10 anos, em resultado dos diferentes estudos inseridos no programa de melhoria da qualidade de serviço e redução de perdas.

POTÊNCIA INSTALADA

MVA



No âmbito do programa de Automação de subestações prosseguiu-se com a instalação de 18 novos Sistemas de Proteção, Comando e Controlo (SPCC), com a substituição de 6 Unidades Remotas de Teleação e Automatismos (URTA) e com o *upgrade* funcional de 33 Sistemas de Comando e Controlo. No final do ano, além de totalmente telecomandado, mais de 70% do parque de subestações da EDP Distribuição estava totalmente automatizado.

Ao nível do programa de automação da Rede MT foram instalados, em 2015, 204 novos OCRs e telecomandados 220 PTs, o que se permitiu um total de 6.500 pontos acumulados em operação.

Complementarmente, foi iniciado em 2015 o projeto de implementação da detecção de defeitos fugitivos na Rede MT, que envolveu a instalação de sensores em 566 Órgãos de Corte de Rede (OCR) existentes, o que permitiu cobrir quase 50% dos troços telecomandados.

As telecomunicações constituem uma infraestrutura crítica de suporte ao negócio, com um crescente aumento da sua importância e dependência para a Gestão da Rede Elétrica. No âmbito da sua evolução e adequação à evolução dos requisitos operacionais, concluiu-se em 2015 o processo de qualificação de soluções em tecnologia IP-MPLS e iniciou-se o processo de consulta ao mercado para o fornecimento e implementação de uma nova Rede Core, com cobertura de 100% das Subestações, para assegurar a totalidade dos seus serviços críticos, com melhoria de performance, disponibilidade e segurança.

Complementarmente, foi desenhado um novo modelo de Gestão e Operação Integrada dos Serviços Críticos de Telecomunicações, Cibersegurança, Controlo e Automação, que reforçará a proatividade operacional na detecção permanente e resolução de incidentes técnicos e de segurança, dotando a empresa de um importante processo de *Assurance* (Garantia e de Melhoria contínua) abrangendo aqueles serviços críticos.

Foi igualmente analisada a utilização de tecnologia 4G (LTE) para uma nova plataforma *wireless* de suporte à Rede de Acesso, estabelecendo-se um processo de análise junto da ANACOM para definição das ações necessárias à obtenção de espectro radioelétrico para uma eventual Rede Privativa LTE, bem como à utilização de novos mecanismos de interoperabilidade entre os Operadores Móveis Nacionais, que potencie a utilização complementar das suas Redes nacionais como medida de melhoria da sua resiliência e qualidade de serviço, nomeadamente em situações atmosféricas adversas.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Como Operador da Rede de Distribuição, a EDP Distribuição tem a obrigação de assegurar a alimentação das cargas e a ligação de produtores, tendo em vista a satisfação dos consumos em condições técnicas adequadas de acordo com as exigências regulamentares, nomeadamente em termos de qualidade de serviço e segurança, procurando simultaneamente o aumento da eficiência da Rede e o retorno dos investimentos, tendo sempre presente as orientações de políticas energéticas nacionais.

O investimento necessário para assegurar esta missão insere-se numa política de investimentos da Empresa seguida nos últimos anos, suportada num conjunto de estudos de Planeamento de Redes cujas obras a realizar, segundo a respetiva motivação principal, se podem caracterizar do seguinte modo:

- Investimento Obrigatório: obras de investimento inerentes à ligação de novos clientes e produtores, incluindo loteamentos e urbanizações. Considera ainda todas as obras necessárias à criação de condições na rede para a alimentação dos consumos e/ou receção da energia e as obrigações estabelecidas nos contratos de concessão com os municípios;
- Investimento de Iniciativa da Empresa: obras de investimento inerentes à manutenção e melhoria das condições de funcionamento da Rede. Neste âmbito incluem-se os aumentos de capacidade existente, a reabilitação de instalações que se encontram desadaptadas face às exigências técnicas atuais e a instalação de aparelhos telecomandados na Rede MT.

O Investimento de Iniciativa da Empresa é definido tendo em consideração a racionalidade técnico-económica, as exigências de qualidade de serviço técnica impostas pelo Regulamento de Qualidade de Serviço bem como os incentivos à sua melhoria e à redução da energia de perdas expressos no Regulamento Tarifário, assim como os objetivos inerentes à manutenção e melhoria das condições de alimentação de clientes pré-existentes e preocupações ambientais. Encontra-se caracterizado em diversos Programas de Investimento, cada um deles de âmbito específico e com impacto num ou mais dos seguintes quatro vetores: (i) segurança de abastecimento, (ii) qualidade de serviço, (iii) eficiência da rede e (iv) eficiência operacional.

O fator ambiental condiciona de forma significativa o projeto das instalações, principalmente no que se refere às respetivas localizações, sobretudo com as subestações, e ao estabelecimento de linhas subterrâneas em zonas de maior densidade populacional.

Os estudos de desenvolvimento da Rede têm também de levar em consideração o provimento de capacidade de ligação suficiente para satisfazer os pedidos conhecidos, os quais estão associados às metas de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis ou de cogeração definidas no âmbito do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e no Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALEII).

Adicionalmente, o crescente incremento da produção descentralizada de eletricidade em Baixa Tensão (microprodução e miniprodução) e o impacto dessa produção no funcionamento das Redes de Baixa Tensão são acompanhados com desenvolvimentos previstos no âmbito do projeto InovGrid, destinado a implementar funcionalidades avançadas de gestão da Rede de Distribuição.

Ainda no âmbito do investimento inovador, a EDP Distribuição tem em curso um programa de introdução de sensorização e inteligência nas redes AT e MT, com o objetivo de assegurar uma gestão crescentemente mais

eficiente da rede, aumentando a capacidade de supervisão e controlo, melhorando também a capacidade de gestão das equipas no terreno.

O planeamento da Rede de Distribuição tem também de estar coordenado com o planeamento da Rede Nacional de Transporte, de forma a assegurar a coerência entre os projetos nas duas redes, nomeadamente no que diz respeito às ligações entre as mesmas.

Como detentora da concessão da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade em Média e Alta Tensão em Portugal Continental e das Redes de Distribuição em Baixa Tensão em todos os municípios de Portugal Continental, a EDP Distribuição está obrigada a realizar de dois em dois anos o Plano de Desenvolvimento e Investimento Quinquenal da Rede de Distribuição (PDIRD), conforme estabelecido em legislação publicada em 2012. Este plano deve estar coordenado com o planeamento da Rede de Transporte e tem por base a caracterização técnica da Rede e da oferta e procura de energia elétrica atuais e previstas. O PDIRD é enviado, de acordo com a legislação, cada ano para a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) para apreciação, que por sua vez o remete à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) após eventuais alterações, sendo submetido posteriormente a consulta pública. No fim do processo, o PDIRD é sujeito a aprovação pelo Governo.

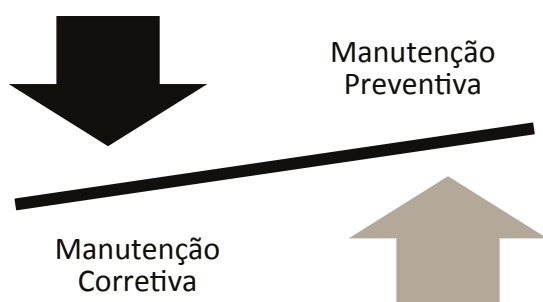
O PDIRD 2015-2019 mereceu a aprovação do membro do Governo responsável pela área de energia em abril de 2015, estando a EDP Distribuição a proceder à implementação da estratégia de investimentos na Rede Nacional de Distribuição descrita nesse Plano.

POLÍTICA DE MANUTENÇÃO

A EDP Distribuição está comprometida com uma Política de Manutenção baseada em metodologias e estratégias que garantam o desempenho eficiente, seguro e sustentável dos seus ativos, otimizando o ciclo de vida dos mesmos.

As políticas e critérios de manutenção sustentam-se cada vez mais na monitorização da condição técnica dos ativos e na identificação e avaliação dos respetivos riscos associados, permitindo, por um lado, atuar na altura certa, isto é, antes das falhas ocorrerem, assegurando um bom desempenho dos seus ativos técnicos com custos justificados e risco controlado e por outro definir e sustentar planos de reabilitação de renovação de ativos priorizados em função no nível de risco.

Esta abordagem tem vindo a revelar-se de grande importância para garantir uma melhoria contínua nos níveis de Qualidade de Serviço Técnica (QST), maximizando a disponibilidade dos mesmos, reduzindo o número de falhas e minimizando as interrupções no fornecimento de energia elétrica aos clientes, bem como para controlar e mitigar o nível risco dos seus ativos.



Um maior esforço de manutenção preventiva dirigida aos ativos, mais expressivo no caso dos ativos com índice de saúde menos satisfatório, tem conduzido a uma redução das ações de manutenção corretiva.

Paralelamente, a EDP Distribuição faz uma aposta clara na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, processos e metodologias, numa perspetiva de promover o desenvolvimento de novas soluções, técnicas e tecnológicas, e a incorporação de práticas de excelência que se traduzam em

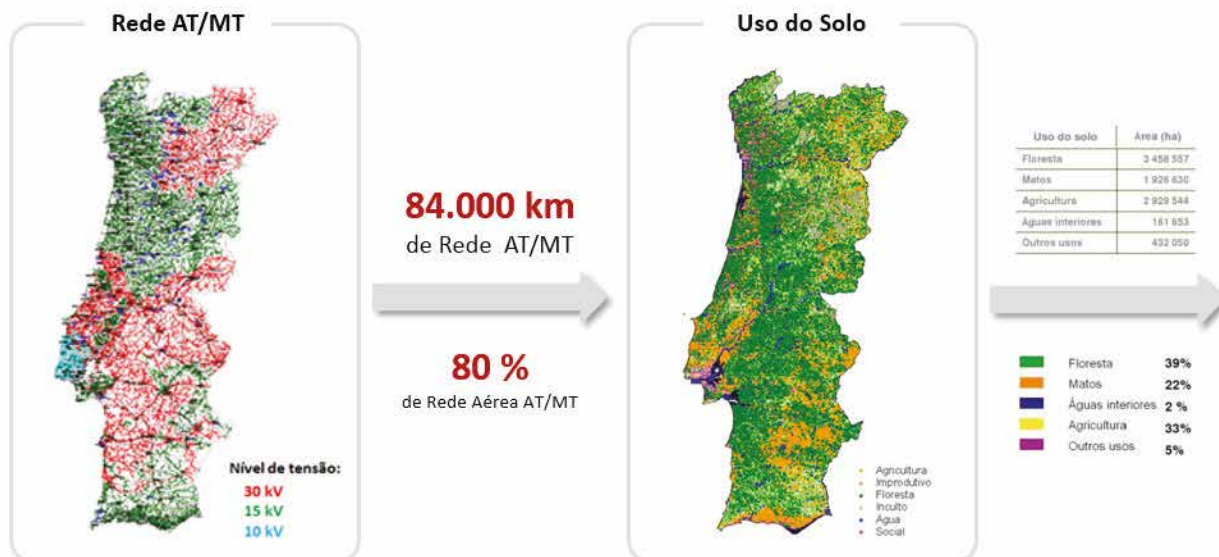
melhorias do desempenho dos ativos técnicos e permitam a redução dos custos de manutenção.

A aposta na sensorização, através da integração de métodos *online* de monitorização da condição dos ativos técnicos, tem vindo a revelar-se decisiva para a adoção de uma manutenção mais preditiva baseada na sintomatologia dos ativos técnicos, possibilitando uma atuação mais criteriosa e também permitindo capturar poupanças ao nível da manutenção preventiva sistemática por via de uma redução da periodicidade dessas ações.

É neste contexto que a EDP Distribuição tem vindo a identificar, desenvolver e testar um conjunto de sensores para monitorização de variáveis críticas de ativos para suporte a planos de manutenção preditiva.

FAIXAS DE PROTEÇÃO

Em Portugal, a área ocupada por floresta corresponde a cerca de 60% do território, pelo que uma grande percentagem de rede aérea AT/MT cruza zona florestal. Dos 84.000 km de rede de Alta (AT) e Média Tensão (MT), cerca de 67.000 km são em traçado aéreo e destes, 26.000 km estão estabelecidos em zona florestal.



Como operador da rede de distribuição, a EDP Distribuição obriga-se a manter e gerir estes ativos técnicos garantindo o cumprimento da legislação aplicável, nomeadamente no integral cumprimento do Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta e Média Tensão (RSLEAT).

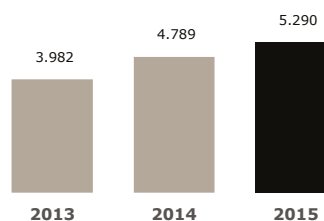
A Empresa procede à monitorização da condição técnica da Rede Aérea AT/MT através da realização de inspeções visuais, termográficas e com medição por laser de distâncias dos condutores aos obstáculos, sobretudo por via aérea através de helicóptero. Em função da avaliação efetuada, prioriza e estabelece planos de manutenção com o intuito de assegurar a boa exploração da rede, nomeadamente garantindo as distâncias regulamentares dos condutores às árvores.

A Manutenção das Faixas de Proteção das Linhas Aéreas AT/MT é determinada em função das inspeções efetuadas à rede AT/MT. Anualmente, a EDP Distribuição efetua inspeções visuais e termográficas com medição de distâncias a ≈14.000 km de rede aéreas AT/MT.

Em 2015, a EDP Distribuição efetuou ações de manutenção da faixa de proteção em aproximadamente 5.290 km de Rede Aérea AT/MT, o que representa aproximadamente 20% da Rede AT/MT estabelecida em zona florestal.

Estas intervenções têm contribuído para tornar as linhas aéreas de média e alta tensão mais resilientes a fenómenos atmosféricos adversos, os quais têm ocorrido com maior frequência.

FAIXAS DE PROTEÇÃO (km)



REDE SECUNDÁRIA DE FAIXA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

A EDP Distribuição é também responsável pela gestão de combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 12,5m, para Linhas Aéreas de Alta Tensão, e 7,5m, para Linhas Aéreas de Média Tensão para cada um dos lados, nos troços de rede que integram a Rede Secundária de Faixa de Gestão de Combustível, conforme definido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Estas ações enquadram-se no Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI), visando (i) a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo, (ii) a redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva a rede de distribuição de energia elétrica, (iii) o isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Em 2015, procedeu-se à constituição/reconstituição de 3.840ha de Rede Secundária de Faixa de Gestão de Combustível, cumprindo integralmente com o definido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

3.2.3 OPERACIONAL - QUALIDADE DE SERVIÇO

QUALIDADE DE SERVIÇO TÉCNICA

No capítulo da Qualidade de Serviço Técnica registámos, no ano de 2015, os melhores valores de sempre nos indicadores internacionalmente utilizados para aferir esta qualidade, nomeadamente nos que traduzem a eficiência da Empresa na garantia da continuidade de serviço, na MT e na BT: Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada na rede MT (TIEPIMT), Duração Média das Interrupções do Sistema (SAIDI) e Frequência Média de Interrupções do Sistema (SAIFI).

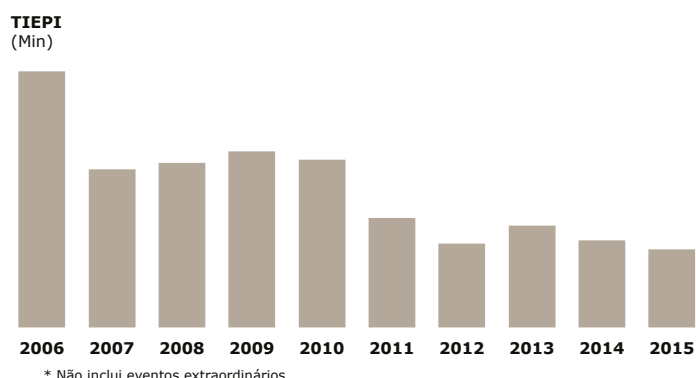
Esses indicadores encontram-se ilustrados no quadro seguinte:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TIEPI MT (minutos)	121	116	76	58	70	60	54
END (GWh)	8,6	7,8	5,1	4,0	4,7	4,1	4,0
SAIFI MT (nº)	3,1	3,6	2,4	1,7	2,0	1,8	1,8
SAIDI MT (minutos)	186	189	126	87	105	88	86
SAIFI BT (nº)	3,5	4,0	2,5	1,9	2,0	1,6	1,5
SAIDI BT (minutos)	238	222	134	98	109	77	77

Nota: Estes valores incluem interrupções com origem na RNT e excluem interrupções resultantes de Eventos Excepcionais

A evolução mais recente do indicador Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada em Média Tensão (TIEPIMT), não considerando o impacto dos temporais e dos eventos excepcionais, permite concluir que existe uma tendência de redução sustentada, no que respeita a este importante indicador global da disponibilidade da Rede.

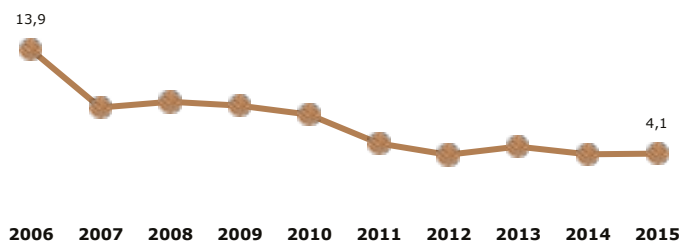
Para este resultado têm contribuído os investimentos específicos e os planos criteriosos de manutenção dos equipamentos em serviço, efeitos esses igualmente ampliados pelos projetos de modernização e automatização da Rede Elétrica.



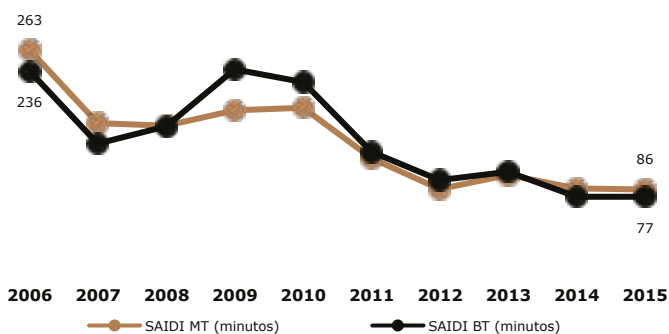
Os restantes indicadores gerais de Qualidade de Serviço, nomeadamente, a energia não distribuída (END), a frequência média de interrupções do sistema (SAIFI), a duração média das interrupções do sistema (SAIDI) e o número de interrupções a clientes têm acompanhado a evolução favorável do TIEPIMT.

ENERGIA NÃO DISTRIBUÍDA – END

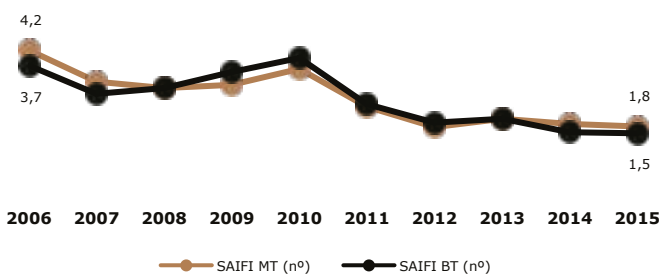
(GWh)

**SAIDI MT E BT - DURAÇÃO DAS INTERRUPÇÕES**

(Min)

**SAIFI MT E BT - FREQUÊNCIA DA INTERRUPÇÕES**

(Número)



O cuidado posto na vigilância das faixas de proteção das linhas aéreas AT e MT e o aumento de eficiência obtido na intervenção de cariz técnico-operacional em toda Rede, têm sido determinantes para minimizar os impactes adversos das condições atmosféricas, mesmo das de normal intensidade, o que, por regra, permite efetuar reposições do fornecimento de energia elétrica mais céleres aos clientes afetados.

No que diz respeito à Qualidade da Energia Elétrica (QEE), como resultado da apreciação global das ações de medição efetuadas pela EDP Distribuição em cumprimento do seu Plano de Monitorização 2015-2016, em conformidade com o disposto no RQS, salienta-se a continuação dum nível elevado de qualidade, no fornecimento de energia elétrica aos seus clientes e a realização da monitorização permanente da QEE em cerca de 12% das subestações AT/MT da EDP Distribuição.

Neste âmbito, nas suas relações com clientes com exigências acrescidas de QEE, a Empresa visa sempre estabelecer relações de confiança técnica procurando esclarecer, resolver ou atenuar situações eventualmente anómalas ou de qualidade de serviço deficiente por si detetadas ou comunicadas pelos clientes.

QUALIDADE DE SERVIÇO COMERCIAL

INDICADORES

Em 2015, a EDP Distribuição continuou a aposta na melhoria da qualidade de serviço comercial que é prestada aos utilizadores das suas redes, por forma a dar resposta aos desafios colocados pelo novo Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS), em vigor desde 2014. Foi necessário, durante 2015, proceder à melhoria do desenho de alguns dos processos ao nível da recolha e do tratamento de dados.

O RQS estabelece padrões de qualidade de serviço para quatro dos indicadores gerais referentes a serviços, a atendimento e a pedidos de informação.

INDICADORES GERAIS DE QUALIDADE DE SERVIÇO (%)



Os indicadores relativos ao atendimento telefónico para comunicação de avarias e à resposta a pedidos de informação registaram em 2015 um desempenho claramente acima dos padrões estabelecidos no RQS.

O cálculo do valor do indicador relativo às ativações de fornecimento encontra-se ainda em processo de validação. Com efeito, em 2015 foi realizada uma análise ao processo relativo ao apuramento dos valores do indicador das ativações de fornecimento que assenta no tratamento de informação referente aos diferentes estados de execução das ordens de serviço, tendo sido proposto à ERSE a introdução de melhorias no cálculo deste indicador, de forma a não serem incluídas as situações em que o serviço não é executado por razões não imputáveis ao ORD.

Indicadores Gerais do Relacionamento Comercial e respetivos padrões

	PADRÃO (%)	2015
Ativações do fornecimento (até 2 dias úteis)	90	N.D.
Atendimento telefónico para comunicação de avarias (até 60 seg. espera)	85	97,8
Pedidos de informação apresentados por escrito	90	96,5
Frequência de leitura de equipamentos de medição	92	91,4

Com a entrada em vigor em 2014 do novo RQS, passou a ser acompanhado o desempenho do ORD em termos da leitura de contadores BTN independentemente do grau de acessibilidade ao equipamento de medição. De referir que 86% dos equipamentos não tem acesso direto a partir de local público, o que dificulta a recolha de leituras e, conseqüentemente, o cumprimento do padrão estabelecido para este indicador. Em 2015 registou-se uma melhoria deste indicador em relação ao ano anterior em cerca de 4 pontos percentuais.

PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

No domínio da eficiência energética, destaque para a candidatura da EDP Distribuição ao Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica para 2013-2014 (PPEC 2013-2014), mediante a apresentação de candidatura para várias medidas, tendo sido aprovadas pela ERSE, para implementação, as seguintes:

- Instalação de Relógios Astronómicos na Iluminação Pública, tendo já sido instalados 11.750 Relógios Astronómicos na rede de Iluminação Pública;
- Instalação de Balastros Eletrónicos multi-nível para regulação de fluxo na Iluminação Pública;
- Instalação de Sistemas de Regulação de Fluxo na Iluminação Pública.

ENCONTRO COM COMERCIALIZADORES

Dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela EDP Distribuição, na dupla função de operador da rede de distribuição em AT, MT e BT e de gestor do processo de mudança de comercializador, foram realizadas no ano de 2015 duas reuniões com todos os comercializadores. Não só os que já se encontram a operar em Portugal Continental, mas também com aqueles que estão a iniciar a atividade como comercializador de energia elétrica.

À semelhança de outras reuniões, foram discutidos temas de interesse comum ao nível da faturação na mudança de comercializador, faturação agregada, novo RQS-compensações, cálculo da caução, interrupção pelo comercializador de último recurso, alterações aos modelos de dados, autoconsumo, medição de energia, auditoria ao processo de *switching*, portal na internet, contato preferencial, etc.

ENCONTRO COM DISTRIBUIDORES DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO

Na sequência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela EDP Distribuição, na dupla função de operador da rede de distribuição em AT, MT e BT e de gestor do processo de mudança de comercializador, foram realizadas no ano de 2015 duas reuniões com todos os operadores da rede de distribuição exclusivamente em baixa tensão, onde foram discutidos temas de interesse comum (metodologia de disponibilização de informação prevista no GLMDD e no documento complementar, formato da informação a disponibilizar - micro e mini produção, clientes de ML ligados à rede dos ORDBT, periodicidade da troca de informação, alteração da faturação das tarifas de acesso às redes, portal GPMC, etc.).

3.2.4 FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

No final do período de 2015, o ativo totalizou 5.264 milhões de euros, ligeiramente inferior ao valor do ano 2014.

RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MILHÕES DE EUROS	2015	2014	D %
ATIVO	5 264	5 484	-4%
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2 410	2 406	0%
Investimentos financeiros em empresas filiais	105	105	0%
Propriedades de investimento	7	7	-
Ativos por impostos diferidos	254	184	38%
Clientes	485	513	-5%
Devedores e outros ativos *	1 971	2 241	-12%
Inventários	30	26	18%
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	2	3	-
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	-
CAPITAIS PRÓPRIOS	764	645	19%
PASSIVO	4 500	4 840	-7%
Dívida financeira *	2 298	2 848	-19%
Benefícios aos empregados	1 179	1 225	-4%
Provisões para riscos e encargos	53	46	16%
Credores e outros Passivos	970	721	35%
CAPITAIS PRÓPRIOS + PASSIVO	5 264	5 484	-4%

* Inclui Suprimentos concedidos à EDP SU (Ativo) e suprimentos contraídos junto da EDP, SA (Passivo) no montante de 900 milhões de euros em 2014 e 2015.

Os Ativos fixos tangíveis e intangíveis, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotado pela União Europeia, apresentam-se líquidos de Participações de Clientes e representam cerca de 46% do Ativo total, sendo que a variação de saldo se explica pelo investimento realizado, de aproximadamente 308 milhões de euros, compensados pelas amortizações e depreciações do período.

A rubrica Devedores e outros ativos inclui suprimentos concedidos à EDP Serviço Universal (EDP SU) para fazer face às suas necessidades de financiamento, no montante de 900 milhões de euros em 2014 e 2015. Este suprimento não tem impacto na EDP Distribuição, uma vez que também está registado no Passivo (em Dívida Financeira) o suprimento contraído junto da EDP, SA, no mesmo montante.

Adicionalmente, esta rubrica engloba ainda o saldo do Sistema Financeiro (*Cash-Pooling*) ativo, no montante de 181 milhões de euros, cuja variação face ao ano anterior (2014: 463 milhões de euros) decorre essencialmente dos efeitos favoráveis ocorridos nesse ano, nomeadamente a securitização realizada em dezembro de 2014, no montante de 229 milhões de euros.

A rubrica de Ativos por impostos diferidos apresenta um aumento de 70 milhões de euros, causado por alguns efeitos não recorrentes ocorridos no final de 2015.

Os Capitais Próprios aumentam 119 milhões de euros devido essencialmente à aplicação de resultados do ano anterior (Resultado Líquido 2014: 226 milhões de euros), que permitiu um pagamento de dividendos à EDP, SA, no montante de 113 milhões de euros, e do aumento do Resultado Líquido do ano em 24 milhões de euros, apesar da cobertura de variações negativas derivadas de responsabilidades atuariais, no montante líquido de imposto de aproximadamente 18 milhões de euros.

No Passivo observa-se uma diminuição de 340 milhões de euros, maioritariamente justificada pela variação da Dívida financeira, que resulta essencialmente do vencimento de duas tranches de suprimento, no montante de 800 milhões de euros, parcialmente compensado pelo suprimento constituído no final de dezembro junto da EDP, SA, no montante de 250 milhões de euros e do saldo do Sistema Financeiro (*Cash-Pooling*) passivo, no montante de 244 milhões de euros.

A rubrica de Fornecedores reduziu em cerca de 134 milhões de euros essencialmente pelo efeito da parcela do CMEC Revisibilidade 2015, a pagar à REN, não ter sido faturada mas sim especializada em dezembro de 2015 (face a 129 milhões de euros faturados em 2014). No entanto, esta redução é compensada pela especialização desta fatura em Credores e Outros Passivos de Atividades Comerciais - corrente, no montante de 41 milhões de euros e do aumento das rubricas de Credores com Empresas do Grupo, no montante de 52 milhões de euros.

FINANCIAMENTO

A evolução da dívida financeira líquida da EDP Distribuição em 2015 é evidenciada no quadro seguinte:

MILHÕES DE EUROS	2015	2014	ΔVALOR
Suprimentos (CP + MLP)*	1 393	1 943	-550
Conta Corrente com EDP, SA + Outros ¹	106	-463	570
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	-2	-3	1
Dívida Líquida*	1 497	1 477	20

* Dívida Líquida de suprimentos concedidos à EDP SU, 900 milhões de euros em 2014 e 2015, e respetivos juros de 5 milhões de euros em 2014 e 2015

¹ Em 2015, o saldo da Conta Corrente com EDP, SA + Outros, no montante de 106 milhões de euros, inclui 181 milhões de euros de Sistema Financeiro (Cash-Pooling) ativo, 244 milhões de euros de Sistema Financeiro (Cash-Pooling) passivo e 43 milhões de euros credores com a EDP, SA, que ficaram registados na EDP Distribuição em Outros Credores de Atividades Comerciais – corrente.

A Dívida Líquida da EDP Distribuição ascende a 1.497 milhões de euros em 2015, mantendo-se globalmente no patamar de 2014 e beneficiando do recebimento de dividendos da EDP SU, no montante de 45 milhões de euros, e do diferimento do pagamento à REN para 2016, no montante de 41 milhões de euros, conforme já referido anteriormente.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Apresenta-se de seguida a Demonstração dos Resultados, que reflete a evolução da atividade operacional no ano de 2015:

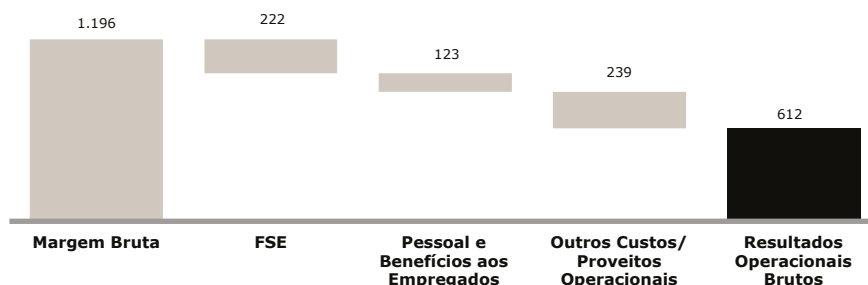
Resumo da Demonstração dos resultados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

MILHÕES DE EUROS	2015	2014	Δ %
Margem Bruta	1 196	1 214	-1%
Fornecimentos e serviços externos	222	236	-6%
Custos com pessoal e benefícios aos empregados	123	59	110%
Rendas das concessões	251	253	-1%
Outros custos (líquidos)	-12	-22	-46%
Custos Operacionais	584	526	11%
Resultados Operacionais Brutos	612	688	-11%
Provisões	8	3	167%
Amortizações, depreciações e imparidades	240	240	0%
Resultados Operacionais	364	445	-18%
Resultados Financeiros	-49	-92	-47%
Resultados antes de impostos e CESE	315	353	-11%
Imposto sobre os lucros	40	102	-61%
Contribuição extraordinária para o setor energético	26	25	-
Resultado Líquido do Período	250	226	11%

Os Resultados Operacionais Brutos diminuíram 11% face ao período homólogo de 2014 atingindo 612 milhões de euros em 2015. Excluindo os efeitos não recorrentes relacionados com Benefícios aos Empregados (*Plan Amendment* e da Provisão para saídas por pré-reforma) que beneficiaram 2014, no montante de 60 milhões de euros, a variação face ao período homólogo seria de -3%, refletindo o esforço de contenção de custos que mitigam o decréscimo da Margem.

DETALHE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS BRUTOS EM 2015

Milhões de euros



Como se pode observar pelo gráfico acima, os resultados operacionais brutos resultam da Margem Bruta da empresa, no montante de 1.196 milhões de euros, e são consumidos pelos custos operacionais e pelas rendas de concessão.

A Margem Bruta apresenta um decréscimo de 1% face a 2014, principalmente pela redução da taxa de retorno sobre a Base de Ativos (de 8,26% para 6,34%), apesar do impacto positivo do investimento no ano. A margem bruta reflete também o reposicionamento da base de custos para o novo período regulatório (introdução do indutor km de rede e eliminação da energia injetada na PRE).

Os custos operacionais refletem:

- 222 milhões de euros de Fornecimentos e serviços externos, ligeiramente abaixo do ano 2014, sendo de destacar: o decréscimo dos custos com conservação e reparação decorrente do impacto favorável da nova Empreitada Contínua 2015, que permitiu reduzir os custos unitários das tarefas, e da redução da reparação de avarias devido a boas condições atmosféricas e desempenho da rede; redução de serviços ao cliente pela diminuição das ordens de serviço de corte; e redução global de serviços prestados por terceiros. Adicionalmente, verificou-se uma redução geral das faturas do Grupo.
- 123 milhões de euros de Custos com Pessoal e Benefícios aos Empregados, que refletem o aumento dos custos com pessoal capitalizados e o aumento verificado em Benefícios sociais pelos encargos com benefícios de eletricidade registados em 2015 (9 milhões de euros). Em 2014, os Benefícios sociais incluem os efeitos extraordinários do *Plan Amendment*, no montante de 87 milhões de euros e da Provisão para saídas por pré-reformas, no valor de 27 milhões de euros (efeito líquido positivo: 60 milhões de euros).
- 239 milhões de euros de Outros Custos e Outros Proveitos Operacionais, explicados essencialmente pelo valor a pagar aos Municípios pela concessão da rede de Baixa Tensão.

Os Resultados Financeiros de 2015 são favoráveis face ao período homólogo pelo impacto do recebimento de dividendos pela EDP Serviço Universal, no montante de 45 milhões de euros. Em suma, o Resultado Líquido alcançou os 250 milhões de euros, o que compara com 226 milhões de euros no ano anterior.

INVESTIMENTO

O investimento a custos totais líquido de participações realizado pela EDP Distribuição ascendeu a 308 milhões de euros em 2015, encontrando-se em linha com o ano anterior (2014: 305 milhões de euros).

Apresenta-se de seguida o detalhe do investimento realizado pela EDP Distribuição nos últimos dois anos:

INVESTIMENTO A CUSTOS TOTAIS

MILHÕES DE EUROS	2015	2014	Δ %
Investimento Custos Primários	230	234	-2%
Específico	190	219	-13%
Alta Tensão	36	38	-6%
Média Tensão	42	63	-33%
Baixa Tensão	67	70	-5%
Iluminação Pública	9	11	-21%
Outros	36	37	-2%
Não específico	40	15	159%
Sistemas informáticos	14	4	265%
Outros	26	11	131%
Encargos Gestão, Estrutura e Financeiros	100	92	8%
Investimentos Custos Totais	330	327	1%
Comparticipações Financeiras	22	22	-1%
Investimento Custos Totais Líquido de Participações Financeiras	308	305	1%

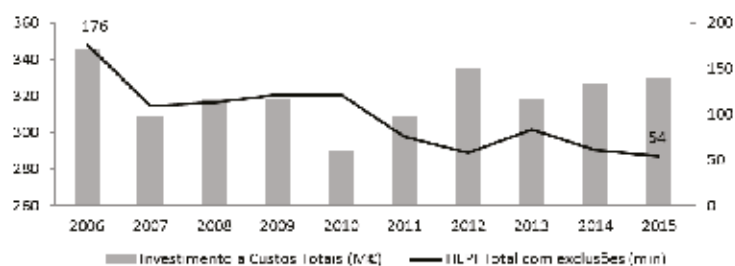
No que concerne ao Investimento Específico, em 2014 ocorreu um reforço do investimento corrente urgente para dar resposta aos efeitos dos temporais Gong e Stephanie. Em 2015, foi assim possível reduzir o investimento nesta natureza. Por outro lado, tendo por base a redução dos consumos e pontas nos anos mais recentes, no seguimento do abrandamento da atividade económica, tem-se verificado uma tendência de diminuição das necessidades de investimento em segurança de abastecimento. Deste modo, verificou-se uma redução do investimento mais diretamente relacionado com a evolução da procura, nomeadamente em desenvolvimento de rede e corrente programável DRC's BT.

O Investimento Não Específico apresenta um aumento face ao ano anterior devido à aquisição de três frações do Edifício do Porto (17,5 milhões de euros) e aquisição do direito de utilização da ferramenta informática SIM-RH, no montante de 7,3 milhões de euros.

Os Encargos de Gestão, Estrutura e Financeiros apresentam um aumento uma vez que refletem a atualização dos critérios de capitalização revistos no fim do período de 2014, com aplicação efetiva em 2015.

No ano 2015, o valor de Participações encontra-se em linha com o ano anterior, principalmente devido ao mesmo nível de investimento obrigatório.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO E DO TEMPO DE INTERRUÇÃO DE FORNECIMENTO



O melhor TIEPI de sempre permitiu uma redução do número de Reclamações Técnicas em todas as naturezas (leituras e equipamentos, prejuízos e redes), reflexo da forte política de investimento, focado na melhoria da qualidade de serviço que a EDP Distribuição tem mantido nos últimos anos.

3.3 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Durante 2015, a EDP Distribuição manteve um forte empenho nas atividades e iniciativas de Promoção Ambiental, dando sequência ao trabalho realizado nos anos anteriores e lançando novas metas que permitirão responder aos crescentes desafios que estes temas têm na empresa e na sociedade.

Neste âmbito, reforçaram-se as ações de alinhamento e formação dos colaboradores que desempenham atividades mais operacionais na empresa com o objetivo de atualização contínua de conhecimentos, alinhamento de procedimentos e práticas e uniformização de critérios neste domínio. Destaca-se neste âmbito a preparação e lecionação do curso "Ambiente e Segurança na Distribuição", da Universidade EDP, que envolveu 42 quadros superiores recentes na empresa, a preparação e implementação de formação *e-learning* sobre Sensibilização Ambiental, que foi frequentada por cerca de 790 colaboradores, quadros superiores e técnicos, que desempenham atividades operacionais enquadradas no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da EDP Distribuição, e ainda a preparação e lecionação de módulos específicos de ambiente e sustentabilidade no curso da Universidade EDP para eletricitistas.

Relativamente ao SGA, foi aprovado o plano de alargamento do âmbito da Certificação Ambiental até 2020, suportado numa análise de avaliação de risco ambiental nas subestações, que lhe conferiu um maior rigor e sustentabilidade. Ocorreu em março de 2015 a auditoria de certificação realizada pela entidade externa Lloyd's Register, a qual concedeu com sucesso o alargamento do perímetro do sistema com a inclusão da Direção de Gestão de Fornecedores, Direção de Despacho e Condução, Direção de Ambiente, Sustentabilidade e Continuidade do Negócio, assim como da Área Operacional das Caldas da Rainha da Direção de Rede e Clientes Tejo. Foram também integradas 23 novas subestações, 4 postos de corte AT e 8 de MT, num total até à data de 137 subestações, assim como 36 postos de corte AT e 19 MT.

Foi também possível realizar pela primeira vez um simulacro completo de um cenário de emergência ambiental numa infraestrutura da rede elétrica de uma Área Operacional, de acordo com os procedimentos instituídos na empresa para esse efeito, tendo o mesmo sido muito bem sucedido.

São ainda de realçar todas as iniciativas inerentes à gestão e manutenção do SGA da empresa, designadamente a realização de reuniões transversais com as Unidades Operacionais abrangidas pelo perímetro de certificação ou a preparar para certificação, a realização de auditorias internas ao sistema, a atualização e divulgação de procedimentos, a avaliação da conformidade legal, a formação e sensibilização ambiental, o tratamento de não conformidades, etc.

Mantiveram-se as Auditorias Combinadas de Ambiente e Segurança aos 8 adjudicatários que operam nas áreas de construção, reparação e manutenção de redes, no âmbito do contrato de Empreitada Contínua (EC2015).

O Plano de Promoção Ambiental (PPA) da EDP Distribuição manteve as iniciativas já desenvolvidas nos anos anteriores, tanto ao nível da proteção de Avifauna, do Ruído, da proteção dos solos e substituição de transformadores MT/BT contendo óleo com um teor de PCB entre 50 e 500ppm.

Durante 2015, no âmbito da proteção de Avifauna decorreu a recandidatura ao Programa Life Abutre Negro, a qual tem como Líder de projeto a organização não-governamental de ambiente (ONGA) Quercus e tem como parceiro a EDP Distribuição na correção de linhas aéreas identificadas como perigosas para aquela espécie. Foi também aprovada pela Comissão Europeia (CE) a candidatura Life Rupis, em que o líder de projeto é a ONGA SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e tem como parceiro a EDP Distribuição na correção de linhas aéreas identificadas como perigosas para espécies rapinas. Decorreu ainda o projeto Life Imperial aprovado pela CE em 2014, em que o líder de projeto é a LPN - Liga para a Proteção da Natureza e tem como parceiro a EDP Distribuição na correção de linhas aéreas identificadas como perigosas para a águia imperial. Todas estas candidaturas reforçam o testemunho, proativo e voluntário, da EDP Distribuição na preservação da Biodiversidade. É de realçar que estes projetos são co-financiados a 75%.

A LPN – Liga para a Proteção da Natureza, na qualidade de Chefe de Fila do Projeto, candidatou ao Prémio Natura 2000 de 2015, na categoria Conservação, a iniciativa "Boas Práticas em vedações e linhas elétricas para a conservação da Abetarda", da qual a EDP Distribuição foi parceira. Das 93 candidaturas, a iniciativa da LPN e da EDP Distribuição ficou nas 6 finalistas, na categoria Conservação, tendo contudo sido atribuído o prémio nesta categoria ao Projeto: Blue Reef - Restoration of Stone Reefs in Kattegat da Dinamarca. A cerimónia de entrega dos prémios decorreu em maio de 2015, no Berlaymont Building da CE, em Bruxelas, e contou com a presença dos 6 finalistas de cada categoria e com o júri que avaliou as candidaturas, entre outros convidados, tendo estado presente representantes da LPN e da empresa. A LPN e a EDP Distribuição foram felicitadas e distinguidas com um Certificado de Finalista como reconhecimento e apreço do trabalho desenvolvido no âmbito da conservação da biodiversidade, o qual atesta o excelente desempenho que a empresa tem tido neste domínio.

Ainda no domínio da avifauna, é de destacar as reuniões havidas entre algumas Unidades Operacionais da empresa e as delegações regionais do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, permitindo avanços significativos no reforço das ligações entre a empresa e aquela entidade, assim como no melhoramento e agilidade dos processos que obrigam ao contacto corrente com aquela entidade.

Além das atividades já referidas, continuaram à semelhança dos anos anteriores as ações de gestão e de acompanhamento no terreno no âmbito das limpezas de derrames, operações de resíduos, controlo de equipamentos com GEE (gases efeito de estufa) e contaminados com PCB, assim como o reporte de informação

de sustentabilidade da empresa para vários índices onde o Grupo EDP está representado, entre os quais se destaca o Dow Jones e o Carbon Disclosure Project (CDP).

CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

O ano de 2015 foi um ano chave na EDP Distribuição relativamente à Continuidade de Negócio e ao reforço da estratégia de lançamento e contínua aferição da capacidade da Empresa de manter as suas atividades a níveis aceitáveis pré-definidos em caso de ocorrência de um incidente disruptivo, introduzindo continuamente melhorias nesta capacidade, que tinha levado em 2014 à decisão de certificação do seu Sistema de Gestão.

O processo de certificação em concreto iniciou-se em julho de 2014, com *assessments* voluntários do sistema então desenvolvido e implementação progressiva de melhorias aos seus processos. Em face dos excelentes resultados que foram sendo obtidos nas auditorias internas realizadas, a EDP Distribuição avançou então para o processo de certificação formal, efetuada pelo British Standard Institute, tendo em setembro de 2015 conseguido obter a certificação na norma ISO 22301:2012 Societal security — Business Continuity management systems.

A EDP Distribuição tornou-se assim numa das primeiras empresas europeias a obter a certificação nesta exigente norma, e a primeira Utility na Península. Relevante foi também o facto de os auditores internacionais do British Standards Institute, nas observações finais, terem referido não ser usual encontrarem num Sistema de Gestão de Continuidade do Negócio tão jovem o nível de maturidade que apuraram no Sistema da EDP Distribuição, nem um nível de conformidade tão elevado, o que demonstra o nível de excelência do trabalho realizada ao nível de toda a organização, sob coordenação do Departamento de Continuidade do Negócio. A EDP Distribuição sabe que existe um caminho de melhoria contínua a ser percorrido, sendo no entanto a Certificação um marco pela liderança nesta temática entre as congéneres Europeias.

Ainda neste âmbito, de destacar também a realização de 2 *workshops* sobre Continuidade do Negócio, um dirigido às chefias da EDP Distribuição e outro para as entidades externas parceiras da EDP Distribuição que dão suporte aos seus processos mais críticos.

De realçar também a participação da empresa em vários Grupos de Trabalho de âmbito nacional e internacional sobre resiliência organizacional e continuidade de negócio, destacando-se na primeira a parceria com a Autoridade Nacional de Proteção Civil e na segunda os projetos RESILENS e RESCCUE, financiados pela Comissão Europeia no âmbito do programa de investigação e inovação Horizon 2020.

Por fim, de destacar o planeamento e organização de diversos simulacros relacionados com situações de contingência e a dinamização de protocolo inovador com a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa sobre Resiliência Organizacional, na vertente dos comportamentos das pessoas em situações de emergência ou desastre.

3.4 STAKEHOLDERS

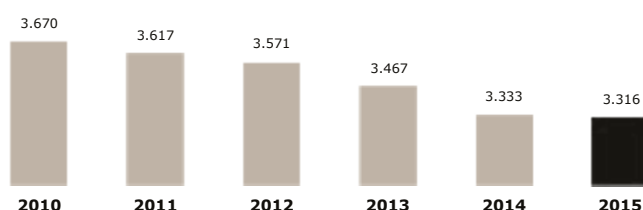
O envolvimento de Stakeholders na EDP Distribuição é uma prioridade estratégica para a manutenção de um diálogo aberto e transparente com as suas partes interessadas. Os objetivos são construir e reforçar relações de confiança, partilhar conhecimento e informação relevante, antecipar desafios e identificar novas oportunidades de cooperação com os nossos Stakeholders.

3.4.1 RECURSOS HUMANOS

QUADRO DE PESSOAL

O número de colaboradores do quadro permanente e cedidos por empresas do Grupo EDP, em exercício na EDP Distribuição a 31 de dezembro de 2015, era o seguinte:

COLABORADORES EM EXERCÍCIO



O saldo líquido das movimentações ocorridas em 2015 foi de menos 17 colaboradores do que os existentes em dezembro de 2014.

No que diz respeito às saídas, o ajuste das condições de elegibilidade para exercício do direito a antecipar a situação de reforma nos termos previstos no Acordo Coletivo de Trabalho implicou uma redução neste tipo de saídas, ainda que continuem a ter o maior impacto, representando 59% (97) do total (164).

Na sequência da implementação do novo Acordo Coletivo de Trabalho em dezembro de 2014, iniciou-se em 2015 o processo de mudança de vínculo dos colaboradores da EDP Estudos e Consultoria em exercício na EDP Distribuição, tendo sido abrangidos 62 colaboradores. Simultaneamente, foram admitidos para o Quadro de Pessoal Permanente 97 Técnicos e 1 Quadro Superior com Contrato a Termo Certo com a O&M Serviços. Com a extinção da EME2 foram integrados 41 colaboradores na EDP Distribuição.

Foram ainda implementados ajustamentos organizativos na DMN e nas DRC, com movimentação de 169 colaboradores das DRC para a DMN.

A unidade de desenvolvimento InovGrid foi reorganizada, conduzindo à implementação da Direção de Operações InovGrid (DOI) e ao ajustamento da DGE e da DTI.

No âmbito da qualificação dos colaboradores destacam-se 6 reclassificações para Quadro Superior e a nomeação de 29 colaboradores para funções em comissão de serviço.

PROGRAMAS E AÇÕES

PLANO DE REJUVENESCIMENTO

Foram realizados 16 processos de recrutamento para a EDP Distribuição em 2015. Ao nível dos Quadros Superiores, verificaram-se 43 novas admissões (20 admissões diretas e 23 provenientes de estágio), a passagem de 7 Contratos a Termo Certo para o Quadro de Pessoal Permanente e a transferência de 13 colaboradores de Empresas do Grupo. Concretizaram-se ainda 10 entradas através de Contrato a Termo Certo.

No que diz respeito a Técnicos, foram realizadas 24 admissões diretas e celebrados 31 Contratos a Termo Certo. Houve ainda 30 movimentações de Empresas do Grupo e verificou-se a passagem de 39 Contratos a Termo Certo para o Quadro de Pessoal Permanente.

No âmbito do processo de Acolhimento e Integração de novos colaboradores, em 2015 garantiu-se o acompanhamento de 73 Quadros Superiores e de 102 Técnicos.

SATISFAÇÃO DE COLABORADORES

O Grupo EDP procura acompanhar o estado de satisfação e comprometimento dos colaboradores, através de uma ferramenta de diagnóstico e planeamento estratégico aplicada à medição da satisfação dos colaboradores. Neste sentido, foi lançado em setembro o Estudo de Clima 2015, que tem por objetivo desencadear uma série de ações de melhoria dos seus diversos indicadores, tendo-se registado uma taxa de resposta de 93%.

ENCONTRO NEW ENERGY

O ciclo de acolhimento e integração dos 78 quadros superiores, admitidos nos últimos 2 anos na EDP Distribuição, culminou num Encontro que ocorreu a 19 de março de 2015 e contou com a presença de 300 convidados.

O principal objetivo foi realizar o balanço desses 2 anos, promovendo a partilha de conhecimentos e fomentando a criatividade e a inovação no âmbito de temas críticos do negócio da Distribuição (Qualidade de Serviço; Regulação e Mercados; Planeamento, Projeto e Construção de Ativos; Relacionamento com Stakeholders; Segurança, Ambiente e Sustentabilidade; Inovação).

Ao rejuvenescer a sua estrutura, a EDP Distribuição procura promover também a partilha e retenção de conhecimento entre as diferentes gerações.

PROGRAMA SEXTANTE

Programa de Mentoring que tem como objetivo orientar e desenvolver jovens Quadros Superiores. A 7ª edição do Programa contou com 18 Mentorados.

PROGRAMA VOLTAGEM

Programa de Mentoring que tem como objetivo orientar e desenvolver jovens Técnicos. Nesta primeira edição, participaram 28 Mentorados.

PROGRAMAS DE ASSESSMENT

Foi dada continuação ao Programa What's your Project, uma iniciativa chave da política de gestão de Recursos Humanos da EDP Distribuição.

Este Programa foca uma ótica de análise, avaliação, conhecimento de expectativas, motivações e identificação de competências chave dos quadros superiores, tendo abrangido a população de Quadros Superiores sem função de Chefia, num total de 100.

PROGRAMA VALORIZAR A EXPERIÊNCIA

É um programa corporativo que tem como objetivo valorizar e potenciar a experiência e o saber acumulado dos colaboradores do Grupo com mais de 30 anos de antiguidade, de todas as funções e geografias.

Nesta 5ª edição do Programa, participaram 48 colaboradores de 12 Direções que partilharam o seu conhecimento em 6 *workshops*.

ENERGIZING DEVELOPMENT PROGRAM

No âmbito da Escola de Desenvolvimento de Diretivos da Universidade EDP iniciou-se, em 2015, o Ciclo de Desenvolvimento de Nível I, 7 colaboradores jovens da EDP Distribuição e foi dada continuidade ao Ciclo de Desenvolvimento de Nível II aos 7 Quadros Superiores que integraram o Programa em 2014.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito da formação profissional, concretizaram-se 96.925 horas de formação, tendo sido abrangidos 3.065 colaboradores, com uma taxa de cobertura de 92%.

A formação profissional assenta no domínio e atualização dos conhecimentos e competências individuais dos colaboradores como condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissional, fundamental para a sustentação de uma organização empresarial inteligente, próspera e socialmente responsável.

A concretização do Plano de Formação assume um compromisso que assenta nos objetivos de desenvolvimento individual com a participação de todos na aquisição de competências e disponibilização de oportunidades e meios, na responsabilidade da organização garantindo disponibilidade no acesso à formação, no alinhamento com o negócio, na gestão do conhecimento e na partilha com a sociedade. A formação técnica teve um papel fulcral neste Plano de Formação.

Manteve-se também a aposta no desenvolvimento dos conhecimentos e competências de gestão, com a participação de 19 colaboradores em cursos de Formação Avançada.

UNIVERSIDADE EDP – ESCOLA DE DISTRIBUIÇÃO – EDP DISTRIBUIÇÃO

Os principais indicadores que traduzem a atividade da Escola de Distribuição em 2015, relativamente a cursos presenciais, são:

FORMAÇÃO		CURSOS (Nº)	EDIÇÕES (Nº)	PARTICIPAÇÕES (Nº)	VOLUME DE FORMAÇÃO (HORAS)
Interna	Quadros Superiores	30	59	1 985	17 011
	Quadros Técnicos	5	58	710	10 697
Para o Exterior*		4	6	26	1 083
TOTAIS		39	123	2 721	28 791

*Estes cursos, sendo para o exterior, não estão registados na Escola de Distribuição.

Para além destes, a Escola de Distribuição ainda apoiou a Formação Individual e Coletiva da Universidade EDP em 6 cursos diferentes, num total de 80 edições, que contaram com 686 participações e que corresponderam a um volume de formação de 8.836 horas. A EDP contou com a colaboração de aproximadamente 150 docentes internos, colaboradores do próprio negócio da distribuição, e 4 externos.

Em 2015 iniciou-se a realização dos primeiros cursos em *e-learning*, num total de 12 horas para o segmento dos quadros superiores e de 22 horas para o dos quadros técnicos.

Durante este ano desenvolveram-se atividades relativas à preparação de conteúdos e de manuais de apoio a cursos, de que se destacam os seguintes, já operacionalizados em 2015:

- Medição de Resistência de Terra;
- Operador da Rede BT;
- Telecomando da Rede MT;
- Eletricistas de Exploração da Rede de Distribuição.

Destaca-se ainda a realização do primeiro curso integralmente pelo método do caso (InovGrid) e o Workshop de Integração dos Técnicos (A Energia da Distribuição a 360º), que teve como objetivo identificar as necessidades formativas do segmento dos quadros técnicos, nas várias atividades do Negócio da Distribuição, e começar a estruturar as bases para a construção da oferta formativa para os mesmos.

Salienta-se também a criação do centro de treino de Coimbra da Direção Despacho e Condução (DDC), onde passou a ser ministrada a componente prática das ações de formação e de reciclagem dos técnicos da DDC, e a utilização do laboratório de telecomando da rede de Setúbal, para ministrar a componente laboratorial do curso de telecomando da rede MT.

Em 2015, a continuação da participação no projeto do Curso Vocacional Secundário de Técnico(a) de Redes Elétricas, desenvolvido pelo Ministério da Educação e Ciência, foi consolidado pela Celebração de protocolos entre a EDP - Energia de Portugal, S.A. e o Ministério da Educação e Ciência, as Escolas Secundárias António Damásio em Lisboa, São Pedro em Vila Real e Francisco Fernandes Lopes em Olhão e as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro e Algarve, e traduziu-se essencialmente em:

- Colocar 4 turmas a funcionar (2 em Lisboa, 1 em Vila Real e 1 em Olhão);
- Apoiar as Escolas através da participação de técnicos em contexto de sala de aula para abordar matérias específicas, na deslocação dos alunos e professores a instalações da EDP e da EDPD, em visitas a obras e na cedência de documentação da empresa;
- Preparar e implementar o estágio formativo que o curso integra, a realizar na EDP Distribuição, com uma duração de 1.400 horas.

No âmbito deste estágio formativo foi construído um parque de treinos nas instalações do Centro de Formação em Sacavém. Durante este ano, e no âmbito destas parcerias, a EDP Distribuição participou nas visitas dos Ministros da Educação de Itália, Turquia, Alemanha e Portugal realizadas à 1ª turma do Curso Vocacional de Técnico de Redes Elétricas.

Na sequência do desenvolvimento de contactos efetuados com a D. Dinis *Business School*, surgiu a oportunidade da EDP Distribuição poder patrocinar as Business Lessons, uma ação piloto com apresentações na área da eficiência energética.

PREVENÇÃO, SEGURANÇA E SINISTRALIDADE

O acompanhamento das condições de segurança no trabalho, ao nível das atividades e instalações, concretizou-se através da realização de 2.385 observações preventivas de segurança e 5.223 auditorias internas de segurança.

Em matéria de sinistralidade, os valores registados no último ano apresentam uma trajectória contrária ao esforço evidenciado pela EDP Distribuição relativamente a este tema, pelo que o mesmo será alvo de empenho redobrado no próximo ano.

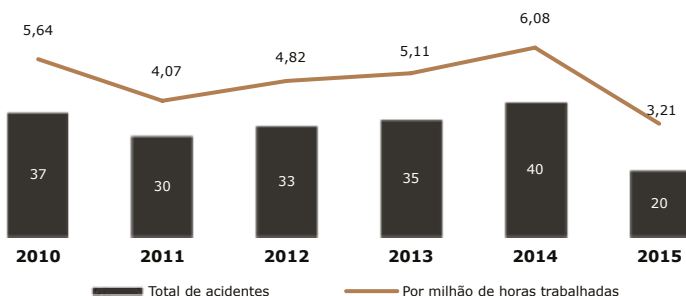
Em 2015 registaram-se 24 acidentes com baixa nas atividades asseguradas por colaboradores internos, que representaram 4,40 acidentes por milhão de horas trabalhadas e ausências ao serviço de 214 dias por milhão de horas trabalhadas.

NÚMERO DE ACIDENTES NA EDP DISTRIBUIÇÃO E ÍNDICE DE SINISTRALIDADE



Nas atividades realizadas por parceiros de negócio, registaram-se 20 acidentes com baixa, que representaram 3,21 acidentes por milhão de horas trabalhadas e ausências ao serviço de 332 dias por milhão de horas trabalhadas, havendo 1 vítima mortal a lamentar.

NÚMERO DE ACIDENTES NOS PSEs E ÍNDICE DE SINISTRALIDADE



Foram realizadas Observações Preventivas de Segurança (OPS), onde se repensaram as abordagens inovadoras para redução de sinistralidade, temas que serviram de base à realização de 15 Workshops de Segurança realizados nas Direções de Rede e Clientes, que contaram com a presença de 340 chefias operacionais da EDP Distribuição e dos parceiros de negócio. O objetivo destas sessões foi fazer uma reflexão sobre os resultados alcançados e identificar novas ideias passíveis de transformação em iniciativas ao nível da comunicação e do envolvimento dos colaboradores, que possam contribuir para a redução da sinistralidade e alcançar a excelência na segurança.

No mesmo âmbito, realizou-se o 6.º Encontro de Segurança da EDP Distribuição, que decorreu sobre o lema "A Segurança pelo Exemplo".

Globalmente, as atividades de formação e sensibilização no âmbito da segurança no trabalho totalizaram 2.396 sessões, que envolveram 2.429 colaboradores próprios e 7.679 colaboradores dos parceiros de negócio, totalizando 13.994 horas de formações.

3.4.2 AUTARQUIAS

As Autarquias são partes interessadas relevantes na estratégia da EDP Distribuição, tendo em conta o duplo papel de clientes e concessionários, mas também são legítimos representantes de comunidades com poder para influenciar, positiva ou negativamente, a perceção da empresa. Desta forma, o envolvimento da EDP Distribuição tem contribuído para um relacionamento de proximidade, disponibilidade e compromisso, suportado numa base de confiança com os municípios.

VISITAS ÀS COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS E ÁREAS METROPOLITANAS

No âmbito de uma estratégia de aproximação às Entidades Intermunicipais, a EDP Distribuição realizou, em 2015, um conjunto de reuniões que envolveram os quadros dirigentes e corpos técnicos das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas. Nestes encontros, que tiveram como objetivo o fortalecimento do relacionamento Institucional, houve ainda lugar para abordar diversos temas, nomeadamente os Contratos de Concessões em vigor, cujos prazos terminam brevemente.

REVISÃO DO ANEXO I DOS ACTUAIS CONTRATOS DE CONCESSÃO

Também relativamente à eficiência energética na iluminação pública, a EDP Distribuição está a proceder à revisão do Anexo I dos atuais contratos de concessão para a revisão dos equipamentos correntes a instalar nas infraestruturas de Iluminação Pública, nomeadamente luminárias. Tendo presente a referida evolução tecnológica e o grau de maturidade que os novos equipamentos estão agora a alcançar, a EDP Distribuição entende ter chegado o momento de iniciar a reavaliação dos requisitos técnicos das luminárias e respetivos acessórios de uso corrente. Como no passado, este processo de reavaliação deve ser realizado numa perspetiva alargada ao conjunto das concessões, com o envolvimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e em articulação com a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), para garantir o objetivo de normalização e de uma aplicação estruturada de âmbito nacional.

REFORÇO DO RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES LOCAIS

É muito significativo o volume de solicitações que os parceiros locais endereçam à EDP Distribuição para apoio a iniciativas ou atividades próprias ou das comunidades, sendo maioritário o pedido de cedência de viaturas usadas. O atendimento desses pedidos constituiu uma excelente oportunidade para reforçar o relacionamento da EDP Distribuição com os parceiros locais. O objetivo estratégico da operação é o de usar a alienação de algumas viaturas usadas, como instrumento de reforço do relacionamento com stakeholders que são determinantes na atividade da EDP Distribuição. Esta política de apoios está alinhada com a prática mecenática do Grupo EDP, em particular no que se refere a critérios de elegibilidade e de exclusão.

TELECONTAGEM DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Sendo a Concessionária das atividades da iluminação pública e tendo em vista a melhoria do serviço prestado aos municípios, a EDP Distribuição tem vindo a proceder à instalação de telecontagem na iluminação pública, facto que permitiu a disponibilização de dados de consumo através da recolha de leitura remota, eliminando deste modo a estimativa apresentada nas faturas. A campanha apresentava, no final de 2015, um acumulado de cerca de 77%, estimando-se a sua conclusão no final do 1º semestre de 2016.

PROGRAMA 80/20

Antecipando uma eventual instalação em larga escala, a EDP Distribuição possibilitou aos municípios a instalação a título experimental de um conjunto de aparelhos de iluminação pública com tecnologia LED. Esta instalação em escala reduzida apresenta como vantagens o facto de permitir aos municípios aferir o comportamento desta tecnologia, bem como a reação dos munícipes à alteração da tecnologia tradicional de sódio. Por outro lado, permite ainda à EDP Distribuição a instalação de diversos pilotos, acompanhando assim o seu desempenho ao longo do tempo.

No total foram instalados mais de 6.600 LED em toda a área geográfica de Portugal continental, tendo participado 115 municípios.

PREPARAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS PARA O APROVEITAMENTO DOS FINANCIAMENTOS DO PORTUGAL 2020

A EDP Distribuição tem manifestado junto das autarquias, mas também das entidades intermunicipais, a total disponibilidade para em coordenação com as entidades públicas que gerem os programas comunitários, no quadro legal e contratual dos atuais contratos de concessão, otimizar a aplicação dos fundos para a eficiência energética na administração local P.I. 4.3 (nomeadamente na iluminação pública), disponibilizados aos municípios no âmbito dos PO Regionais do Portugal 2020.

3.5 INOVAÇÃO

3.5.1 INOVGRID

O Projeto Inovgrid insere-se no objetivo, que a EDP Distribuição tem desenvolvido desde 2007, de implementar as infraestruturas e as transformações associadas ao novo paradigma das redes de distribuição inteligentes. Este assenta na implementação de um conjunto de novas tecnologias, modelos avançados de processamento da informação e operação da rede e de novos processos que contribuem para os objetivos estruturais de aumento da eficiência económica e da qualidade de serviço e permitem endereçar os desafios atuais do operador de rede de distribuição, tais como a integração de recursos distribuídos, a promoção da eficiência energética e o apoio à evolução do mercado de retalho.

No âmbito do Inovgrid, foram instalados durante o ano de 2015 cerca de 145 mil contadores inteligentes (EDP Box), tendo-se atingido um total acumulado de 250 mil clientes em Baixa Tensão. Em particular, no ano de 2015 foram abrangidos praticamente todos os clientes dos concelhos de Lamego, S. João da Madeira, Marinha Grande, Batalha e Alcochete, assim como os de algumas áreas geográficas do município de Guimarães e das cidades de Lisboa (Parque Nações) e Porto (Campanhã), bem como alguns milhares de clientes dispersos por diversos municípios.

Paralelamente, tem decorrido o programa de instalação de controladores dos postos de transformação (DTCs), equipamentos que desempenham cumulativamente funções de concentradores de comunicações com as EDP Box (EBs) e de terminais de supervisão da rede de distribuição. Em 2015 foram instalados cerca de 4.700 DTC, perfazendo um total acumulado superior a 7.000 unidades.

Durante o ano de 2015, a EDP Distribuição conseguiu um decréscimo acentuado do custo dos contadores inteligentes, que resultou do aumento do número de fornecedores qualificados e do aumento da quantidade de equipamentos adquirida. Acentuou-se assim a tendência de convergência de preços entre EDP Box e contadores convencionais. A redução de custos das EBs, o alargamento do leque de fornecedores e o amadurecimento da tecnologia, fazem com que a EDP Distribuição esteja hoje preparada para a massificação dos contadores inteligentes.

Ainda em 2015 foi concluída a telecontagem de todos os Postos de Transformação da EDP Distribuição, o que permitirá melhorar substancialmente a capacidade de deteção e redução de perdas técnicas e comerciais. Foi também implementada a telecontagem/telegestão de cerca de 75% dos circuitos de Iluminação Pública, com o objetivo de melhorar o serviço prestado aos municípios, dotando-os de mais informação e de instrumentos de atuação para a melhoria da eficiência energética.

Em paralelo com os investimentos anteriormente descritos, a EDP Distribuição está a desenvolver diversas iniciativas internas de transformação, que visam garantir que a Empresa adapta a sua forma de trabalhar de modo a tirar o máximo partido das novas tecnologias. Neste sentido, em 2015 decorreu o projeto Move2Future, no âmbito do qual foram identificadas necessidades de mudança a nível de processos, sistemas de informação e da própria organização. No âmbito do Move2Future foram identificadas 59 aplicações ("use cases") das novas tecnologias, cuja implementação vai ser acompanhada de forma integrada ao longo dos próximos anos para garantir uma mudança efetiva da EDP Distribuição para o paradigma das redes inteligentes.

CIBERSEGURANÇA

A EDP Distribuição junta-se a outros parceiros da Indústria e Universidades, como membro fundador do EE-ISAC (European Energy - Information Sharing and Analysis Centre). A adesão da EDP Distribuição dá seguimento à sua estratégia de resposta aos desafios da cibersegurança que decorrem da crescente digitalização da rede elétrica. O EE-ISAC é uma iniciativa concertada do setor da Smart Energy, para uma colaboração a nível Internacional focada na segurança e resiliência da infraestrutura energética Europeia face a ataques informáticos.

CAMPANHA TELECONTAGEM PTD

Em 2015 decorreu a Campanha de Telecontagem PTD, sendo que se terminou o ano com uma realização física no terreno de 99%, tendo-se procedido à adaptação a Telecontagem de 64.311 PTD. Devido ao compromisso energético que se traçou, para 80% da energia telecontada, a instalação de Telecontagem foi prioritária nos PTD com maior Potência Instalada, sendo que atualmente está já Telecontada quase 99% da energia distribuída para a Baixa Tensão.

3.5.2 STORAGE (ARMAZENAMENTO DE ENERGIA)

A EDP Distribuição concluiu no final de 2015 a instalação, na Universidade de Évora, de uma solução de armazenamento de energia elétrica fornecida pela Siemens. Trata-se de uma solução inovadora, a primeira deste tipo instalada em Portugal, que suportará o estudo de novas formas de gestão da rede de distribuição, introduzindo um nível adicional de flexibilidade como apoio à operação da rede.



Este projeto piloto enquadra-se no trabalho de desenvolvimento das redes inteligentes, onde a EDP Distribuição é reconhecida como pioneira com o projeto Inovgrid. O contexto atual das redes elétricas, marcado por desafios exigentes como a liberalização do mercado, a crescente penetração de produção distribuída, o aparecimento do regime de autoconsumo, o advento da mobilidade elétrica, a flexibilidade na procura e o papel cada vez mais ativo dos clientes das redes, reforça a necessidade de adoção de estratégias inovadoras e de tecnologias disruptivas na gestão da rede de distribuição.

A solução de armazenamento agora instalada, com ligação à rede de média tensão, utiliza baterias estacionárias de iões de lítio, tem uma potência de 472 kW e uma capacidade de armazenamento de 360 kWh. O sistema, que permitirá alimentar o campus da Mitra da Universidade de Évora, servirá como prova de conceito e como mostra tecnológica, tendo como principais funções o apoio à operação da rede de distribuição, com especial enfoque na melhoria da qualidade de serviço. De uma forma abrangente, este piloto visa ainda a avaliação do potencial destas novas tecnologias para:

- Promover a eficiência energética nas redes de distribuição (redução de perdas) e consequente aumento da sustentabilidade ambiental;
- Automatizar a gestão das redes, melhorando a qualidade de serviço;
- Aumentar a flexibilidade na integração de recursos distribuídos de geração, promovendo desta forma a adoção de energias limpas e a redução da dependência energética nacional.

3.5.3 MOBILIDADE ELÉTRICA

A mobilidade elétrica é um novo conceito que se destina a um novo mercado, acarretando um conjunto de desafios nomeadamente na sua integração com os atuais sistemas de energia, mas também um conjunto de oportunidades ao nível da reorganização da mobilidade urbana e da inovação no desenvolvimento de novas tecnologias e de gestão do sistema elétrico.

As bases do modelo da mobilidade elétrica em Portugal foram estabelecidas através do Decreto-Lei nº 39/2010 de 26 de abril, no seguimento do qual, para dar mais impulso ao desenvolvimento de uma rede pública de abastecimento, foi lançado um projeto-piloto que visava a instalação até ao final de 2012 de uma rede de carregamento composta por 1.300 pontos de carregamento normal e 50 de carregamento rápido distribuídos pelas 25 cidades que assinaram um protocolo com o Governo.

O mesmo Decreto-Lei cria a figura do operador incumbente, entidade a quem caberia a responsabilidade de instalar, explorar, disponibilizar e manter a rede piloto de postos de carregamento. Com este propósito é constituída a EDP MOP, sociedade participada a 100% pela EDP Distribuição, e ainda a SGORME, detida em 91% pela EDP Distribuição e em 9% pela Inteli, entidade a quem competiria a gestão do funcionamento da rede de mobilidade elétrica.

Neste âmbito, e em estreita colaboração com várias entidades, nomeadamente a Secretaria de Estado, Municípios, DGEG, IMT e fornecedores de equipamentos, a EDP MOP concretizou os objetivos estabelecidos com a instalação de 1.066 pontos de carregamento normais e 1 rápido que operou até ao final de 2015, na sequência

das alterações ao prazo de duração do projeto-piloto introduzidas pelos DP nº 115/2013, DP nº 9220/2013 e DL 90/2014 de 11 de junho, que altera o DL 39/2010 de 26 de abril.

A experiência acumulada na implementação do projeto-piloto permitiu à EDP MOP a sua consolidação como centro de competências na operação da mobilidade elétrica, valendo-lhe a realização de um conjunto de trabalhos para entidades públicas e privadas que se traduziram na instalação de 24 pontos de carregamento normais e 3 rápidos em 7 municípios, 18 dos quais associados a painéis fotovoltaicos, os primeiros do género em Portugal e um dos primeiros na Europa e no mundo.

Merecedora de especial relevo é ainda a iniciativa de implementação de uma rede de carregamento privada em edifícios da EDP Distribuição. O objetivo desta rede é criar a infraestrutura base necessária à introdução do Veículo Elétrico na frota da empresa. Neste âmbito foram instalados, em edifícios da EDP Distribuição, um total de 89 pontos de carregamento em 25 localizações. Em 2015, esta atividade, inicialmente assegurada pela EDP MOP, foi sendo gradualmente assimilada pela EDP Valor, encontrando-se completamente integrada na gestão interna de serviços.

Ao longo de 2015, dando cumprimento ao disposto no DL 90/2014 de 11 de junho, a SGORME, entidade que até 2014 geriu o funcionamento da rede de mobilidade elétrica, iniciou um processo de transferência de responsabilidades para a Mobi.E S.A, empresa que assegurará a gestão de operações da rede até 2018.

3.5.4 SENSORIZAÇÃO

Em 2015, a EDP Distribuição participou em dois projetos financiados pelo QREN com foco no desenvolvimento de funcionalidades avançadas na rede BT, demonstradas em redes reais nos concelhos da Batalha e Lamego.

O Projeto Monitor BT focado na observabilidade das redes de Baixa Tensão (BT) e de Iluminação Pública (IP) demonstra um conjunto relevante de funcionalidades avançadas para a Operação da Rede de Distribuição:

- Detecção e localização automática de defeitos;
- Detecção de luminárias fundidas nos circuitos IP;
- Regulação de tensão na rede BT através do Controlo dinâmico da potência injetada pelos microprodutores fotovoltaicos.

O Projeto SCADA BT, alavancado pelo aumento significativo da sensorização e observabilidade das redes de baixa tensão (BT), desenvolveu um sistema de supervisão e controlo da rede elétrica (SCADA – System Control and Data Acquisition), com algoritmos que respondem à especificidade das redes de BT e integram todos os participantes no sistema elétrico, permitindo uma observabilidade e um controlo da rede em tempo real mais eficiente:

- Demand Side Management (DSM);
- Controlo ativo da microgeração e regulação da tensão BT;
- Gestão inteligente de alarmes BT e regras de correlação;
- Gestão de avarias.

O Projeto e-Balance, com um demonstrador na rede da Batalha, visa melhorar a eficiência energética dos bairros e cidades inteligentes através do desenvolvimento de funcionalidades avançadas. A concluir em 2017, e com uma arquitetura inteligente e descentralizada, esta plataforma suportará o controlo integrado de diversas tecnologias de produção, armazenamento e consumo de energia, assegurando o suporte das decisões do ORD na gestão e controlo dos fluxos energéticos na rede BT. Complementarmente à deteção e localização de avarias nas redes BT e na Iluminação Pública, desenvolve novas funcionalidades focadas na prevenção de avarias, Qualidade da Energia, deteção de Fraude e redução de perdas, capacitando também o novo cliente “consumidor-produtor” (*prosumer*) com novas ferramentas que lhe permitem uma gestão mais ativa da sua energia.

3.6 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício, não estão identificadas ocorrências com repercussão relevante nos resultados ou na posição financeira da Empresa com referência a 31 de dezembro de 2015, ou que requeiram divulgação.

índice

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 71 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
- 72 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
- 73 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
- 74 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
- 75 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
- 76 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014



ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



Luz, reflexo de inteligente

ENERGY WITH INTELLIGENCE

**RELATÓRIO
DE CONTAS
2015**

04. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MILHARES DE EUROS

	NOTAS	2015	2014
Receitas de vendas e serviços de acessos e outros	5	2.627.729	3.155.798
Custos com vendas de acessos e outros	5	-1.432.035	-1.942.077
		1.195.694	1.213.721
Outros proveitos	6	30.428	40.728
Fornecimentos e serviços externos	7	-222.323	-236.457
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	8	-123.138	-58.565
Outros custos	9	-268.863	-271.691
		-583.896	-525.985
		611.798	687.736
Provisões	10	-7.691	-2.879
Amortizações, depreciações e imparidades	11	-240.149	-240.112
		363.958	444.745
Proveitos financeiros	12	140.643	114.617
Custos financeiros	12	-189.287	-206.289
Resultado antes de impostos e CESE		315.314	353.073
Impostos sobre lucros	13	-40.162	-101.929
Contribuição extraordinária para o setor energético (CESE)	14	-25.593	-25.419
Resultado líquido do período		249.559	225.725
Resultado por ação (Básico) - Euros		6,24	5,64

Lisboa, 24 de fevereiro de 2016

O Contabilista Certificado
N.º 27.894

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014****MILHARES DE EUROS**

	2015	2014
Resultado líquido do período	249.559	225.725
Itens que não serão reclassificados para resultados (i):		
Ganhos / (perdas) atuariais	-23.854	-129.617
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	6.101	22.805
Outro rendimento integral do período (líquido de efeito fiscal)	-17.753	-106.812
Total do rendimento integral do período	231.806	118.913

(i) Ver Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios

Lisboa, 24 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado
N.º 27.894

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MILHARES DE EUROS			
	NOTAS	2015	2014
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	15	94.797	74.772
Ativos intangíveis	16	2.315.013	2.330.976
Investimentos financeiros em empresas filiais	17	105.100	105.100
Propriedades de investimento	18	6.898	6.604
Ativos por impostos diferidos	19	254.103	183.847
Clientes	21	80.501	81.297
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	22	672.836	608.001
Outros devedores e outros ativos	23	350.956	902.171
Total dos Ativos Não Correntes		3.880.204	4.292.768
Inventários	20	30.490	25.926
Clientes	21	404.898	431.434
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	22	160.400	254.116
Outros devedores e outros ativos	23	785.955	466.785
Impostos a receber	24	78	10.409
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	38	1.962	3.012
Caixa e equivalentes de caixa	25	54	48
Total dos Ativos Correntes		1.383.837	1.191.730
Total do Ativo		5.264.041	5.484.498
Capitais Próprios			
Capital	26	200.000	200.000
Prestações suplementares	26	95.000	95.000
Reservas e resultados acumulados	27	219.382	123.910
Resultado líquido do período		249.559	225.725
Total dos Capitais Próprios		763.941	644.635
Passivo			
Dívida financeira	28	1.678.208	2.028.349
Benefícios aos empregados	29	1.051.222	1.090.699
Provisões para riscos e encargos	30	51.298	44.462
Credores e outros passivos de atividades comerciais	31	2.714	2.672
Total dos Passivos Não Correntes		2.783.442	3.166.182
Dívida financeira	28	620.056	819.773
Benefícios aos empregados	29	127.318	134.060
Provisões para riscos e encargos	30	1.642	1.210
Credores e outros passivos de atividades comerciais	31	607.025	666.926
Outros credores e outros passivos	32	316.669	21.413
Impostos a pagar	33	43.948	30.299
Total dos Passivos Correntes		1.716.658	1.673.681
Total do Passivo		4.500.100	4.839.863
Total dos Capitais Próprios e Passivo		5.264.041	5.484.498

Lisboa, 24 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado
N.º 27.894

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	CAPITAL SOCIAL (I)	PRESTA- ÇÕES SUPLE- MENT. (I)	RESERVA LEGAL (I)	OUTRAS RESERVAS (II)	RESULTADOS ACUMULADOS (II)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	525.722	200.000	95.000	40.657	-85.652	275.717
Rendimento integral: Resultado líquido do período	225.725	-	-	-	-	225.725
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de imposto	-106.812	-	-	-	-106.812	-
Rendimento integral total do período	118.913	-	-	-	-106.812	225.725
Saldos em 31 de dezembro de 2014	644.635	200.000	95.000	40.657	-192.464	501.442
Rendimento integral: Resultado líquido do período	249.559	-	-	-	-	249.559
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de imposto	-17.753	-	-	-	-17.753	-
Rendimento integral total do período	231.806	-	-	-	-17.753	249.559
Distribuição de dividendos	-112.500	-	-	-	-	-112.500
Saldos em 31 de dezembro de 2015	763.941	200.000	95.000	40.657	-210.217	638.501

(i) Ver nota 26

(ii) Ver nota 27

Lisboa, 24 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado
N.º 27.894

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MILHARES DE EUROS

	DEZ 2015	DEZ 2014
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	2.423.050	2.646.800
Recebimentos por venda dos ajustamentos tarifários	-	239.832
Pagamentos a fornecedores	-1.469.988	-2.056.021
Pagamentos ao pessoal	-244.301	-246.980
Pagamentos de rendas de concessão	-256.115	-257.058
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	47.463	-11.824
Fluxo gerado pelas operações	500.109	314.749
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-33.600	-2.584
Fluxo das Atividades Operacionais	466.509	312.165
Atividades de Investimento		
Recebimentos:		
Ativos financeiros	1.206	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.039	2.124
Comparticipações de clientes relativos a ativos intangíveis	21.688	23.960
Empréstimos concedidos	287.351	-
Juros e proveitos similares	92.697	92.821
Dividendos	45.000	-
	448.981	118.905
Pagamentos:		
Ativos financeiros	-400	-3.712
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-324.904	-327.662
Empréstimos concedidos	-	-434.529
	-325.304	-765.903
Fluxo das Atividades de Investimento	123.677	-646.998
Atividades de Financiamento		
Recebimentos/(pagamentos) de empréstimos obtidos	-310.433	500.000
Juros e custos similares	-167.247	-165.330
Dividendos pagos	-112.500	-
Fluxo das Atividades de Financiamento	-590.180	334.670
Variação de caixa e seus equivalentes	6	-163
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	48	211
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	54	48

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 25 às Demonstrações Financeiras

Lisboa, 24 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado
N.º 27.894

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

ÍNDICE

1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA EDP DISTRIBUIÇÃO	77
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	80
3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	88
4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	89
5. RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS DE ACESSOS E OUTROS	91
6. OUTROS PROVEITOS	92
7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	93
8. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	93
9. OUTROS CUSTOS	94
10. PROVISÕES DO EXERCÍCIO	94
11. AMORTIZAÇÕES, DEPRECIações E IMPARIDADES DO EXERCÍCIO	95
12. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS	95
13. IMPOSTOS SOBRE LUCROS	96
14. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O SETOR ENERGÉTICO (CESE)	97
15. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	98
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	99
17. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS FILIAIS	100
18. PROPRIEDADE DE INVESTIMENTOS	101
19. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS	102
20. INVENTÁRIOS	102
21. CLIENTES	103
22. DEVEDORES E OUTROS ATIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS	103
23. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ATIVOS	105
24. IMPOSTOS A RECEBER	106
25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	106
26. CAPITAL E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	106
27. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS	106
28. DÍVIDA FINANCEIRA	107
29. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	108
30. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	113
31. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS	115
32. OUTROS CREDORES E OUTROS PASSIVOS	115
33. IMPOSTOS A PAGAR	115
34. COMPROMISSOS	116
35. PARTES RELACIONADAS	116
36. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS	121
37. MATÉRIAS AMBIENTAIS	124
38. CEDÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS - AJUSTAMENTOS TARIFÁRIOS	124
39. EVENTOS RELEVANTES OU SUBSEQUENTES	125

1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA EDP DISTRIBUIÇÃO

a) Objeto social e detentores de capital

A EDP Distribuição - Energia, S.A. (EDP Distribuição), pessoa coletiva nº 504394029, com sede na Rua Camilo Castelo Branco, nº 43, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o nº 8847, foi constituída, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 4/2000, de 29/01, por fusão das sociedades distribuidoras de energia elétrica, CENEL – Eletricidade do Centro, S.A., EN – Eletricidade do Norte, S.A., LTE – Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. e SLE – Eletricidade do Sul, S.A., através da constituição de uma nova sociedade.

A EDP Distribuição tem por objeto a distribuição de energia elétrica e venda de acessos à rede de distribuição nas áreas onde se encontra legalmente autorizada. O seu capital social é de 200.000.000 Euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela EDP – Energias de Portugal, S.A.

Com a publicação do DL 29/2006, complementado pelo DL 172/2006, foram estabelecidas as novas leis de base do setor elétrico, revogando-se o regime consagrado na legislação de 1995 e procedendo-se simultaneamente à transposição para o ordenamento jurídico português da Diretiva nº 2003/54/CE. A figura de “Comercializador de Último Recurso” (CUR), prevista na Diretiva, foi também enquadrada na ordem jurídica interna, tendo sido atribuída à EDP Distribuição a obrigação de criar uma entidade autónoma para desempenhar aquela atividade.

Nestes termos, o Conselho de Administração da EDP Distribuição deliberou, no dia 15 de dezembro de 2006, constituir a sociedade anónima denominada EDP Serviço Universal, S.A. através da cisão do seu património. A partir do dia 1 de janeiro de 2007, a EDP Distribuição centrou-se na operação de redes tendo transferido a atividade de venda de eletricidade para a nova empresa EDP Serviço Universal, que passou a assegurar a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores no regime de tarifa regulada.

As demonstrações financeiras da empresa são consolidadas pela EDP – Energias de Portugal, S.A., sua acionista e empresa mãe do Grupo EDP, com sede na Avenida 24 de julho, nº 12, em Lisboa.

b) Atividade no setor energético em Portugal - eletricidade

As bases da organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade, operação logística de mudança de comercializador de eletricidade e da organização de mercados organizados de eletricidade, estão estabelecidas no DL 29/2006 de 15 de fevereiro, diploma que foi desenvolvido pelo DL 172/2006 de 23 de agosto. Os referidos diplomas foram entretanto atualizados pelo DL 104/2010 de 29 de setembro e pelo DL 78/2011 de 20 de junho, pelo DL 75/2012, de 26 de março e pelo DL 215-A/2012 e B/2012, de 8 de outubro, incorporando, no essencial, os princípios da Diretiva 2009/72/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de julho de 2009, que estabelece regras comuns para o mercado interno de eletricidade.

O Sistema Elétrico Nacional integra as atividades de produção e comercialização exercidas em regime de concorrência (sujeita a atribuição de licença no caso da produção e a registo prévio no caso da comercialização), e as atividades de transporte e distribuição, exercidas em exclusivo mediante concessões de serviço público.

O exercício da atividade de gestão de mercados organizados de eletricidade é livre, ficando sujeito a autorização. A atividade de operação logística de mudança de comercializador de eletricidade deverá ser independente das restantes entidades do SEN. A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos - ERSE determinou que, até que esteja desenvolvida a logística e a legislação relativa a esta atividade, a mesma deverá ser conduzida pelo operador da rede de distribuição de média e alta tensão, atualmente a EDP Distribuição.

As atividades de transporte, distribuição e comercialização de eletricidade (incluindo o de último recurso e a de facilitador de mercado), bem como as operações logística de mudança de comercializador e de gestão de mercados organizados, estão sujeitas a regulação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos - ERSE, a quem compete a preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas e preços respeitantes à utilização das infraestruturas - tarifas de acesso - e ao fornecimento de energia elétrica aos clientes do mercado regulado - tarifas de venda a clientes finais.

Para as atividades de transporte, distribuição (no caso exercida pela EDP Distribuição) e comercialização de último recurso, a lei estabelece o direito a uma remuneração fixada pela ERSE, nos termos do Regulamento Tarifário, que assegure o equilíbrio económico-financeiro nas condições de uma gestão eficiente.

O transporte de electricidade é assegurado pela Rede Nacional de Transporte (RNT) e é exercido em regime de concessão de serviço público, em exclusivo, pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., pelo prazo de 50 anos.

A Lei nº 83-C/2013, "Lei do Orçamento de Estado 2014", aprovada pelo Governo Português no dia 31 de dezembro de 2013, introduziu uma contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE), com o objetivo de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do setor energético. Esta contribuição incide, de um modo geral, sobre os operadores económicos que desenvolvem as seguintes atividades: (i) produção, transporte ou distribuição de electricidade; (ii) transporte, distribuição, armazenamento ou comercialização grossista de gás natural; e (iii) refinação, tratamento, armazenamento, transporte, distribuição ou comercialização grossista de petróleo e produtos de petróleo.

A CESE incide sobre o valor dos ativos líquidos, com referência a 1 de janeiro de 2015, que respeitem, cumulativamente, a: (i) ativos fixos tangíveis; (ii) ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial; e (iii) ativos financeiros afetos a concessões ou atividades licenciadas. No caso das atividades reguladas, como a EDP Distribuição, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, caso este seja superior ao valor dos ativos referidos.

No caso dos ativos associados às atividades reguladas a taxa a aplicar é de 0,85%. O regime da CESE já foi prorrogado para os anos de 2015 e 2016, pela Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e pela Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro. De notar que, o Programa de Estabilidade 2015-2019, publicado em abril de 2015 pelo Governo Português, já havia previsto a vigência da CESE até 2018.

Distribuição

A distribuição de electricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões, e das redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida mediante contratos de concessão de serviço público, em exclusivo.

A distribuição de electricidade em média e alta tensão foi concessionada à EDP Distribuição pelo Estado Português ao abrigo do artigo 70 do Decreto-Lei n.º 29/2006, como resultado da conversão da licença da EDP Distribuição sob o antigo regime de um contrato de concessão, que foi assinado em 25 de fevereiro de 2009 por um prazo de 35 anos. Os termos da concessão estão estabelecidos no Decreto-Lei n.º 172/2006.

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei n.º 344-B/82, com as alterações constantes do Decreto-Lei n.º 297/86, de 19 de setembro, Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, e Decreto-Lei 17/92, de 5 de fevereiro), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, este direito foi cedido à EDP Distribuição. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes, determinada de acordo com o Decreto-Lei 230/2008 de 27 de novembro. Apesar dos contratos de concessão existentes serem mantidos nos termos do Decreto-Lei n.º 172/2006, os termos das novas concessões serão estabelecidos após um processo de concurso a ser implementado pelos municípios competentes.

Comercialização

A comercialização de electricidade é livre, sujeita à atribuição de licença, sendo, para o efeito, assegurado aos comercializadores o direito de acesso às redes de transporte e de distribuição, mediante o pagamento de tarifas de acesso reguladas pela ERSE. A actividade de comercialização livre é desenvolvida, no Grupo EDP, pela EDP Comercial, S.A. A actividade de comercialização de último recurso (CUR), que contém obrigações de serviço público universal, está sujeita a atribuição de licença, e é assegurada pela EDP Serviço Universal, S.A., empresa constituída e totalmente detida pela EDP Distribuição - Energia, S.A.

c) Regime de preços de venda de acessos

No âmbito do mercado livre, os preços de venda de energia são estipulados por acordo entre cada comercializador e os respetivos clientes. No mercado regulado, as tarifas e preços praticados pela EDP Distribuição, enquanto distribuidora de electricidade, são os definidos pela ERSE no tarifário de venda a clientes finais.

Os preços de venda de energia eléctrica (tarifas) para 2014, assim como os acessos, foram fixados pela Diretiva nº 25/2013 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), de 13 de dezembro de 2013, publicada no Diário da República n.º 250 (2ª série), de 26 de dezembro de 2013, que define a tarifa regulada para esse período.

Os preços de venda de energia eléctrica (tarifas) para 2015, assim como os acessos, foram fixados pela Diretiva nº 1/2015 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), de 15 de dezembro de 2014, publicada no Diário da República n.º 4 (2ª série), de 7 de janeiro de 2015, que define a tarifa regulada para esse período.

O Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro (alterado pelos Decretos-Lei n.º 78/2011, de 20 de junho, 75/2012, de 26 de março, 256/2012, de 29 de novembro, 13/2014, de 22 de janeiro), estabelece a extinção das tarifas de vendas a clientes finais para a muito alta, alta, média e baixa tensão, a partir de 1 de janeiro de 2011. O DL 13/2014 veio estabelecer que os comercializadores de último recurso devem, até data a definir mediante portaria, e mediante a aplicação de tarifas transitórias, continuar a fornecer eletricidade aos clientes que não tenham contratado no mercado livre o seu fornecimento. A Portaria n.º 27/2014 veio definir como data da extinção das tarifas transitórias para este tipo de fornecimentos o dia 31 de dezembro de 2014.

Para os segmentos de baixa tensão normal, o Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março, estabeleceu a extinção das tarifas reguladas de venda a clientes finais a partir de 1 de julho de 2012 para os clientes com potência contratada superior ou igual a 10,35 kVA, e a partir de 1 de janeiro de 2013 para os clientes com potência contratada inferior a 10,35 kVA. Este diploma estabelece ainda um regime de tarifas transitórias a definir pela ERSE - os clientes finais com potência contratada compreendida entre 10,35 kVA e 41,4 kVA podem usufruir desta tarifa até 31 de dezembro de 2014; os clientes finais com potência contratada inferior a 10,35 kVA podem usufruir desta tarifa até 31 de dezembro de 2015. O Decreto-Lei n.º 75/2012 estabelece ainda, para os clientes economicamente vulneráveis, o direito de aderir à contratação no mercado livre ou optar por manter o fornecimento pelo comercializador de último recurso, em qualquer dos casos beneficiando dos descontos na tarifa de acesso legalmente previstos.

No entanto, com o intuito de adiar a extinção do período das normas transitórias para fornecimentos de gás natural e eletricidade aos clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10.000 m³ e em baixa tensão normal, foi publicado o Decreto-Lei n.º 15/2015, de 30 de janeiro, que veio prever que a data de extinção das tarifas transitórias para o nível de baixa tensão normal passaria a ser fixada mediante portaria. Consequentemente, a Portaria n.º 97/2015, tal como sucedeu para os outros níveis de tensão, veio definir como data da extinção das tarifas transitórias para o nível de baixa tensão normal o dia 31 de dezembro de 2017.

d) Regime de concessão da distribuição de energia elétrica

A distribuição de eletricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões, e das redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida mediante contratos de concessão de serviço público, em exclusivo.

Em Alta e Média Tensão

A distribuição de eletricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões e as redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida igualmente mediante contratos de concessão de serviço público em exclusivo. A concessão para a exploração da RND em média e alta tensões foi atribuída pelo Estado português à EDP Distribuição por um prazo de 35 anos, a partir de 25 de fevereiro de 2009.

Em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia elétrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, esse direito foi concedido à EDP Distribuição, podendo os referidos contratos cessar pelo decurso do prazo, por rescisão ou por resgate por parte do concedente, com aviso prévio de pelo menos 1 ano e mediante pagamento de indemnização à concessionária. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afetação à exploração da empresa.

Na base desta disposição, a empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de ativos intangíveis (Nota 16), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 31), conforme referido na política contabilística definida na Nota 2 t).

e) Bens de domínio público

Em Portugal, alguns imobilizados afetos à distribuição de energia elétrica no SEN estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afetos à atividade da EDP Distribuição que os pode administrar livremente embora, no âmbito do domínio do comércio jurídico privado, não possa dispor dos mesmos enquanto se mantiver a sua afetação ao regime de domínio público.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, agora apresentadas, refletem os resultados das suas operações e a sua posição financeira, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da EDP Distribuição no dia 24 de fevereiro de 2016 e são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, as demonstrações financeiras da EDP Distribuição são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptadas pela U.E. até 31 de dezembro de 2015.

Tal como descrito na Nota 36, a EDP Distribuição adotou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2015. As políticas contabilísticas utilizadas pela empresa na preparação das demonstrações financeiras, descritas nessa nota, foram adoptadas em conformidade. A adoção destas normas e interpretações em 2015 não teve um impacto significativo nas contas da empresa.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a EDP Distribuição ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 36.

As políticas contabilísticas utilizadas pela EDP Distribuição na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015 são consistentes com as utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

c) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

d) Investimentos financeiros em filiais e associadas

Os investimentos em filiais e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

e) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados: (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. Todos os passivos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado.

f) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de janeiro de 2009, a empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos períodos.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	NÚMERO DE ANOS
Edifícios e construções	8 a 50
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos ativos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas amortizações do período, são contabilizadas de forma prospetiva.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas

as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Existem outras despesas, diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, que são igualmente incorporadas no custo dos ativos. Nestas incluem-se os custos com as matérias consumidas para a execução dos ativos fixos tangíveis em curso, os custos do pessoal afeto à atividade de investimento e os serviços externos prestados no mesmo âmbito. Estes custos são imputados percentualmente na medida em que cada departamento contribui para a atividade de investimento.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais não afetos à concessão são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos, na rubrica de passivo não corrente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a empresa por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a empresa pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de software efetuados pela empresa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um período, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada. Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado, que não excede os 6 anos.

Direitos de concessão na distribuição de eletricidade

Os direitos de concessão relativos à distribuição de eletricidade são registados como ativos intangíveis e amortizados de acordo com a vida útil dos ativos inerentes, que se situa entre 10 e 30 anos.

A política contabilística relativa aos ativos intangíveis afetos a concessões é descrita na Nota 2 t).

O valor bruto de subsídios e participações de investimento imobilizado obtidos relativos a ativos afetos a concessões foi considerado como uma dedução ao valor bruto de ativos intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12 e a amortização destes subsídios e participações foi considerada na amortização acumulada de ativos intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12.

h) Locações

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados na demonstração da posição financeira como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

i) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

j) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

k) Benefícios aos empregados

Pensões

A EDP Distribuição atribui benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos do Grupo EDP, que inclui a EDP Distribuição, é assegurado por (i) um fundo de pensões fechado gerido por entidade externa, no que se refere às responsabilidades com prestações de reforma complementares ao Sistema de Segurança Social (nomeadamente reformas e reformas antecipadas), e (ii) por provisão específica complementar, reconhecida na demonstração da posição financeira da empresa. Os benefícios são, regra geral, apurados e atribuídos através da conjugação de um ou mais fatores, como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição base relevante (salário pensionável).

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) ou alterações de plano são reconhecidos nos resultados quando incorrido.

A EDP Distribuição reconhece como um custo operacional, na sua demonstração de resultados, os custos do serviço corrente e os custos com serviços passados. O juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos é reconhecido como resultado financeiro.

Os ativos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - IAS 19 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Planos de contribuição definida

A EDP Distribuição dispõe ainda de planos de benefícios sociais complementares ao concedido pelo sistema de segurança social, do tipo contribuição definida, efetuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano. Estas contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano e são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Outros benefícios concedidos

Planos de cuidados médicos

A EDP Distribuição concede benefícios no âmbito dos quais os colaboradores e familiares diretos elegíveis beneficiam de condições favoráveis em serviços de assistência médica e cuidados de saúde, as quais se manifestam pela prestação de cuidados médicos complementares aos prestados no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, sendo assegurados através de infraestruturas detidas e geridas internamente.

Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos, sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas na demonstração da posição financeira da empresa. O reconhecimento e a mensuração das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

Os acionistas da sociedade aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

Outros

Adicionalmente, a empresa concede outros benefícios, suportando encargos decorrentes de responsabilidades com complementos de pensões por invalidez, de subsídio de morte, de sobrevivência, de seguro de vida, prémios de antiguidade e de passagem à reforma, descontos na tarifa de energia elétrica, entre outros.

O detalhe dos benefícios pode ser consultado no Acordo Coletivo de Trabalho da EDP, publicado no Boletim de Trabalho de 8 de outubro de 2014.

l) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.

m) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de acessos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A faturação de vendas de acessos é efetuada numa base mensal. As faturas mensais de acessos são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a acessos a faturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efetuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

O reconhecimento do rédito ocorre quando são transferidos para o comprador todos os riscos e vantagens significativos da propriedade, a entidade não retenha envolvimento continuado num grau geralmente associado com a posse e o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia de rédito possa ser mensurada com fiabilidade, seja provável a existência de benefícios económicos associados à transação para a entidade que

vende e os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

A distribuição de energia é uma atividade sujeita a regulação, sendo remunerada via tarifas definidas pela Entidade Reguladora, que no caso de Portugal é a ERSE.

Adicionalmente, importa referir que nas atividades de distribuição de energia existe um mecanismo de ajustamento tarifário através do qual são reconhecidos nos períodos os ganhos ou perdas verificados num determinado ano, que são recuperados por via das tarifas de anos futuros – Ajustamentos Tarifários (ver alínea r).

n) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos períodos. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

o) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a empresa tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

p) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da EDP Distribuição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela empresa.

q) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração do valor e convertíveis em caixa.

r) Ajustamentos tarifários (Desvios)

Nas atividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário

os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os ajustamentos tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP Distribuição correspondem à diferença entre os valores efetivamente faturados pela EDP Distribuição (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os ajustamentos tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade e acessos aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados do setor da eletricidade à recuperação ou devolução dos ajustamentos tarifários, enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário. Consequentemente, a empresa registou nos resultados do período na rubrica de Receitas de vendas e serviços de acessos e outros - Vendas de energia elétrica, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos ajustamentos tarifários por contrapartida das rubricas Devedores e outros ativos de atividades comerciais e Credores e outros passivos de atividades comerciais. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às empresas reguladas mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da atividade de cada uma das entidades, devendo a ERSE adotar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os ajustamentos tarifários, através das tarifas de energia elétrica.

s) Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

t) Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu, em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os períodos que se iniciaram após aquela data.

No caso da EDP Distribuição, o primeiro período após a data de entrada em vigor mencionada é o de 2010, pelo que a empresa adoptou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. Nos termos definidos pela IFRIC 12, esta norma foi aplicada prospetivamente considerando a impraticabilidade de uma aplicação retrospectiva. De referir que a aplicação retrospectiva teria um efeito equivalente à aplicação prospetiva.

A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas, bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão. As concessões da EDP Distribuição enquadram-se neste modelo.

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com

a aquisição destes ativos apresentam igual montante (ver Nota 5).

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As participações recebidas de clientes relativas aos ativos afetos a concessões são entregues à empresa a título definitivo e, portanto, não são reembolsáveis. Estas participações são deduzidas ao valor dos ativos afetos a cada concessão.

u) Propriedades de investimento

A EDP Distribuição classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

v) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria de ativos financeiros inclui: (i) os ativos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo (negociação) e (ii) os outros ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados ("fair value option").

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a empresa se compromete a adquirir ou alienar esses ativos financeiros.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor sendo os custos de transação diretamente reconhecidos nos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, (ii) a empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, a empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de oferta de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a EDP Distribuição estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os restantes ativos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Transferências entre categorias

A EDP Distribuição não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, incluindo qualquer imparidade resultante de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativa na sua cotação e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do período até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela empresa são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela empresa é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela EDP Distribuição, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Ajustamentos tarifários

Os ajustamentos tarifários (desvios e défices tarifários) representam a diferença entre os custos e os proveitos do Sistema Nacional de Eletricidade, estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema apurados no final de cada período. Os ajustamentos tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de dezembro de 2006, e o Decreto-Lei n.º 165/2008, de 21 de agosto, estabeleceram o direito incondicional por parte dos operadores regulados do setor elétrico à recuperação ou devolução dos ajustamentos tarifários e respetivos encargos financeiros, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de atividade. Adicionalmente, a referida legislação consagra a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento dos ajustamentos tarifários, pelo que no âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia elétrica e gás, os ajustamentos tarifários. De acordo com a política contabilística em vigor, a empresa registou na rubrica de Receitas de vendas e serviços de acessos e outros - vendas de acessos, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos ajustamentos tarifários do setor elétrico, por contrapartida das rubricas Devedores e outros ativos de atividade comerciais e Credores e outros passivos de atividades comerciais.

Com base na legislação referida, a EDP Distribuição considera que se encontram reunidas as condições de reconhecimento dos ajustamentos tarifários como valores a receber, registados por contrapartida dos resultados do período.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da empresa.

Imparidade de contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. As alterações destas estimativas poderiam implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de acessos são reconhecidos quando as faturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. O rédito relativo a acessos a faturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram fatores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da atividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderia resultar num nível diferente de proveitos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados da empresa.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A empresa pertence ao Grupo de sociedades integradas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) da EDP - Energias de Portugal, S.A. em Portugal. As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela EDP Distribuição durante um período de quatro anos. No caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, esse período é de doze anos para os períodos de tributação iniciados a partir de 2014, de cinco anos para os períodos de 2013 e 2012, de quatro anos para os períodos de 2011 e 2010 e de seis anos para os períodos anteriores. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da EDP Distribuição de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Gestão do risco de crédito de contraparte

A política de gestão do risco de crédito tem como objetivo a redução de risco de cobrança aos clientes da EDP Distribuição, nomeadamente comercializadores de energia elétrica, sendo que nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis, o operador da rede de distribuição pode exigir aos comercializadores a prestação de caução a seu favor, de forma a garantir o cumprimento das obrigações decorrentes dos respetivos contratos.

A prestação de referida caução a favor do operador de rede de distribuição tem por base a estimativa da carteira de clientes prevista pelo comercializador, e deverá ser igual ao valor que resulta da média de faturação diária da carteira do comercializador no trimestre anterior, sendo atualizada trimestralmente.

Os valores a receber de comercializadores apresentam um prazo médio de recebimento bastante reduzido, normalmente esse prazo ascende a aproximadamente 20 dias, sendo que estas entidades estão ao abrigo da regulação do sector que define a prestação de cauções obrigatórias de forma a reduzir o risco de crédito.

Desta forma, a empresa considera que a sua exposição ao risco de crédito será substancialmente coberta pelas garantias obtidas divulgadas na Nota 34.

A empresa considera que não existe risco de crédito com os saldos entre empresas do Grupo, pelo que os quadros abaixo não apresentam esta dívida.

A empresa considera que o valor que melhor representa a exposição ao risco de créditos corresponde ao valor contabilístico a receber de clientes e outros devedores externos, líquido de perdas por imparidade registadas, pelo que, com referência a 31 de dezembro de 2015, a exposição máxima ao risco de crédito de clientes por tipologia de contraparte detalha-se da seguinte forma:

	DEZ 2015 EURO'000
Cientes sector público:	
Dívida protocolada	87.801
Dívida não protocolada	4.377
	92.178
Cientes do sector empresarial e particulares:	
Comercializadores	87.281
	87.281
Especializações	25.270
	204.729

Os valores a receber de clientes do setor público inclui valores a receber de dívida protocolada que, pelo facto de a contraparte ser uma entidade pública e ter já reconhecido o crédito através de protocolos de pagamento, apresentam um risco mais reduzido. Esta rubrica apresenta igualmente dívida não protocolada que decorre da normal atividade da empresa semelhante ao descrito para o setor empresarial e particular.

As especializações referem-se a réditos reconhecidos com base em estimativas de acessos aos clientes e não faturada à data da demonstração da posição financeira (acessos em contadores). A faturação de acessos é efetuada numa base mensal ou bimestral exceto no caso do regime de conta certa em que a faturação é anual.

Relativamente à dívida de clientes externos, com referência a 31 de dezembro de 2015, é analisada como se segue:

	DEZ 2015 EURO'000
Dívida de clientes vencida mas sem imparidade:	
Menos de 3 meses	2.291
Mais de 3 meses	1.058
	3.349
Dívida de clientes em imparidade	21.519
Dívida de clientes não vencida e sem imparidade	191.892
	216.760

A dívida de clientes não vencida e sem imparidade inclui as dívidas de clientes com acordos de pagamentos. A empresa regista imparidades com base em análises económicas, caso a caso, consoante as características dos clientes. A empresa considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas por imparidade significativas por receber.

Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão do risco da taxa de juro tem como objetivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações de mercado. Desta forma, a exposição da empresa ao risco de taxa de juro é apenas indireta e na medida em que esta exposição afete os financiamentos obtidos junto da acionista (suprimentos).

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez encontra-se centralizada na direção de Gestão Financeira do Grupo EDP. Neste contexto, são contratadas e mantidas linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras, nacionais e internacionais, bem como manutenção de

depósitos bancários que permitem o acesso imediato a fundos, conforme as necessidades das empresas do Grupo. A EDP Distribuição como parte integrante do Grupo EDP, tem acesso a estes meios de financiamento imediato, por via da obtenção de suprimentos concedidos pela EDP, S.A.

Adicionalmente, a EDP Distribuição, com o apoio do Grupo EDP, tem vindo a vender componentes significativas dos ajustamentos tarifários, como forma de reduzir o seu endividamento e risco de liquidez.

5. RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS DE ACESSOS E OUTROS

A análise das Receitas de vendas e serviços de acessos e outros por atividade, é a seguinte:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Vendas por atividade:		
Acessos	2.346.730	2.847.175
Outros	347	131
	2.347.077	2.847.306
Rédito associado a ativos afetos a concessões	266.918	292.041
Prestação de serviços por atividade:		
Associados a vendas de acessos	6.495	5.380
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	6.945	10.902
Outros	294	169
	13.734	16.451
	2.627.729	3.155.798
Receitas de vendas e serviços de acessos e outros:		
Acessos	2.353.225	2.852.555
Rédito associado a ativos afetos a concessões	266.918	292.041
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	6.945	10.902
Outros	641	300
	2.627.729	3.155.798

A rubrica de Vendas é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Acessos:		
- Em muito alta tensão	53.273	49.427
- Em alta tensão	199.958	186.239
- Em média tensão	726.062	672.483
- Em baixa tensão (>39,6 KVA)	287.918	266.823
- Em baixa tensão	1.971.210	1.825.958
- Em baixa tensão (Iluminação Pública)	62.874	77.002
Ajustamento tarifário (i)	-45.112	218.442
Transferência dos défices tarifários gerados entre 2006 e 2015 (ii)	-984.956	-757.066
Sustentabilidade de mercados (iii)	108.523	285.181
Diferencial de extinção tarifas (iv)	-26.372	-21.996
Sobreprojeito (v)	3.494	9.041
Correção hidraulicidade (vi)	-10.142	35.641
	2.346.730	2.847.175
Outras Vendas:	347	131
	347	131
	2.347.077	2.847.306

(i) A rubrica ajustamento tarifário e recuperação atualização detalha-se como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Recuperação do ajustamento tarifário gerado em 2012	-	-99.325
Atualização do ajustamento tarifário gerado em 2012	-	2.720
Recuperação do ajustamento tarifário gerado em 2013	-134.175	-
Atualização do ajustamento tarifário gerado em 2013	712	32.928
Recuperação dos juros do ajustamento tarifário gerado em 2013	-4.779	-
Atualização do ajustamento tarifário gerado em 2014	57.397	-
Recuperação dos juros do ajustamento tarifário gerado em 2014 e 2015	-7.407	-
Ajustamento tarifário de 2014	-	282.119
Ajustamento tarifário de 2015	43.140	-
	-45.112	218.442

(ii) A rubrica "Transferência dos défices tarifários gerados entre 2006 e 2015" refere-se à transferência para os titulares dos ativos do valor recuperado em 2015 pela EDP Distribuição, na tarifa de Uso Global de Sistema.

- (iii) No âmbito da sustentabilidade do mercado livre e do mercado regulado a EDP Distribuição procedeu durante o período de 2015 à recuperação do valor líquido dos ajustamentos referentes aos custos incorridos pelo CUR (EDP SU) com a aquisição no mercado organizado e sobrecusto com a aquisição de energia elétrica aos Produtores em Regime Especial, relativos ao ano de 2013 e previsionais para 2014, no montante de 108.523 milhares de Euros (2014: recuperação de 285.181 milhares de Euros). Este mecanismo encontra-se definido pela ERSE nos termos do Regulamento Tarifário, através da tarifa de Uso Global do Sistema a aplicar pelo operador da rede de distribuição (EDP Distribuição), que reparte assim por todos os consumidores através das tarifas de acesso. Deste modo, durante o período de 2015 a EDP Distribuição transferiu aos seus clientes através das tarifas de acessos o referido montante, tendo-o facturado à EDP Serviço Universal.
- (iv) Devido ao processo de extinção de tarifas de vendas a clientes finais com consumos ou fornecimentos em MAT/AT/MT/BTE e BTN, e à consequente saída dos clientes para o mercado livre, as tarifas de comercialização do CUR (EDP Serviço Universal) não recuperam os proveitos permitidos previstos. Como tal, e por definição da ERSE, a recuperação destes proveitos é efetivada através da tarifa de UGS.
- (v) A entidade reguladora definiu para 2015 uma tarifa transitória a aplicar aos clientes MAT, AT, MT e BTE, que já não podendo estar na tarifa regulada, ainda não escolheram um comercializador em mercado. Esta tarifa dá origem a um sobreproveito recuperado pelo CUR e que será repercutido por todos os consumidores através da tarifa de UGS aplicada pelo Operador da Rede de Distribuição, nos respetivos níveis de tensão. O valor desta componente ascende a 3.494 milhares de Euros (2014: 9.041 milhares de Euros), transferida pela EDP SU para a EDP Distribuição.
- (vi) A rubrica "Correcção hidráulidade", respeita à transferência ocorrida durante os períodos de 2015 e 2014 do mecanismo de correção de hidráulidade que se encontra na EDP, S.A., para a EDP Distribuição, de acordo com o Decreto-Lei nº 110/2010, de 14 de outubro.

As rubricas de Custos com vendas de acessos e outros são analisadas como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Custos com Vendas, acessos e outros		
Custos com acessos	1.160.966	1.646.636
Encargos com ativos afetos às concessões		
Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis	266.918	292.041
- Outros custos	75.368	85.130
- Trabalhos para a própria empresa - Consumo de materiais		
- associados a ativos afetos a concessões (Nota 5)	-71.160	-81.730
- outros	-57	-
	4.151	3.400
	1.432.035	1.942.077

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante, sendo analisados como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Rédito associado a ativos afetos a concessões	266.918	292.041
Encargos com ativos afetos a concessões		
Subcontratos e materiais diversos		
- Trabalhos para a própria empresa (i) (Nota 5 e 7)	-79.662	-92.001
- Aquisições diretas	-99.224	-120.263
Custos com pessoal capitalizados (Nota 8)	-80.427	-72.296
Custos financeiros capitalizados (Nota 12)	-7.605	-7.481
	-266.918	-292.041

- (i) Inclui 58 milhares de Euros de outros custos (31 de dezembro de 2014: 66 milhares de euros).

Os movimentos do período dos ativos afetos a concessões encontram-se divulgados na Nota 16 - Ativos Intangíveis.

6. OUTROS PROVEITOS

A rubrica de Outros proveitos é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Aluguer de equipamentos	5.906	4.703
Subsídios à exploração	1.433	212
Ganhos em imobilizações	1.013	2.747
Reversão de imparidades		
- Cobranças duvidosas de clientes (Nota 21)	4.945	8.737
- Devedores e outros ativos de atividades comerciais (Nota 22)	972	-
Cedências de pessoal	6.464	8.491
Valores em excesso de participações de clientes	710	1.447
Recuperação de custos	2.248	2.840
Outros proveitos operacionais	6.737	11.551
	30.428	40.728

A rubrica de Outros proveitos operacionais inclui indemnizações de seguradoras, no montante de 2.985 milhares de Euros (2014: 6.252 milhares de Euros).

7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Fornecimentos e serviços:		
Água, eletricidade e combustíveis	5.799	6.677
Utensílios e material de escritório	1.033	1.004
Rendas e alugueres	9.173	9.073
Comunicações	5.291	4.186
Seguros	5.592	5.729
Transportes, deslocações e estadias	2.757	3.161
Comissões e honorários	104	91
Conservação e reparação	48.366	51.801
Publicidade e propaganda	911	726
Vigilância e Segurança	1.197	1.239
Trabalhos especializados:		
-Atividade Comercial (i)	76.941	79.483
-Serviços de Informática (ii)	25.848	28.959
- Serviços Jurídicos	402	319
- Serviços de Consultoria	1.565	1.956
- Serviços partilhados	20.031	21.102
-Serviços de gestão (EDP, S.A.)	6.816	8.225
- Outros Serviços	4.537	4.172
Cedência de Pessoal (iii)	12.703	16.651
Outros fornecimentos e serviços	1.965	2.358
Trabalhos para a própria empresa		
- associados a ativos afetos a concessões (Nota 5)	-8.444	-10.205
- outros	-264	-250
	222.323	236.457

- (i) A variação na rubrica de "Atividade comercial", entre os anos de 2014 e 2015, deve-se na sua maioria à redução dos custos com leituras de contadores e serviços de corte.
- (ii) O valor da rubrica de "Trabalhos especializados - Serviços de informática" no ano de 2014 encontra-se influenciado pelos custos relativos à implementação do novo sistema informático.
- (iii) A variação da rubrica de "Cedência de pessoal" entre os anos de 2014 e de 2015 deve-se à transferência de parte dos colaboradores cedidos pela O&M Serviços e pela EDP Estudos e Consultoria para os quadros da EDP Distribuição, decorrente da reorganização da estrutura dos colaboradores no Grupo EDP.

8. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de Custos com o pessoal e benefícios aos empregados é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Custos com pessoal:		
Remuneração dos órgãos sociais (Nota 35)	524	522
Remuneração dos colaboradores	122.496	120.080
Encargos sobre remunerações	30.153	29.726
Custos com indemnizações	2	470
Prémios de desempenho, assiduidade e antiguidade	16.161	15.952
Outros custos	5.107	6.503
Trabalhos para a própria empresa		
- Afetos a concessões (Nota 5)	-80.427	-72.296
- Outros	-2.495	-1.821
	91.521	99.136
Benefícios aos empregados:		
Custos com plano de pensões	7.005	7.368
Custos com plano médico e outros benefícios	4.779	4.780
Custos do serviço passado (corte/alteração ao plano)	-	-60.462
Outros	19.833	7.743
	31.617	-40.571
	123.138	58.565

Os custos com planos de pensões incluem 5.858 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 6.682 milhares de Euros) relativos a planos de benefícios definidos (ver Nota 29) e 1.147 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 686 milhares de Euros) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com plano médico e outros benefícios, no montante de 4.779 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 4.780 milhares de Euros), respeitam à dotação do período, líquida das reduções do período.

Em 2014, o custo do serviço passado (corte / alterações ao plano) decorre essencialmente de i) alterações nos benefícios pós emprego pela concretização do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2014) que resultou numa redução de responsabilidades no valor de 87.440 milhares de Euros (ver Nota 29) e do ii) acréscimo das responsabilidades no âmbito do programa de redução de efetivos que abrangeu 110 trabalhadores da EDP Distribuição no montante de 26.978 milhares de Euros (ver Nota 29).

A rubrica de Outros inclui os custos do desconto na tarifa de eletricidade dos trabalhadores no ativo no montante de 13.869 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 2.070 milhares de Euros). O aumento desta rubrica em 2015 deveu-se à inclusão do valor do IVA referente aos descontos faturados no ano e nos anos anteriores na medida em que o IVA desta operação foi considerado não dedutível.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2015 e 2014 por cargos de direção/dirigentes e categoria profissional é apresentado como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Órgãos sociais (i)	5	5
Quadros diretivos	79	97
Gestores	171	159
Especialistas	454	391
Técnicos de Apoio, Operacionais e Administrativos	2.400	2.365
	3.109	3.017

(i) Inclui dois membros da mesa da Assembleia Geral, em 2014 e 2015.

9. OUTROS CUSTOS

A rubrica de Outros custos é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	251.146	252.820
Impostos diretos	632	295
Impostos indiretos	1.168	1.463
Imparidade para devedores e outros ativos de atividades comerciais (Nota 22)	-	3.590
Dívidas incobráveis	-	10
Perdas em imobilizações	3	579
Donativos	8.003	4.860
Outros custos e perdas operacionais	7.911	8.074
	268.863	271.691

A rubrica Rendas de concessão pagas às autarquias corresponde às rendas pagas pela EDP Distribuição às autarquias no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

10. PROVISÕES

A rubrica de Provisões é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Dotação de provisões (Nota 30)	11.518	8.505
Redução de provisões (Nota 30)	-3.827	-5.626
	7.691	2.879

Em 2015, as dotações de provisões, incluem provisões para assuntos legais, laborais e outras contingências no montante de 4.709 milhares de Euros (2014: 6.083 milhares de Euros), e para as provisões para outros riscos e encargos no montante de 6.809 milhares de Euros (2014: 2.422 milhares de Euros), conforme referido na Nota 30. A redução de provisões inclui 3.228 milhares de Euros relativos às provisões para assuntos legais, laborais e outras contingências (31 de dezembro de 2014: 4.481 milhares de Euros) e para as provisões para outros riscos e encargos no montante de 599 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 1.145 milhares de Euros), conforme referido na Nota 30.

11. AMORTIZAÇÕES, DEPRECIACÕES E IMPARIDADES

A rubrica de Amortizações, depreciações e imparidades é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Depreciações de ativos fixos tangíveis (Nota 15):		
Edifícios e outras construções	740	702
Equipamento de transporte	3.081	3.517
Equipamento administrativo e utensílios	8.830	11.311
Outros ativos tangíveis	239	255
	12.890	15.785
Amortização de ativos intangíveis (Nota 16):		
Amortização de intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	226.961	224.019
Amortização de propriedades de investimento (Nota 18):	340	352
	240.191	240.156
Compensação de depreciações:		
Ativos fixos tangíveis	-42	-44
	240.149	240.112

Os ativos fixos tangíveis subsidiados são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis da empresa, sendo o respetivo custo compensado pela amortização dos subsídios (registados em Credores e outros passivos de actividades comerciais), efetuada na mesma base e às mesmas taxas dos respetivos ativos fixos tangíveis subsidiados.

A rubrica Amortização de intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12 diz respeito à amortização dos direitos de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão e em média/alta tensão em Portugal, conforme referido na política contabilística 2 t).

12. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de Proveitos e Custos financeiros é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Proveitos financeiros		
Juros de suprimentos concedidos (Nota 35)	86.620	86.621
Juros de gestão de tesouraria (Nota 35)	6.095	5.874
Rendimentos de participações de capital	45.000	-
Juros de ajustamentos tarifários	2.605	10.820
Outros ganhos financeiros	323	11.302
	140.643	114.617
Custos financeiros		
Juros de suprimentos contraídos à EDP, S.A. (Nota 35)	172.829	169.354
Juros de gestão de tesouraria (Nota 35)	2.214	9.912
Serviços bancários	24	53
Imparidade para Investimentos Financeiros e Partes de Capital	7	2.301
Juro líquido sobre o passivo líquido do plano de pensões (Nota 29)	10.374	15.637
Juro líquido do passivo do plano cuidados médicos e outros benefícios (Nota 29)	11.776	16.548
Outras perdas financeiras	191	336
Custos financeiros capitalizados		
Juros de empréstimos obtidos capitalizados afetos a concessões (Nota 5)	-5.134	-5.847
Juros líquidos de passivos de planos de pensões, cuidados médicos e outros benefícios capitalizados afetos a concessões (Nota 5)	-2.471	-1.634
Juros de empréstimos obtidos e de benefícios sociais capitalizados afetos a outros ativos	-523	-371
	189.287	206.289
Resultados financeiros	-48.644	-91.672

A rubrica Custos financeiros capitalizados inclui os juros de empréstimos e o custo com atos médicos e pensões, capitalizados em ativos fixos em curso, conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 2 f). As taxas de juro consideradas estão de acordo com as taxas de mercado.

No que se refere à taxa de juro de empréstimos associados a ativos fixos tangíveis/intangíveis em curso (conforme Notas 15 e 16) utilizada para a determinação do montante de custos com empréstimos obtidos elegíveis para capitalização, a mesma corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicáveis aos empréstimos em aberto no período. Deste modo, a respetiva taxa média ponderada de "funding", em 2015, foi de 4,85% para a EDP Distribuição.

As rubricas de Juros de gestão de tesouraria respeitam aos encargos / ganhos financeiros que resultam da

utilização do sistema financeiro do Grupo (cashpooling) e são calculados pela aplicação de taxa de juro média definida contratualmente sobre o valor médio das necessidades de fundo de maneio no âmbito da política de gestão de tesouraria do Grupo.

A rubrica Imparidade para investimentos financeiros e partes de capital em 2015, inclui 400 milhares de Euros de reforço da imparidade na participação financeira da EDP Distribuição na EDP MOP (2014: 597 milhares de Euros) e uma reversão de 428 milhares de Euros na SGORME, referente a responsabilidades da empresa (2014: reforço de 113 milhares de Euros). Inclui ainda o montante de reforço de 35 milhares de Euros de imparidade sobre o saldo de cashpooling com estas entidades.

O valor da rubrica Rendimentos de participações de capital, no montante de 45.000 milhares de Euros, refere-se a dividendos recebidos da EDP Serviço Universal, relativos aos resultados do período de 2014.

A rubrica Outros ganhos financeiros em 2014 inclui 10.711 milhares de Euros relativos à mais-valia resultante da venda do ajustamento tarifário relativo à parcela dos CMEC referente a 2012.

13. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A EDP Distribuição, como empresa do Grupo EDP, é tributada em sede de IRC, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), conforme autorização concedida pelo Ministério das Finanças.

De acordo com a legislação em vigor, em termos gerais o imposto sobre os lucros de um exercício está sujeito a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período subsequente. Esse período é de 4 anos ou, caso seja efetuada qualquer dedução ou crédito de imposto, o prazo do exercício desse direito.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício estão também sujeitos a revisão e correção e podem ser deduzidos aos lucros tributáveis apurados nos anos seguintes, nos seguintes termos: nos 6 anos seguintes (para prejuízos fiscais apurados até 2009 inclusive), nos 4 anos seguintes (para prejuízos apurados em 2010 e 2011), nos 5 anos seguintes (para prejuízos apurados em 2012 e 2013), e nos 12 anos seguintes (para prejuízos apurados em 2014 e 2015). Contudo, a dedução de prejuízos apurados em Portugal pode estar limitada a uma percentagem do lucro tributável do exercício.

A política de preços de transferência aplicável no Grupo EDP, em que a empresa se insere, toma em consideração as regras, as orientações e as melhores práticas internacionais, no estrito cumprimento da letra e do espírito da Lei.

A Lei do Orçamento do Estado para 2015, Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro de 2014, veio reduzir a taxa de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) de 23% para 21%, com efeitos a 1 de janeiro de 2015, à qual acresce a derrama municipal e estadual. A derrama estadual é apurada como segue (i) sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de Euros até 7,5 milhões de Euros, à taxa de 3%; (ii) sobre a parcela do lucro tributável superior a 7,5 milhões de Euros até 35 milhões de Euros, à taxa de 5%, e (iii) sobre a parcela do lucro tributável superior a 35 milhões de Euros incide a taxa de 7%. Assim, em 2015, a taxa máxima de imposto aplicável em Portugal às entidades cujo lucro tributável exceda 35 milhões de Euros passou a ser de aproximadamente 29,5%.

A análise da rubrica de Impostos sobre lucros é a seguinte:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Imposto corrente		
Relativo ao período	-55.827	-19.271
Relativo a períodos anteriores	-48.490	4.051
Imposto diferido (Nota 19)	64.155	-86.709
	-40.162	-101.929

Em 2015, o imposto corrente relativo a períodos anteriores resulta, na sua maioria, da apresentação de declarações Modelo 22 de substituição relativas aos períodos de 2011, 2012, 2013 e 2014, na sequência de reapreciação do tratamento fiscal associado ao ajustamento de transição relativo ao ativo regulatório subjacente ao Plano de Apoio à Reestruturação (PAR), o qual passou a concorrer para efeitos fiscais à cadência da sua inclusão na tarifa cobrada e tributada como proveito no período, ao invés de em 5 anos.

A alteração de procedimento determinou um aumento do imposto corrente dos períodos de 2011, 2012, 2013 e 2014 de 48,2 milhões de Euros e um aumento do ativo por imposto diferido em 44,7 milhões de Euros, pelo que o impacto nos resultados do período foi de 3,5 milhões de Euros.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2015, é analisada como segue:

DEZ 2015			
	TAXA %	BASE FISCAL EURO '000	IMPOSTO EURO '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	29,50%	315.314	93.017
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-13,38%	-143.024	-42.192
Benefícios fiscais, incluindo donativos	-0,39%	-4.200	-1.239
Diferença entre mais e menos valias contabilísticas e fiscais	-0,16%	-1.753	-517
Insuficiência de estimativa de imposto e tributação autónoma	1,52%	16.210	4.782
Efeito da aplicação da derrama estadual	-0,28%	-3.034	-895
Dividendos não tributados	-4,21%	-45.000	-13.275
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,15%	1.631	481
Taxa e imposto efetivo sobre os lucros	12,75%	136.144	40.162

O impacto na rubrica de provisões e amortizações sem consequência fiscal resulta essencialmente da revisão em alta da expectativa da recuperabilidade de impostos diferidos ativos sobre a provisão para atos médicos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2014, é analisada como segue:

DEZ 2014			
	TAXA	BASE FISCAL EURO '000	IMPOSTO EURO '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	31,50%	353.073	111.218
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-1,03%	-11.587	-3.650
Benefícios fiscais, incluindo donativos	-3,93%	-44.035	-13.871
Diferença entre mais e menos valias contabilísticas e fiscais	0,30%	3.375	1.063
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à coleta	0,37%	4.143	1.305
Alteração da taxa de IRC	1,91%	21.381	6.735
Efeito da aplicação da derrama estadual	-0,25%	-2.841	-895
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,01%	76	24
Taxa e imposto efetivo sobre os lucros	28,88%	323.585	101.929

14. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O SETOR ENERGÉTICO (CESE)

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014), instituiu a Contribuição Extraordinária para o Sector Energético (CESE), sendo que a aplicação desta Contribuição foi prorrogada para os anos de 2015 e 2016, pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015), e pela Lei n.º 159-C/2015, de 30 de dezembro. De notar que o Programa de Estabilidade 2015-2019, publicado em abril de 2015 pelo Governo Português, já havia previsto a vigência da CESE até 2018.

Esta Contribuição tem por objetivo financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do sector energético, a qual, em face da sua natureza, é aplicável às empresas do Grupo EDP que atuam na produção e distribuição de eletricidade e na distribuição de gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2015 (1 de janeiro) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades licenciadas. No caso das atividades reguladas, como é a EDP Distribuição, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados (i.e. o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de janeiro de 2015), caso este seja superior ao valor dos ativos referidos. Face ao seu enquadramento legal, a CESE não é considerada um gasto dedutível para efeitos da determinação do lucro tributável.

Nesta base, a EDP Distribuição registou na rubrica Contribuição extraordinária para o sector energético (CESE) da Demonstração dos Resultados, os custos incorridos com CESE no período findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 25.593 milhares de Euros (25.419 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014).

15. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	5.432	5.933
Edifícios e outras construções	57.457	37.170
Equipamento de transporte	34.673	33.361
Equipamento administrativo e utensílios	298.005	289.323
Outros ativos fixos tangíveis	13.769	13.769
Ativos fixos tangíveis em curso	17.555	17.920
	426.891	397.476
Depreciações acumuladas:		
Depreciações do período (Nota 11)	-12.890	-15.785
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	-319.204	-306.919
	-332.094	-322.704
Valor líquido contabilístico	94.797	74.772

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano de 2015, são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	AQUISIÇÕES/ AUMENTOS EURO'000	ALIENA- ÇÕES/ ABATES EURO'000	TRANSFE- RÊNCIAS EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	5.933	-	-30	-	-471	5.432
Edifícios e outras construções	37.170	17.450	-12	3.931	-1.082	57.457
Equipamento de transporte	33.361	4.268	-2.956	-	-	34.673
Equipamento administrativo e utensílios	289.323	1.886	-133	6.929	-	298.005
Outros ativos fixos tangíveis	13.769	-	-	-	-	13.769
Ativos fixos tangíveis em curso	17.920	10.096	-	-10.860	399	17.555
	397.476	33.700	-3.131	-	-1.154	426.891

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	DEPRECIÇÕES DO PERÍODO E IMPARIDADE EURO'000	ALIENA- ÇÕES/ ABATES EURO'000	TRANSFE- RÊNCIAS EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Depreciações acumuladas:					431	
Edifícios e outras construções	-19.736	-740	6			-20.039
Equipamento de transporte	-24.991	-3.081	2.932			-25.140
Equipamento administrativo e utensílios	-264.724	-8.830	131			-273.423
Outros ativos fixos tangíveis	-13.253	-239	-			-13.492
	-322.704	-12.890	3.069		431	-332.094

Durante o período de 2015, foram transferidos um conjunto de terrenos e recursos naturais, assim como edifícios e outras construções para propriedades de investimento (Nota 18) e ativos intangíveis (Nota 16), cujos valores se encontram incluídos na rubrica Regularizações.

A informação dos dispêndios do período relacionados com a construção de Ativos fixos tangíveis encontra-se incluída nas rubricas de trabalhos para a própria empresa das Notas 5, 7, 8 e 12.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano de 2014, são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	AQUISIÇÕES/ AUMENTOS EURO'000	ALIENA- ÇÕES/ ABATES EURO'000	TRANSFE- RÊNCIAS EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	5.722	-	-	211	-	5.933
Edifícios e outras construções	60.217	-	-3.444	-19.603	-	37.170
Equipamento de transporte	33.216	4.321	-4.122	-	-54	33.361
Equipamento administrativo e utensílios	282.053	3.864	-23	3.429	-	289.323
Outros ativos fixos tangíveis	13.752	17	-	-	-	13.769
Ativos fixos tangíveis em curso	13.608	8.561	-	-4.249	-	17.920
	408.568	16.763	-7.589	-20.212	-54	397.476

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	DEPRECIÇÕES DO PERÍODO E IMPARIDADE EURO'000	ALIENA- ÇÕES/ ABATES EURO'000	TRANSFE- RÊNCIAS EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	-35.127	-702	2.394	13.699	-	-19.736
Equipamento de transporte	-25.349	-3.517	3.852	-	23	-24.991
Equipamento administrativo e utensílios	-253.435	-11.311	22	-	-	-264.724
Outros ativos fixos tangíveis	-12.998	-255	-	-	-	-13.253
	-326.909	-15.785	6.268	13.699	23	-322.704

As transferências registadas no período findo a 31 de dezembro de 2014 referem-se a terrenos e edifícios classificados como propriedades de investimento no montante líquido de 6.513 milhares de Euros.

À data de 31 de dezembro de 2015, o valor bruto dos ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a 3.844 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 3.562 milhares de Euros), a amortização acumulada é de 1.945 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 1.678 milhares de Euros) e as respetivas rendas vincendas ascendem a 1.992 milhares de Euros (exclui IVA) (31 de dezembro de 2014: 1.919 milhares de Euros - exclui IVA). A análise à maturidade dos contratos de locação financeira é apresentada na Nota 35.

O detalhe dos ativos financiados por contratos de locação financeira é apresentado de seguida:

	DEZ 2015			DEZ 2014		
	CAPITAL EM DÍVIDA EURO'000	JUROS EM DÍVIDA EURO'000	RENDAS VINCENDAS EURO'000	CAPITAL EM DÍVIDA EURO'000	JUROS EM DÍVIDA EURO'000	RENDAS VINCENDAS EURO'000
Menos de um ano	808	51	859	725	64	789
Entre um a três anos	989	33	1.022	945	48	993
Entre três a cinco anos	110	1	111	135	2	137
	1.907	85	1.992	1.805	114	1.919

No decorrer do período de 2015, o valor dos custos incorridos com estes ativos foi de 76 milhares de Euros (31 de dezembro 2014: 81 milhares de Euros), estando registados nas rubricas de Outros custos financeiros da demonstração dos resultados.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Valor bruto:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	7.279	-
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	10.055.729	9.879.325
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	94.684	92.362
	10.157.692	9.971.687
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do período de ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12) - (Nota 11)	-226.961	-224.019
Amortizações acumuladas de períodos anteriores (IFRIC 12)	-7.615.718	-7.416.692
	-7.842.679	-7.640.711
Valor Líquido	2.315.013	2.330.976

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis, durante o ano de 2015, são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	AQUISIÇÕES/ AUMENTOS EURO'000	ALIENA- ÇÕES/ ABATES EURO'000	TRANSFE- RÊNCIAS EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Valor bruto:						
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	-	7.279	-	-	-	7.279
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9.879.325	112	-24.993	201.285	-	10.055.729
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	92.362	266.806	-	-264.509	25	94.684
	9.971.687	274.197	-24.993	-63.224	25	10.157.692

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	AMORTIZAÇÃO DO PERÍODO EURO'000	ALIENAÇÕES/ ABATES EURO'000	REGULARIZA- ÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Amortizações acumuladas:					
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	-7.640.711	-226.961	24.993	-	-7.842.679
	-7.640.711	-226.961	24.993	-	-7.842.679

Os ativos afetos a contratos de concessão (IFRIC12) atualmente em vigor na EDP Distribuição enquadram-se unicamente no Modelo Misto, conforme referido na Nota 2 t).

A informação dos dispêndios do período relacionados com a construção de ativos intangíveis encontra-se incluída nas rubricas de trabalhos para a própria empresa das Notas 5, 7, 8 e 11.

As transferências de ativos intangíveis afetos a concessões em 2015, no montante de 63.224 milhares de Euros, correspondem aos aumentos do ativo financeiro associado ao IFRIC 12 que está incluído na rubrica de Devedores e outros ativos de atividades comerciais (Nota 22).

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis, durante o ano de 2014, são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	AQUISIÇÕES/ AUMENTOS EURO'000	ALIENA- ÇÕES/ ABATES EURO'000	TRANSFE- RÊNCIAS EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Valor bruto:						
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9.693.258	101	-49.081	235.047	-	9.879.325
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	97.390	287.384	-	-296.543	4.131	92.362
	9.790.648	287.485	-49.081	-61.496	4.131	9.971.687

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	AMORTIZAÇÃO DO PERÍODO EURO'000	ALIENAÇÕES/ ABATES EURO'000	REGULARIZA- ÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Amortizações acumuladas e imparidades:					
Ativos intangíveis afetos a concessões	-7.461.845	-224.019	48.100	-2.947	-7.640.711
	-7.461.845	-224.019	48.100	-2.947	-7.640.711

17. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS FILIAIS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	DEZ 2015 VALOR LÍQUIDO EURO'000	DEZ 2014 VALOR LÍQUIDO EURO'000
Partes de capital em empresas filiais	107.405	107.005
Perdas por imparidade em partes de capital em filiais (Nota 13)	-2.305	-1.905
	105.100	105.100

Em dezembro de 2015, a EDP Distribuição concedeu prestações acessórias à sua filial EDP MOP no valor de 400 milhares de Euros. Subsequentemente, registou uma perda por imparidade no mesmo valor (Nota 12).

Empresas filiais:		
EDP - Serviço Universal, S.A.	105.100	105.100
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede a Mobilidade Elétrica, S.A.	-	-
EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, S.A.	-	-
	105.100	105.100

Os investimentos financeiros na Sgorme e EDP MOP encontram-se totalmente em imparidade.

A principal informação financeira das empresas filiais é analisada como segue:

	SEDE	TOTAL DO ATIVO 31-DEZ-15 EURO'000	CAPITAIS PRÓPRIOS 31-DEZ-15 EURO'000	RESULTADO LÍQUIDO 31-DEZ-15 EURO'000	% PARTICIPAÇÃO
EDP - Serviço Universal, S.A.	LISBOA	2.369.865	150.994	36.597	100%
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade Elétrica, S.A.	LISBOA	164	-638	-144	91%
EDPMOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, S.A.	LISBOA	1.044	64	-394	100%
		2.371.073	150.420	36.059	

Durante o período de 2015, a EDP Distribuição adquiriu 26% do capital social da Ambertree - Tecnologias para Redes de Energia Elétrica, Lda, no valor de 1 euro.

18. PROPRIEDADE DE INVESTIMENTOS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Terrenos e recursos naturais	686	640
Edifícios e outras construções	6.212	5.964
	6.898	6.604

Em 2015, os movimentos da rubrica propriedades de investimentos são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	AQUISIÇÕES/ AUMENTOS EURO'000	ALIENA- ÇÕES/ ABATES EURO'000	TRANSFE- RÊNCIAS EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	640	-	-	46	-	686
Edifícios e outras construções	20.048	-	-139	1.555	-472	20.992
	20.688	-	-139	1.601	-472	21.678

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	AMORTIZAÇÃO DO PERÍODO EURO'000	ALIENA- ÇÕES/ ABATES EURO'000	TRANSFE- RÊNCIAS EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Edifícios e outras construções	-14.084	-340	75	-656	225	-14.780
	-14.084	-340	75	-656	225	-14.780

Durante o período de 2015, foi classificado como Propriedade de investimento um conjunto de Terrenos e recursos naturais, assim como Edifícios e outras construções, cujo valor bruto total ascende a 1.601 milhares de Euros e a amortização acumulada a 656 milhares de Euros. Estes ativos têm uma vida útil de 50 anos. No mesmo período, foi reclassificado um conjunto de propriedades de investimento, no valor bruto de 472 milhares de Euros com amortizações acumuladas de 225 milhares de Euros, para ativos fixos tangíveis.

As propriedades de investimento respeitam a terrenos e edifícios detidos para obter rendas ou para valorização do capital. A EDP Distribuição considera que o seu justo valor não diverge dos montantes registados na contabilidade.

Em 2014, os movimentos da rubrica propriedades de investimentos são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	AQUISIÇÕES/ AUMENTOS EURO'000	ALIENA- ÇÕES/ ABATES EURO'000	TRANSFE- RÊNCIAS EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	640	-	640
Edifícios e outras construções	49	-	-	19.999	-	20.048
	49	-	-	20.639	-	20.688

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	AMOR- TIZAÇÃO DO PERÍODO EURO'000	ALIENA- ÇÕES/ ABATES EURO'000	TRANSFE- RÊNCIAS EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Edifícios e outras construções	-33	-352	-	-13.699	-	-14.084
	-33	-352	-	-13.699	-	-14.084

19. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

A empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		SALDO LÍQUIDO IMPOSTOS DIFERIDOS	
	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Provisões	317.036	231.405	-	-	317.036	231.405
Ajustamentos de clientes de cobrança duvidosa	8.319	9.834	-	-	8.319	9.834
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	3.604	5.328	2.205	2.396	1.399	2.932
Prejuízos e créditos fiscais	-	11.795	-	-	-	11.795
Ajustamento tarifário	-	-	45.693	58.233	-45.693	-58.233
Reavaliações contabilísticas	-	-	8.310	10.357	-8.310	-10.357
Outras diferenças temporárias	-	-	18.648	3.529	-18.648	-3.529
	328.959	258.362	74.856	74.515	254.103	183.847

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os períodos de 2015 e 2014, são os seguintes:

	IMPOSTOS DIFERIDOS	
	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Saldo em 1 de janeiro	183.847	247.751
Dotação a resultados (Nota 13)	64.155	-86.709
Dotação a reservas	6.101	22.805
Saldo em 31 de dezembro	254.103	183.847

A análise do Imposto reconhecido em reservas é a seguinte:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Imposto diferido		
Ganhos e perdas atuariais	6.101	22.805
	6.101	22.805

20. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Materiais diversos e outros	30.613	26.093
Imparidade de inventários	-123	-167
	30.490	25.926

Os inventários correspondem essencialmente a bens armazenáveis destinados a consumo em conservação e investimento.

21. CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Clientes - Corrente:		
Setor empresarial e particulares	251.468	251.382
Estimativa de vendas de acessos não faturadas	151.493	177.337
Setor Público:		
Estado e organismos oficiais	960	875
Autarquias locais	11.249	11.902
	415.170	441.496
Perdas por imparidade	-10.272	-10.062
	404.898	431.434
Clientes - Não Corrente:		
Setor Público		
Autarquias locais	109.226	115.177
Perdas por imparidade	-28.725	-33.880
	80.501	81.297
	485.399	512.731

A rubrica de perdas por imparidade inclui a imparidade dos ativos a receber das autarquias com acordo de pagamento que, no final de 2015, ascende a 24.112 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 29.292 milhares de Euros), dos quais 23.720 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 28.875 milhares de Euros) são não correntes e 392 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 417 milhares de Euros) são correntes. Este ajustamento destina-se a cobrir a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor atualizado da mesma à data de 31 de dezembro de 2015, considerando os prazos de pagamento previstos nos acordos com as autarquias.

Durante o período de 2015, os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	DOTAÇÃO DO PERÍODO EURO'000	REVERSÕES EURO'000	UTILIZA- ÇÕES EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Setor empresarial e particulares	-9.286	-244	-	-	-	-9.530
Setor público	-34.656	-	5.189	-	-	-29.467
	-43.942	-244	5.189	-	-	-38.997

Durante o período de 2014, os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	Dotação DO PERÍODO EURO'000	Reversões EURO'000	Utilizações EURO'000	REGULARI- ZAÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Setor empresarial e particulares	-12.515	-	3.229	-	-	-9.286
Setor público	-40.164	-	5.508	-	-	-34.656
	-52.679	-	8.737	-	-	-43.942

22. DEVEDORES E OUTROS ATIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Devedores e outros ativos de atividades comerciais é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Corrente:		
Adiantamentos a fornecedores	219	219
Outros devedores:		
- Adiantamentos a pensionistas por conta de Inst. Previdência Social	1.501	823
- Adiantamentos a pensionistas por conta do Fundo de Pensões	3.665	3.607
- Dívidas referentes a pessoal	48	139
Valores a receber por ajustamentos tarifários	99.561	143.688
Devedores por fornecimento outros bens e serviços - Empresas do Grupo	44.343	85.260
Devedores por fornecimento outros bens e serviços - Outros	3.459	744
Seguros	375	2.831
Rendas de instalações	1.051	1.074
Outros custos diferidos	42	84
Valores a receber no âmbito do PPEC	129	2.953
Outros devedores e operações diversas	17.607	25.266
	172.000	266.688

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Imparidade para Devedores - Corrente	-11.600	-12.572
	160.400	254.116
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Não Corrente:		
Valores a receber por ajustamentos tarifários	55.331	53.711
Ativos fixos tangíveis em integração compensados	2.894	2.894
Valores a receber por Concessões IFRIC 12 (Nota 16)	617.128	553.904
Cauções prestadas a outros devedores	377	386
	675.730	610.895
Imparidade para Devedores - Não Corrente	-2.894	-2.894
	672.836	608.001
	833.236	862.117

Os ativos fixos tangíveis em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de dezembro de 1988 compensadas com os respetivos patrimónios em integração (Ativos fixos tangíveis do regime do DL 344-B/82.). A transferência destes valores para ativos afetos a concessões está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a empresa e as Autarquias.

A rubrica Valores a receber por concessões IFRIC 12, no montante de 617.128 milhares de Euros, refere-se ao ativo financeiro a receber pela EDP Distribuição no âmbito das concessões de distribuição de electricidade, decorrente da aplicação do modelo misto, de acordo com a política contabilística 2 t) (ver Nota 16).

A rubrica Valores a receber por ajustamentos tarifários, no valor de 154.892 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 1.061 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 197.399 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 10.643 milhares de Euros), regista a diferença entre os proveitos permitidos e a margem real, a qual é recuperada pelas tarifas futuras de acessos, de acordo com o Regulamento Tarifário e a legislação aplicável.

O movimento do período na rubrica Valores a receber por ajustamentos tarifários (Corrente e Não corrente) é analisado como segue:

	CORRENTE EURO'000	NÃO CORRENTE EURO'000
Saldo em 1 de janeiro de 2014	95.409	101.554
Titularização do ajustamento tarifário dos CMEC de 2012	-228.826	-
Recebimento através da tarifa de energia elétrica	-99.325	-
Constituição do ajustamento tarifário de 2013	35.648	-
Constituição do ajustamento tarifário de 2014 (Nota 5)	228.826	53.293
Encargos financeiros (Nota 12)	10.402	418
Transferência da parcela de não corrente para corrente	101.554	-101.554
Saldo em 31 de dezembro de 2014	143.688	53.711
Recebimento através da tarifa de energia elétrica (Nota 5)	-146.361	-
Acerto ao ajustamento tarifário de 2013 e 2014 (Nota 5)	58.109	-
Constituição do ajustamento tarifário de 2015 (Nota 5)	-	43.140
Encargos financeiros (Nota 12)	2.458	147
Transferência da parcela de não corrente para corrente	41.667	-41.667
Saldo em 31 de dezembro de 2015	99.561	55.331

Em 22 de dezembro de 2014, a EDP Distribuição - Energia cedeu, de forma plena e sem recurso, o direito a recuperar a parcela de acerto dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) referente ao ano de 2012, no montante de 228.826 milhares de Euros, nos termos do disposto no Artigo 2º do Decreto-Lei nº 32/2014 de 28 de fevereiro.

O valor de venda ascendeu a 239.832 milhares de Euros e gerou uma mais-valia líquida de despesas com a transação de 10.711 milhares de Euros (ver Nota 12). Esta operação efetuada pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. consistiu numa operação de titularização, através da emissão de títulos de dívida sénior (ver Nota 38).

Em 2015, os movimentos da Imparidade para Devedores - Corrente são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	DOTAÇÃO DO PERÍODO EURO'000	REDUÇÕES EURO'000	REGULARIZA- ÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Outros devedores	-12.572	-1.098	2.070		-11.600
	-12.572	-1.098	2.070	-	-11.600

Em 2015, os movimentos da Imparidade para Devedores - Não Corrente são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	DOTAÇÃO DO PERÍODO EURO'000	REDUÇÕES EURO'000	REGULARIZA- ÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Outros devedores	-2.894	-	-	-	-2.894
	-2.894	-	-	-	-2.894

Em 2014, os movimentos da Imparidade para Devedores - Corrente são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	DOTAÇÃO DO PERÍODO EURO'000	REDUÇÕES EURO'000	REGULARIZA- ÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Outros devedores	-8.983	-3.589	-		-12.572
	-8.983	-3.589	-	-	-12.572

Em 2014, os movimentos da Imparidade para Devedores - Não Corrente são analisados como segue:

	SALDO EM 1 JANEIRO EURO'000	DOTAÇÃO DO PERÍODO EURO'000	REDUÇÕES EURO'000	REGULARIZA- ÇÕES EURO'000	SALDO EM 31 DEZEMBRO EURO'000
Outros devedores	-2.893	-1	-	-	-2.894
	-2.893	-1	-	-	-2.894

23. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ATIVOS

A rubrica de Outros devedores e outros ativos é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Outros devedores e outros ativos - Corrente:		
Empresas do Grupo (i)	785.641	468.205
Outros devedores e operações diversas	1.940	171
Imparidade para Devedores - Corrente	-1.626	-1.591
	785.955	466.785
Outros devedores e outros ativos - Não Corrente:		
Empréstimos a empresas do Grupo (ii)	300.000	900.000
Cauções e depósitos vinculados	2.171	2.171
Excesso de financiamento do Fundo de Pensões (Nota 29)	48.785	-
	350.956	902.171
	1.136.911	1.368.956

(i) Em 2015, a rubrica "Empresas do Grupo - Corrente" inclui o valor do Suprimento concedido à EDP Serviço Universal em 31 de dezembro de 2011, no montante de 600.000 milhares de Euros, a reembolsar em 30 de dezembro de 2016, que vence juros semestrais à taxa Mid Swap 5A acrescido de um spread de 8% e um valor de juros a receber de suprimentos concedidos no valor de 4.805 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 4.730 milhares de Euros). Inclui também o montante de 180.836 milhares de Euros a receber relativo ao Sistema Financeiro do Grupo EDP - Cashpooling (31 de dezembro de 2014: 463.475 milhares de Euros) (Nota 35).

(ii) A rubrica "Empréstimos a empresas do Grupo - Não corrente" diz respeito ao suprimento concedido à EDP - Serviço Universal, no montante de 300.000 milhares de Euros concedido em 2 de novembro de 2012 com vencimento em 1 de novembro de 2017, que vence juros semestrais à taxa de Mid Swap 5A acrescido de um spread de 8% (Nota 35).

A rubrica Imparidade para devedores - Correntes inclui valores a receber de cashpooling das empresas EDP MOP no montante de 864 milhares de Euros e SGORME no montante de 762 milhares de Euros. A variação dessa imparidade, no montante de 35 milhares de Euros, encontra-se registada em custos financeiros (Nota 12).

24. IMPOSTOS A RECEBER

A rubrica de Impostos a receber é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Estado e outros entes públicos:		
Retenções na fonte	78	1.022
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	9.387
	78	10.409

Em 2014, o valor de IVA apresentado na rubrica Estado e outros entes públicos diz respeito ao IVA apurado relativo ao mês de dezembro.

25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	27	22
Depósitos a prazo	27	26
	54	48

26. CAPITAL E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES

A 31 de dezembro de 2015, o capital social da EDP Distribuição encontra-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo a 200 milhões de Euros, sendo representado por 40.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 Euros. O seu capital social é detido a 100% pela EDP - Energias de Portugal, S.A., empresa mãe do Grupo EDP.

As rubricas de capital social e prestações suplementares são analisadas como segue:

	DEZ 2015	
	CAPITAL SOCIAL EURO'000	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES EURO'000
Saldo em 31 de dezembro de 2014	200.000	95.000
Movimentos do ano	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	200.000	95.000

Os resultados por ação (EPS) atribuíveis aos acionistas da EDP Distribuição são analisados como segue:

	DEZ 2015	DEZ 2014
Resultado líquido (Euros)	249.559.066	225.724.744
Nº médio de ações durante o período	40.000.000	40.000.000
Resultado por ação (Euros)	6,24	5,64

27. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Reserva legal	40.657	40.657
Outras reservas e resultados acumulados	178.725	83.253
	219.382	123.910

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os Estatutos da EDP Distribuição, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva para Cobertura Variação Justo Valor

Para regularização dos impactos resultantes da aplicação das IFRS, o Conselho de Administração da EDP Distribuição decidiu constituir em 2010 a "Reserva para a cobertura de variações negativas de justo valor" para cobertura de variações negativas derivadas de responsabilidades atuariais e de perdas de justo valor de instrumentos financeiros, em resultado da entrada em vigor do novo normativo contabilístico, cujo período de transição teve início em 1 de janeiro de 2009.

Outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Reserva para Cobertura Variação Justo Valor	150.000	150.000
Reserva para Cobertura Variação Justo Valor - Perdas atuariais	-360.217	-342.464
Resultados transitados	388.942	275.717
	178.725	83.253

Em Assembleia Geral de 4 de março de 2015, a EDP S.A., acionista única da EDP Distribuição, deliberou distribuir dividendos no montante de 112.500 milhares de Euros.

28. DÍVIDA FINANCEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Empréstimos - Corrente		
Depósitos à ordem - descobertos bancários	400	-
Empréstimos de empresas relacionadas		
Juros a pagar - EDP, S.A.	19.656	19.773
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	600.000	800.000
	620.056	819.773
Empréstimos - Não corrente		
Empréstimos de empresas relacionadas		
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	1.678.125	2.028.125
	1.678.125	2.028.125
Outros empréstimos	83	224
	83	224
	1.678.208	2.028.349
	2.298.264	2.848.122

As condições associadas aos suprimentos obtidos junto da EDP, S.A. resumem-se da seguinte forma:

DATA EMIÇÃO	DATA REEMBOLSO	TAXA JUROS	MONTANTE EURO'000
31-05-2001	31-05-2018	Mid Swaps 5A + 5,25% (Fixa)	178.125
01-10-2008	01-10-2018	Mid Swaps 5A + 5,25% (Fixa)	450.000
31-12-2015	30-12-2020	Mid Swaps 5A + 2,35% (Fixa)	250.000
31-12-2011	30-12-2016	Mid Swaps 5A + 8% (Fixa)	600.000
02-11-2012	01-11-2017	Mid Swaps 5A + 8% (Fixa)	300.000
31-07-2014	30-07-2019	Mid Swaps 5A + 2,35% (Fixa)	500.000
			2.278.125

A análise da rubrica de Empréstimos por maturidade é a seguinte:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Dívida Financeira		
Até 1 ano	620.056	819.773
De 1 ano a 5 anos	1.678.208	2.028.349
	2.298.264	2.848.122

O justo valor da dívida financeira da EDP Distribuição é analisado como segue:

	DEZ 2015 EURO'000		DEZ 2014 EURO'000	
	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR DE MERCADO	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR DE MERCADO
Dívida financeira:	2.298.264	2.499.541	2.848.122	3.089.052
	2.298.264	2.499.541	2.848.122	3.089.052

29. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de Benefícios aos empregados é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	567.445	593.772
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	609.917	627.837
Outros	1.178	3.150
	1.178.540	1.224.759

A rubrica de "Outros" diz respeito aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do plano de racionalização de recursos humanos. O movimento do ano refere-se exclusivamente a utilizações dessa provisão no montante de 1.972 milhares de Euros.

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Não corrente	1.051.222	1.090.699
Corrente	127.318	134.060
	1.178.540	1.224.759

O movimento da Provisão para responsabilidades e benefícios sociais é analisado como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Saldo no início do período	593.772	622.296
Dotação do período	16.232	22.319
Custo do serviço passado (corte / alterações ao plano)	-	-17.442
Pré-reformas ("curtailments")	-	25.714
Transferências entre empresas do Grupo	-4.394	-
(Ganhos) / Perdas atuariais	24.582	50.049
Excesso / (Défice) Financiamento do Fundo (Nota 23)	48.785	-
Utilizações de provisões	-111.532	-109.164
Saldo no fim do período	567.445	593.772

A decomposição dos Ganhos e perdas atuariais - Pensões é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Ganhos e perdas atuariais - Pensões		
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de:		
ajustamentos de experiência	18.852	2.853
alterações nos pressupostos atuariais financeiros	23.450	78.411
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de retorno de ativos	-17.720	-31.215
	24.582	50.049

O movimento da Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios é analisado como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Saldo no início do período	627.837	623.372
Dotação do período	16.555	21.328
Custo do serviço passado (corte / alterações ao plano)	-	-69.998
Pré-reformas ("curtailments")	-	1.264
Transferências entre empresas do Grupo	-6.306	-
(Ganhos) / Perdas atuariais	-728	79.568
Utilizações de provisões	-29.918	-30.355
Outros movimentos	2.477	2.658
Saldo no fim do período	609.917	627.837

A decomposição dos Ganhos e perdas atuariais - Atos médicos e outros é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Ganhos e perdas atuariais - Actos médicos e outros		
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de:		
ajustamentos de experiência	-728	812
alterações nos pressupostos atuariais financeiros e demográficos	-	78 756
	-728	79.568

Conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 2 k), a empresa optou na transição para as IFRS, reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas atuariais diferidas existentes a essa data para os vários planos de benefícios aos empregados. Nos períodos seguintes, de acordo com a política contabilística adotada, foram diretamente reconhecidos em reservas os ganhos e perdas atuariais verificados nesses planos. A 31 de dezembro de 2015 foram reconhecidas perdas de 23.854 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 129.617 milhares de Euros).

Em 16 de julho de 2014, o Grupo EDP formalizou e concluiu o novo acordo que vinha sendo negociado intensamente desde setembro 2012 com os inúmeros sindicatos representantes dos seus trabalhadores, nomeadamente a concretização do Novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2014), que abrange as 23 empresas sobre as quais a EDP tem relação de domínio sediadas em Portugal, abrangendo cerca de 6.700 trabalhadores do Grupo EDP em Portugal, e onde se inclui a EDP Distribuição.

Em 30 de junho de 2014, já se encontravam concluídas e acordadas a generalidade das matérias relevantes do Novo ACT 2014, designadamente entre outras, as seguintes principais alterações face ao anterior acordo coletivo com impacto nas responsabilidades futuras:

- (i) Co-pagamento no acto da aquisição de 22,5% do valor dos medicamentos não suportados pelo SNS (Serviço Nacional de Saúde) e 24% do valor das consultas de especialidade;
- (ii) Pagamento de 24% dos custos não incluídos no primeiro ponto através de um pagamento mensal (mútua);
- (iii) Possibilidade de acesso à Reforma antecipada se um trabalhador tiver 61 anos de idade e 37 anos de antiguidade (eram 60/36 anos).

As alterações nos benefícios pós-emprego acima descritas constituem nos termos da IAS 19 uma alteração ao plano que determina uma redução no valor atual das responsabilidades futuras. Estas alterações foram mensuradas e reconhecidas em resultados do período de 2014 no valor de 87.441 milhares de Euros (ver Nota 8).

Atendendo ao facto de todas as empresas do Grupo EDP em Portugal estarem agora abrangidas ao referido ACT, no decorrer de 2015, os colaboradores foram reafetados às empresas a que prestam serviço efetivo. Com referência a 31 de dezembro de 2015, esta realocação de colaboradores originou uma transferência de responsabilidades com benefícios de empregados entre empresas do Grupo, por contrapartida de valores a receber e a pagar. Na EDP Distribuição, o valor destas responsabilidades ascende a 10.700 milhares de Euros, cujo recebimento encontra-se em Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à actividade operacional na Demonstração de Fluxos de Caixa.

Durante o ano de 2014, no âmbito de um programa de redução de efetivos, o Grupo EDP celebrou acordos de pré-reforma e antecipação à pré-reforma com trabalhadores de Portugal (incluindo 110 trabalhadores da EDP Distribuição) com saída prevista durante os períodos de 2014 e 2015. Este acréscimo das responsabilidades com benefícios de empregados foi mensurado e reconhecido em resultados do período de 2014 no valor de 26.979 milhares de Euros (ver Nota 8).

A duração média ponderada das responsabilidades com benefícios definidos é de 10 anos.

Planos de benefícios aos empregados

A EDP Distribuição atribui aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais parcialmente financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões da EDP Distribuição é gerido por entidade externa assim como a gestão dos seus ativos é subcontratada a entidades gestoras de ativos externas.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma por idade. As responsabilidades com pré-reformas não estão cobertas pelos ativos do fundo, sendo adequadamente provisionadas através de provisão específica.

Nos planos de pensões em Portugal, e de acordo com a regulamentação dos Fundos de Pensões, o valor excedentário dos ativos do fundo face às responsabilidades cobertas, mediante determinadas condições, pode ser devolvido à empresa. Em 31 de dezembro de 2015, o valor excedentário reconhecido como ativo na EDP Distribuição ascende a 48.785 milhares de Euros (ver Nota 23).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes da EDP Distribuição abrangidos pelos planos de pensões e obrigações similares a pensões de reforma era o seguinte:

NÚMERO DE PARTICIPANTES	2015	2014
Reformados e Pensionistas	14.502	14.682
Pessoal no ativo	2.791	3.085
	17.293	17.767

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões e obrigações similares a pensões na empresa, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e atuariais:

	DEZ 2015	DEZ 2014
Pressupostos		
Taxa de desconto	1,90%	1,90%
Taxa de crescimento dos salários	2,30%	2,30%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2016 - 0% // após 2016 - 1,4%	2015 - 0% // após 2015 - 1,4%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Tábua de mortalidade	Nasc.< 1950 -- TV99/01 (+1) // Nasc.>= 1950 -- TV99/01	Nasc.< 1950 -- TV99/01 (+1) // Nasc.>= 1950 -- TV99/01
Tábua de invalidez % expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	50%EKV 80 (a)	50%EKV 80 (a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o novo Acordo Coletivo de Trabalho : 37 anos de serviço com pelo menos 61 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Os pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades associadas ao plano de benefícios definido a empregados, foram atualizados considerando as evoluções ocorridas nos mercados financeiros em 2015.

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma e respetivas coberturas são analisadas como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Provisão para Planos de Pensões		
Responsabilidades no fim do período	1.318.377	1.412.232
Ativos dos Fundos no fim do período	-799.717	-818.460
Excesso / (Défice) Financiamento do Fundo (Nota 23)	48.785	-
Valor da provisão no fim do período	567.445	593.772

A evolução do valor presente das obrigações para pensões e o justo valor dos ativos dos Fundos associados é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000	DEZ 2013 EURO'000
Provisão para Planos de Pensões			
Responsabilidades no fim do período	1.318.377	1.412.232	1.439.042
Ativos do Fundo no fim do período	-799.717	-818.460	-816.746
Excesso / (Défice) Financiamento do Fundo (Nota 23)	48.785	-	-
Valor da provisão no fim do período	567.445	593.772	622.296

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos atuariais e aquilo que realmente ocorreu) para o Plano de Pensões da EDP Distribuição são apresentados como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000	DEZ 2013 EURO'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	-18.852	-2.853	-30.824
Ajustamentos de experiência para os ativos do Plano	17.720	31.215	55.766

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades por serviços passados associadas a estes planos de pensões eram as seguintes:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	1.412.232	1.439.042
Custo dos serviços correntes	5.858	6.682
Juro líquido sobre o passivo do plano de pensões	25.411	37.442
Benefícios pagos directamente pela empresa		
Benefícios pagos	-163.032	-160.470
Custo do serviço passado (alterações ao plano)	-	-17.442
Pré-reformas ("curtailments")	-	25.714
Transferências entre empresas do Grupo	-4.394	-
Perdas e ganhos atuariais	42.302	81.264
Responsabilidades no fim do período	1.318.377	1.412.232

Os componentes do custo líquido reconhecido no período com estes planos são os seguintes:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Custo do período	5.858	6.682
Custo dos serviços correntes		-17.442
Custo do serviço passado (alterações ao plano)	-	25.714
Pré-reformas ("curtailments")		
Componente operacional (Nota 8)	5.858	14.954
Juro sobre o passivo líquido do plano de pensões	10.374	15.637
Componente financeira (Nota 12)	10.374	15.637
Custo Líquido do período	16.232	30.591

A evolução dos ativos dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Fundos de Pensões		
Valor dos ativos no início do período	818.460	816.746
Pensões pagas no período	-51.500	-51.306
Juro sobre o ativo do plano de pensões	15.037	21.805
Ganhos / (Perdas) atuariais	17.720	31.215
Valor dos ativos fim do período	799.717	818.460

A composição verificada na carteira do fundo é analisada como segue:

	LIQUIDEZ EURO'000	OBRIGAÇÕES EURO'000	AÇÕES EURO'000	IMÓVEIS EURO'000	OUTROS EURO'000	TOTAL EURO'000
31 de dezembro de 2015	1,84%	45,66%	33,54%	9,96%	9,00%	100,00%
31 de dezembro de 2014	1,13%	47,46%	37,92%	5,69%	7,80%	100,00%

Pressupostos relativos à taxa de desconto

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões foram selecionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações "corporate" de alta qualidade. Foram selecionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

A taxa de retorno real dos ativos do fundo de pensões em 2015 foi positiva em 3,51% (2014: positiva em 6,39%).

Em 2015, o valor das pensões pagas pelo Fundo imputável à EDP Distribuição ascendeu a 51.500 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 51.306 milhares de Euros).

Em 2015 e 2014 não foram efetuadas contribuições para o Fundo de Pensões.

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A EDP Distribuição dispõe de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores da empresa, do tipo Contribuição Definida, efetuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

A empresa dispõe de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

Adicionalmente, a empresa concede outros benefícios, suportando encargos decorrentes de responsabilidades com complementos de pensões por invalidez, de subsídio de morte, de sobrevivência, de seguro de vida, prémios de antiguidade e de passagem à reforma, desconto na tarifa de energia eléctrica e de gás, entre outros.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios são apresentados como segue:

	DEZ 2015	DEZ 2014
Pressupostos		
Taxa de desconto	1,90%	1,90%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	3,50%	3,50%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	238 €/ano	223,8 €/ano
Tábua de mortalidade	Nasc.<1950 -- TV99/01 (+1)// Nasc.>=1950 -- TV99 / 01	Nasc.<1950 -- TV99/01 (+1)// Nasc.>=1950 -- TV99 / 01
Tábua de invalidez	50% EKV 80	50% EKV 80
% expeável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)	a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o novo Acordo Coletivo de Trabalho: 37 anos de serviço com pelo menos 61 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes da EDP Distribuição abrangidos pelos planos de cuidados médicos e outros benefícios era o seguinte:

NÚMERO DE PARTICIPANTES	2015	2014
Reformados e Pensionistas	14.493	14.673
Pessoal no ativo	2.791	3.085
	17.284	17.758

A evolução do valor presente das obrigações para cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000	DEZ 2013 EURO'000
Provisão para Cuidados Médicos			
Responsabilidades no fim do período	609.917	627.837	623.372
Valor da provisão no fim do período	609.917	627.837	623.372

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) para as responsabilidades de cuidados médicos e outros benefícios da EDP Distribuição são apresentados como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000	DEZ 2013 EURO'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	728	-812	34.948

A evolução das responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	627.837	623.372
Custo dos serviços correntes	4.779	4.780
Juro líquido sobre o passivo líquido do plano de cuidados médicos e outros benefícios	11.776	16.548
Benefícios pagos	-29.918	-30.355
Custo do serviço passado (alterações ao plano)	-	-69.998
Pré-reformas ("curtailments")	-	1.264
Transferências entre empresas do Grupo	-6.306	-
(Ganhos) / Perdas atuariais	-728	79.568
Outras variações (mútua)	2.477	2.658
Responsabilidades no fim do período	609.917	627.837
Valor da provisão no fim do período	609.917	627.837

As responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas da empresa através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

Os componentes do custo líquido reconhecido no período com este plano são os seguintes:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Custo do período		
Custo do serviço	4.779	4.780
Custo do serviço passado (alterações ao plano)	-	-69.998
Pré-reformas ("curtailments")	-	1.264
Componente operacional (Nota 8)	4.779	-65.218
Juro sobre o passivo do plano de cuidados médicos e outros benefícios	11.776	16.548
Componente financeira (Nota 12)	11.776	16.548
Custo líquido do período	16.555	-48.670

A 31 de dezembro de 2015, a EDP Distribuição reconhece como um custo operacional, na sua demonstração de resultados, o custo do serviço corrente e o efeito das reformas antecipadas. O custo dos juros é reconhecido como resultado financeiro.

30. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

A rubrica de Provisões para riscos e encargos é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Não Corrente		
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	17.023	16.179
Provisão para outros riscos e encargos	34.275	28.283
	51.298	44.462
Corrente		
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	1.440	803
Provisão para outros riscos e encargos	202	407
	1.642	1.210

O movimento da Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências é analisado como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Saldo no início do período	16.982	15.380
Dotação do período	4.709	6.083
Redução da provisão	-3.228	-4.481
Saldo no final do período	18.463	16.982

A rubrica Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências, no montante de 18.463 milhares de Euros, refere-se a provisões para processos judiciais em curso e outras contingências laborais.

A administração da EDP Distribuição com base na informação prestada pelos seus assessores jurídicos e na sua análise dos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

As provisões para processos judiciais em curso contra a EDP Distribuição incluem um processo intentado em 2011 pelo Banco Comercial Português contra a EDP Distribuição, cuja responsabilidade estimada ascende a 2.467 milhares de Euros, referente à reclamação de créditos de factoring de um prestador de serviços, que o BCP alega ter a receber da EDP Distribuição. Os restantes processos judiciais em curso dizem essencialmente respeito a taxas de ocupação do espaço público, indemnizações por incêndios, por interrupção do fornecimento de energia, bem como outros danos causados.

O movimento da Provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Saldo no início do período	28.690	27.011
Dotação do período	6.809	2.422
Redução da provisão	-1.027	-1.145
Utilização da provisão	-	-585
Outras variações	5	987
Saldo no final do período	34.477	28.690

O valor de redução de Provisões para outros riscos e encargos inclui a reversão da provisão constituída para fazer face a responsabilidades da empresa participada SGORME no montante de 428 milhares de Euros, que se encontra relevada na rubrica custos financeiros (Nota 12).

No decurso normal da atividade da EDP Distribuição, existem litígios e contingências de natureza administrativa, cível, fiscal, laboral e outras cujo risco é graduado como possível, podendo estas ações envolver diversas entidades. Na opinião da EDP Distribuição e dos seus assessores legais, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a sua posição financeira.

Os processos desta natureza cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados. Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe das contingências possíveis é analisado como segue:

	DEZ 2015 EURO'000
Administrativo e cível	39.982
Fiscal	12.667
	52.649

No decorrer do período de 2013, a ERSE emitiu a Diretiva 7-A/2013 de 15 de maio, que determinou o pagamento de uma compensação financeira pela EDP Distribuição aos consumidores multitarifa, no valor estimado de 6,9 milhões de Euros. A EDP Distribuição discorda da decisão da entidade reguladora, pelo que a impugnou judicialmente, tendo para tal entreposto uma ação judicial para que seja apreciada pela instância competente a legalidade da referida Diretiva. Adicionalmente, a empresa apresentou uma providência cautelar solicitando a suspensão do pagamento das compensações determinadas pela ERSE. Durante o mês de outubro de 2013, o Tribunal decidiu favoravelmente quanto à providência cautelar apresentada pela EDP Distribuição, decretando a suspensão da eficácia do disposto na Diretiva da ERSE na parte em que esta impunha a dever de pagamento imediato da referida compensação.

Na EDP Distribuição existe uma contingência relacionada com a responsabilidade pelos encargos das empreitadas para fornecimento e montagem das redes de distribuição de energia elétrica, incluindo iluminação pública, na área de intervenção e reconversão urbanística da Parque Expo 98. Neste contexto, a Parque Expo 98 alega que, entre 1996 e 2014, suportou custos no montante de 26.519 milhares de Euros que seriam da responsabilidade da EDP Distribuição. Em novembro de 2015, a Parque Expo 98 dirigiu à EDP Distribuição uma notificação judicial avulsa, tendo em vista interromper o prazo de prescrição (que ocorreria 20 anos sobre a data do referido Protocolo).

Existe também um processo judicial de natureza fiscal decorrente de uma ação de inspeção externa realizada pela Autoridade Tributária ao período de 2001, a qual propôs diversas correções ao lucro tributável da empresa. Por não concordar com a maioria das correções propostas, a EDP S.A., na qualidade de sociedade dominante do Grupo de sociedades tributadas no âmbito do RETGS, apresentou impugnação judicial a contestar as diversas correções, sendo a correção mais relevante a associada à classificação dos custos suportados com cuidados médicos como realizações de utilidade social. A 31 de dezembro de 2015, a contingência fiscal associada a este ajustamento, que classificamos como possível, ascende a 8.792 milhares de Euros, para a componente que respeita à EDP Distribuição.

No decorrer do mês de abril de 2015, a ERSE notificou a EDP Distribuição da decisão de abertura de um processo de contraordenação, no quadro do Regime Sancionatório do Sector Energético (RSSE), solicitando informação diversa (não tendo, até ao momento, ocorrido desenvolvimentos neste processo). Com referência a 31 de dezembro de 2015, é entendimento dos assessores jurídicos e da Administração que esta contingência afigura-se como possível, contudo tendo em consideração a fase instrutória do processo e a ausência de jurisprudência da matéria, objeto do mesmo, o respectivo valor de risco é indeterminado a esta data.

31. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Credores e outros passivos de atividades comerciais é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Corrente:		
Fornecedores	293.344	427.466
Fornecedores de imobilizado	7.970	10.628
Adiantamentos de clientes	54.646	82.699
Férias, subsídios férias e outros encargos	36.291	36.774
Acréscimos de custos	20.542	9.642
Outros credores		
- Colaboradores	1.020	21
- Rendas de concessão	2.314	7.283
Outros credores e operações diversas (i)	190.898	92.413
	607.025	666.926
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Não corrente:		
Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	43	85
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	671	659
Fornecedores de imobilizado	2.000	1.928
	2.714	2.672
	609.739	669.598

O valor registado na rubrica Adiantamentos de Clientes respeita ao valor entregue pela EDP Serviço Universal à EDP Distribuição relativamente aos acessos cobrados pela EDP SU aos clientes de conta certa, cuja facturação por parte da EDP Distribuição se encontra pendente, nos termos dos planos comerciais a 31 de dezembro de 2015.

(i) A rubrica de Outros credores e operações diversas inclui 88.682 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 67.382 milhares de Euros) respeitantes a valores a pagar a entidades por securitizações de défices tarifários e sobrecusto da EDPSU e, 46.247 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 19.708 milhares de Euros) respeitantes a especializações de CMEC a liquidar à REN.

Em 2015, a rubrica inclui ainda 41.220 milhares de Euros a liquidar à EDP, S.A. no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades decorrente maioritariamente da apresentação de declarações do Modelo 22 de substituição relativos aos períodos de 2011 a 2014, tal como referido na Nota 13, e 1.453 milhares de Euros de donativos atribuídos à Fundação EDP, já pagos pela EDPSA por conta da EDP Distribuição.

32. OUTROS CREDORES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros credores e outros passivos é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Credores e outros passivos - Corrente:		
Empresas do Grupo (i)	244.022	-
IRC a pagar à EDP, S.A. (consolidado fiscal)	47.320	17.789
Outros credores e operações diversas	25.327	3.624
	316.669	21.413

(i) A rubrica "Empresas do Grupo" respeita ao montante a pagar à EDP, S.A., relativo à utilização do Sistema Financeiro do Grupo EDP (Cashpooling) (Nota 35).

33. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica de Impostos a pagar é analisada como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Estado e outros entes públicos:		
- Retenções na fonte	6.513	6.995
- Contribuições para a Segurança Social	4.669	4.996
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	28.585	14.359
- Outras tributações	4.181	3.949
	43.948	30.299

34. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela empresa que não figuram no balanço, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, referentes a garantias recebidas e prestadas, são analisados como segue:

TIPO	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Garantias recebidas		
De clientes	363.726	293.707
De fornecedores	29.418	26.489
	393.144	320.196
Garantias prestadas de caráter operacional		
A outras entidades	13.619	13.792
Total	406.763	333.988

As garantias recebidas de clientes respeitam a garantias prestadas a título de cauções dos comercializadores externos do mercado livre. As garantias de clientes incluem 160.554 milhares de Euros de garantias bancárias e 203.172 milhares de Euros de garantias emitidas pela EDP S.A., em nome da EDP Comercial.

No final do período encontravam-se por satisfazer encomendas relativas a aquisições de imobilizado e serviços conexos nos seguintes montantes, cuja maturidade é inferior a um ano:

TIPO	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
De materiais	46.617	23.172
De serviços	29.687	29.259
Total	76.304	52.431

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os compromissos por rendas vincendas de locações financeiras são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

TIPO	DEZ 2015				
	TOTAL EURO'000	MENOS DE 1 ANO EURO'000	ENTRE 1 E 3 ANOS EURO'000	ENTRE 3 E 5 ANOS EURO'000	MAIS DE 5 ANOS EURO'000
Rendas vincendas de locações financeiras	1.992	859	1.022	111	-
	1.992	859	1.022	111	-

TIPO	DEZ 2014				
	TOTAL EURO'000	MENOS DE 1 ANO EURO'000	ENTRE 1 E 3 ANOS EURO'000	ENTRE 3 E 5 ANOS EURO'000	MAIS DE 5 ANOS EURO'000
Rendas vincendas de locações financeiras	1.919	789	993	137	-
	1.919	789	993	137	-

As rendas vincendas de locações financeiras estão relacionadas com os ativos fixos tangíveis cuja aquisição pela empresa foi financiada através de contratos de locação financeira. Estes valores incluem capital em dívida e juros.

35. PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas

A única acionista da EDP Distribuição, S.A., com referência a 31 de dezembro de 2015, é a EDP S.A.:

	N.º AÇÕES	% CAPITAL	% VOTO
EDP - Energias de Portugal, S.A.	40.000.000	100,00%	100,00%
	40.000.000	100,0%	100,0%

Remunerações a órgãos sociais

As remunerações a órgãos sociais no período resumem-se como segue:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Conselho de Administração (Nota 8)	524	522
Fiscal Único/ROC	134	138
	658	660

No desenvolvimento normal da sua atividade, a EDP Distribuição celebra negócios e realiza operações com diversas entidades, entre as quais se incluem sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a EDP Distribuição. Estas operações são realizadas em condições normais de mercado para operações similares, independentemente da sua relevância e fazem parte da atividade corrente da EDP Distribuição.

Saldos e transações com empresas do Grupo

Os créditos detidos sobre empresas do Grupo e outras partes relacionadas a 31 de dezembro de 2015, são analisados como segue:

	MOV. FINANCEIROS INTRA-GRUPO EURO'000	EMPRÉSTIMOS E JUROS A RECEBER DE EMPRESAS DO GRUPO EURO'000	OUTROS CRÉDITOS EURO'000	TOTAL EURO'000
Empresas				
CEO	-	-	2	2
EDP Comercial	-	-	150.829	150.829
EDP Estudos e consultoria	-	-	50	50
EDP Gás SGPS	-	-	75	75
EDP Imobiliária	-	-	27	27
EDP Inovação	-	-	49	49
EDP Internacional	-	-	12	12
EDP MOP	864	-	106	970
EDP Produção	-	-	806	806
EDP Renováveis - Promoção e operação	-	-	132	132
EDP Renováveis Portugal	-	-	48	48
EDP Serviço Universal	179.160	904.805	167.685	1.251.650
EDP Soluções Comerciais	50	-	2.978	3.028
EDP Valor	-	-	47	47
EDP, S.A.	-	-	10.281	10.281
EME2	-	-	1.068	1.068
Labelec	-	-	115	115
O&M Serviços	-	-	304	304
Pebble Hydro	-	-	33	33
Portgás	-	-	13	13
Sávida	-	-	2.337	2.337
SGORME	762	-	-	762
	180.836	904.805	336.997	1.422.638

Os créditos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2014 são analisados como segue:

	MOV. FINANCEIROS INTRA-GRUPO EURO'000	EMPRÉSTIMOS E JUROS A RECEBER DE EMPRESAS DO GRUPO EURO'000	OUTROS CRÉDITOS EURO'000	TOTAL EURO'000
Empresas				
CEO	-	-	2	2
EDP Comercial	-	-	133.256	133.256
EDP Estudos e consultoria	-	-	24	24
EDP Gás SGPS	-	-	61	61
EDP Imobiliária	-	-	25	25
EDP Inovação	-	-	25	25
EDP Internacional	-	-	3	3
EDP MOP	968	-	141	1.109
EDP Produção	-	-	457	457
EDP Renováveis - Promoção e operação	-	-	37	37
EDP Renováveis Portugal	-	-	63	63
EDP Serviço universal	466.596	904.730	231.086	1.602.412
EDP Serviner	-	-	47	47
EDP Soluções Comerciais	-	-	11.943	11.943
EDP Valor	-	-	6.544	6.544
EDP, S.A.	-4.712	-	8.827	4.115
EME2	-	-	1.120	1.120
Fundação EDP	-	-	851	851
Gravitangle	-	-	2	2
Labelec	-	-	56	56
O&M Serviços	-	-	304	304
Pebble Hydro	-	-	1	1
Portgás	-	-	3	3
Sávida	-	-	3.080	3.080
SGORME	623	-	-	623
	463.475	904.730	397.958	1.766.163

Os débitos detidos sobre empresas do Grupo e outras partes relacionadas a 31 de dezembro de 2015, são analisados como segue:

	MOV. FINANCEIROS INTRA-GRUPO EURO'000	EMPRÉSTIMOS E JUROS A PAGAR A EMPRESAS DO GRUPO EURO'000	OUTROS DÉBITOS EURO'000	TOTAL EURO'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	3.919	3.919
EDP Estudos e Consultoria	-	-	2.247	2.247
EDP Gás SGPS	-	-	464	464
EDP Imobiliária e Participações	-	-	708	708
EDP Inovação	-	-	495	495
EDP Produção	1	-	-	1
EDP Renováveis - Promoção e operação	-	-	281	281
EDP Serviço Universal	-	-	129.113	129.113
EDP Soluções Comerciais	-	-	22.945	22.945
EDP Sucursal	-	-	42	42
EDP Valor	-	-	11.096	11.096
EDP, S.A.	244.021	2.297.781	124.064	2.665.866
EME2	-	-	1.252	1.252
Labelec	-	-	3.561	3.561
O&M Serviços	-	-	6.573	6.573
Sãvida	-	-	7.223	7.223
	244.022	2.297.781	313.983	2.855.786

Os débitos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2014 são analisados como segue:

	MOV. FINANCEIROS INTRA-GRUPO EURO'000	EMPRÉSTIMOS E JUROS A PAGAR A EMPRESAS DO GRUPO EURO'000	OUTROS DÉBITOS EURO'000	TOTAL EURO'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	3.104	3.104
EDP Estudos e Consultoria	-	-	1.843	1.843
EDP Imobiliária e Participações	-	-	169	169
EDP Inovação	-	-	406	406
EDP Serviço Universal	-	-	153.735	153.735
EDP Serviços	-	-	-	-
EDP Soluções Comerciais	-	-	14.710	14.710
EDP Sucursal	-	-	42	42
EDP Valor	-	-	12.381	12.381
EDP, S.A.	-	2.847.898	29.168	2.877.066
EME2	-	-	1.594	1.594
Home Energy	-	-	-	-
Labelec	-	-	2.653	2.653
O&M Serviços	-	-	3.963	3.963
EDP Gás SGPS	-	-	8	8
Fundação EDP	-	-	241	241
Sãvida	-	-	37.541	37.541
	-	2.847.898	261.558	3.109.456

As transações em rubricas de custos com empresas do Grupo e outras partes relacionadas a 31 de dezembro de 2015 são analisadas como segue:

	JUROS DE MOV. FINANCEIROS INTRA-GRUPO EURO'000	JUROS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EURO'000	OUTROS CUSTOS EURO'000	TOTAL EURO'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	517	517
EDP Estudos e Consultoria	-	-	10.793	10.793
EDP Gás SGPS	-	-	15	15
EDP Imobiliária e Participações	-	-	608	608
EDP Inovação	-	-	341	341
EDP Serviço Universal	-	-	493.065	493.065
EDP Soluções Comerciais	-	-	55.734	55.734
EDP Valor	-	-	22.536	22.536
EDP, S.A.	2.214	172.829	37.397	212.440
EME2	-	-	1.495	1.495
Labelec	-	-	4.991	4.991
O&M Serviços	-	-	1.788	1.788
Sávida	-	-	21.952	21.952
	2.214	172.829	651.232	826.275

As transações em rubricas de custos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2014 são analisadas como segue:

	JUROS DE MOV. FINANCEIROS INTRA-GRUPO EURO'000	JUROS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EURO'000	OUTROS CUSTOS EURO'000	TOTAL EURO'000
Empresas				
EDP Produção	-	-	15	15
EDP Comercial	-	-	286	286
EDP Estudos e Consultoria	-	-	12.886	12.886
EDP, S.A.	9.758	169.354	41.832	220.944
EDP Imobiliária e Participações	-	-	479	479
EDP Inovação	-	-	330	330
EDP MOP	-	-	57	57
EDP Soluções Comerciais	-	-	56.518	56.518
EDP Gás SGPS	-	-	13	13
EDP Serviço Universal	154	-	439.872	440.026
EDP Valor	-	-	23.900	23.900
EME2	-	-	3.531	3.531
O&M Serviços	-	-	3.725	3.725
Labelec	-	-	4.415	4.415
Sávida	-	-	22.168	22.168
Home Energy	-	-	8	8
Fundação EDP	-	-	5	5
	9.912	169.354	610.040	789.306

As transações em rubricas de proveitos com empresas do Grupo e outras partes relacionadas a 31 de dezembro de 2015 são analisadas como segue:

	JUROS DE MOV. FINANCEIROS INTRA-GRUPO EURO'000	JUROS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EURO'000	OUTROS CUSTOS EURO'000	TOTAL EURO'000
Empresas				
CEO	-	-	6	6
EDP Comercial	-	-	1.566.713	1.566.713
EDP Estudos e Consultoria	-	-	20	20
EDP Gás SGPS	-	-	14	14
EDP Inovação	-	-	19	19
EDP Internacional	-	-	8	8
EDP MOP	15	-	439	454
EDP Produção	-	-	804	804
EDP Renováveis Portugal	-	-	154	154
EDP Renováveis Portugal - Promoção e Operação	-	-	147	147
EDP Serviço Universal	5.245	86.620	700.571	792.436
EDP Soluções Comerciais	-	-	1.874	1.874
EDP Valor	-	-	126	126
EDP, S.A.	824	-	6.857	7.681
EME2	-	-	279	279
Gravitangle	-	-	2	2
Labellec	-	-	45	45
Pebble Hydro	-	-	22	22
Portgás	-	-	24	24
Sãvida	-	-	63	63
Sgorme	11	-	-	11
	6.095	86.620	2.278.187	2.370.902

As transações em rubricas de proveitos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2014 são analisadas como segue:

	JUROS DE MOV. FINANCEIROS INTRA-GRUPO EURO'000	JUROS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EURO'000	OUTROS CUSTOS EURO'000	TOTAL EURO'000
Empresas				
CEO	-	-	6	6
EDP Produção Bioelétrica	-	-	2	2
Fundação EDP	-	-	24	24
EDP Comercial	-	-	1.227.583	1.227.583
EDP Estudos e Consultoria	-	-	24	24
EDP Gás SGPS	-	-	61	61
EDP Inovação	-	-	25	25
EDP Internacional	-	-	-	-
EDP MOP	37	-	475	512
EDP Produção	-	-	1.821	1.821
EDP Renováveis Portugal	-	-	209	209
EDP Renováveis Portugal - Promoção e Operação	-	-	37	37
EDP Serviço Universal	5.787	86.621	1.229.733	1.322.141
EDP Serviner	-	-	47	47
EDP Soluções Comerciais	-	-	1.734	1.734
EDP Valor	-	-	-51	-51
EDP, S.A.	35	-	8.971	9.006
EME2	-	-	836	836
Fisigen	-	-	1	1
Gravitangle	-	-	6	6
Hidroelétrica de Alqueva	-	-	1	1
Labellec	-	-	56	56
Pebble Hydro	-	-	110	110
Portgás	-	-	6	6
Sãvida	-	-	84	84
O&M Serviços	11	-	304	315
	5.870	86.621	2.472.105	2.564.596

36. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas, alterações e interpretações emitidas efetivas para a empresa

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que a EDP Distribuição aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

• IFRIC 21 - Impostos

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2013, a IFRIC 21 - Impostos, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 17 de junho de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta interpretação clarifica que:

- um imposto corresponde a uma saída de recursos, que incorporam benefícios económicos, imposto pelas administrações públicas às entidades, em conformidade com a legislação; e
- a contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de um imposto ocorre no momento em que se verifica a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, tal como definido na legislação (facto gerador da obrigação).

A adoção desta interpretação não afeta os valores apresentados nas demonstrações financeiras anuais.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a empresa aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, sem impactos significativos, podem ser analisadas como segue:

• "Annual Improvement Project (2011-2013)".

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a empresa

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a empresa, cujo impacto está a ser avaliado, podem ser analisadas como segue:

• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de janeiro de 2018, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma, que foi alterada em julho de 2014, não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma insere-se no projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;
- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do período;
- a exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9; e

- as alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de opção de justo valor ("fair value option") serão reconhecidas em Rendimento integral do período. As restantes variações de justo valor associados a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados no rendimento integral do período nunca poderão ser transferidos para resultados.

• IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2014, a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de janeiro de 2017, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos".

A "metodologia dos 5 passos" é composta pelas seguintes etapas: (i) identificar o contrato com o cliente; (ii) identificar as obrigações de "performance" do contrato; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação com as obrigações de "performance"; e (v) reconhecer o rédito quando a entidade satisfaz a obrigação de "performance".

• IFRS 16 - Locações

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em janeiro de 2016, a IFRS 16 - Locações, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de janeiro de 2019, sendo a sua adoção antecipada permitida para entidades que adotem também a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma define os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 - Locações e as respetivas orientações interpretativas. O objetivo é garantir que locadores e locatários reportam informações úteis para os utilizadores das demonstrações financeiras, designadamente sobre o efeito que as locações têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.

Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- inclusão de algumas considerações de modo a distinguir locações de contratos de serviços, tendo por base a existência de controlo sobre um ativo no momento em que este fica disponível para uso do locatário; e
- introdução de um modelo único de contabilização para o locatário que exige que este reconheça os ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses, com exceção de locações de ativos de montante reduzido. O locatário deve reconhecer o direito de uso do respetivo ativo e a obrigação inerente aos pagamentos a efetuar, e reconhecer os custos financeiros e as depreciações em separado.

• IAS 1 (Alterada) - Iniciativa de divulgação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em dezembro de 2014, alterações à IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de janeiro de 2016, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adotada pela União Europeia.

As alterações ao âmbito da IAS 1 foram as seguintes:

- Materialidade e agregação: a alteração clarifica que uma entidade não deve ocultar informações úteis através da agregação ou desagregação de informação; e que o nível de materialidade aplica-se às demonstrações financeiras, notas e quaisquer requisitos de divulgação exigidos pelas IFRSs, i.e. divulgações exigidas pela IFRSs devem ser efetuadas apenas se a informação é material;
- Demonstração da Posição Financeira, Demonstração de Resultados e Outro Rendimento Integral: a alteração esclarece que a lista de rubricas especificadas pela IAS 1 para estas demonstrações podem ser desagregadas e agregadas como relevantes. Orientação adicional foi acrescentada na apresentação dos subtotais destas demonstrações;

- Apresentação de itens de Outro Rendimento Integral: a alteração esclarece que a parte de outro rendimento integral de uma entidade relativo a associadas e "joint ventures" registadas pelo método de equivalência patrimonial deve ser agregado como uma única rubrica, tendo em consideração se irá ser ou não reconhecido como proveitos ou custos.

- Notas: a alteração esclarece que as entidades têm flexibilidade na conceção da estrutura das notas e fornece orientação sobre como determinar uma ordem sistemática das notas.

• **IAS 7 (Alterada) - Iniciativa de divulgação**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em janeiro de 2016, alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de janeiro de 2017, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Estas alterações exigem que uma entidade divulgue informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas obrigações que são criadas pelas atividades de financiamento da entidade, independentemente destas alterações terem, ou não, impacto nos fluxos de caixa, tais como:

- Alterações nos fluxos de caixa de financiamento;
- Alterações que surgem de uma obtenção ou perda de controlo em subsidiárias ou outras concentrações de negócios;
- O efeito de alterações nas taxas de câmbio; ou
- Variações de justo valor.

Estas divulgações poderão ser apresentadas através de uma reconciliação entre os montantes reportados em balanço, no início e no fim de cada período, para cada item classificado como associado a atividades de financiamento na demonstração de fluxos de caixa.

• **IAS 19 (Alterada) - Benefícios aos Empregados: Benefício definido - Contribuições dos empregados**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em novembro de 2013, alterações à IAS 19 - Benefícios aos empregados: Benefício definido - Contribuições dos empregados, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de julho de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta alteração, permite que:

- contribuições que são independentes do número de anos de serviço possam ser reconhecidas como uma redução do custo do serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições a períodos de serviço; e
- outras contribuições de empregados ou de terceiros, devem ser atribuídas a períodos de serviço, usando a fórmula da contribuição do plano ou de forma linear.

• **IAS 27 (Alterada) - Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em agosto de 2014, alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais, com data efetiva de aplicação obrigatória para períodos com início a partir de 1 de janeiro de 2016, sendo a sua adoção antecipada permitida.

A alteração reintroduz o método da equivalência patrimonial como uma opção para mensuração de investimentos em subsidiárias, "joint ventures" e associadas nas demonstrações financeiras individuais da entidade.

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a empresa, sem impactos significativos, podem ser analisadas como segue:

- **IFRS 14 - Diferimento de contas regulatórias;**
- **IAS 12 (Alterada) - Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizáveis;**
- **IAS 16 (Alterada) e IAS 38 (Alterada) - Esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e de amortização;**
- **"Annual Improvement Project (2010-2012)";**
- **"Annual Improvement Project (2012-2014)";**

37. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da atividade normal da empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do período, exceto se se qualificarem para reconhecimento como um ativo, conforme determinado pelo IAS 16.

Os investimentos de carácter ambiental reconhecidos em ativos fixos durante os períodos de 2015 e 2014, na empresa, decompõem-se nos seguintes domínios:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	749	3.591
Proteção da biodiversidade e paisagem	4.379	5.006
Eficiência energética	713	-
Redução de ruído e vibrações	166	80
	6.007	8.677

A empresa reconheceu ainda despesas em resultados do período, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	DEZ 2015 EURO'000	DEZ 2014 EURO'000
Proteção da biodiversidade e paisagem	889	761
Gestão de resíduos	124	307
Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	361	301
Redução de ruído e vibrações	49	17
Outras atividades de gestão e proteção do ambiente	997	743
Outras despesas	1	53
	2.421	2.182

Os proveitos ambientais reconhecidos no período de 2015 estão relacionados com a venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 21 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 103 milhares de Euros).

38. CEDÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS - AJUSTAMENTOS TARIFÁRIOS

Conforme referido na Nota 2, o Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de dezembro de 2006, e o Decreto-Lei n.º 165/2008 de 21 de agosto, consagraram a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento dos ajustamentos tarifários (desvios e défices) do Sistema Elétrico Nacional, através do qual, a EDP Distribuição tem realizado desde 2012 um conjunto de operações de cedência de ativos financeiros.

Na operação a seguir indicada, o ativo foi cedido para uma sociedade de titularização de créditos, tendo o respetivo financiamento sido realizado através da emissão de instrumentos de dívida registados junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM):

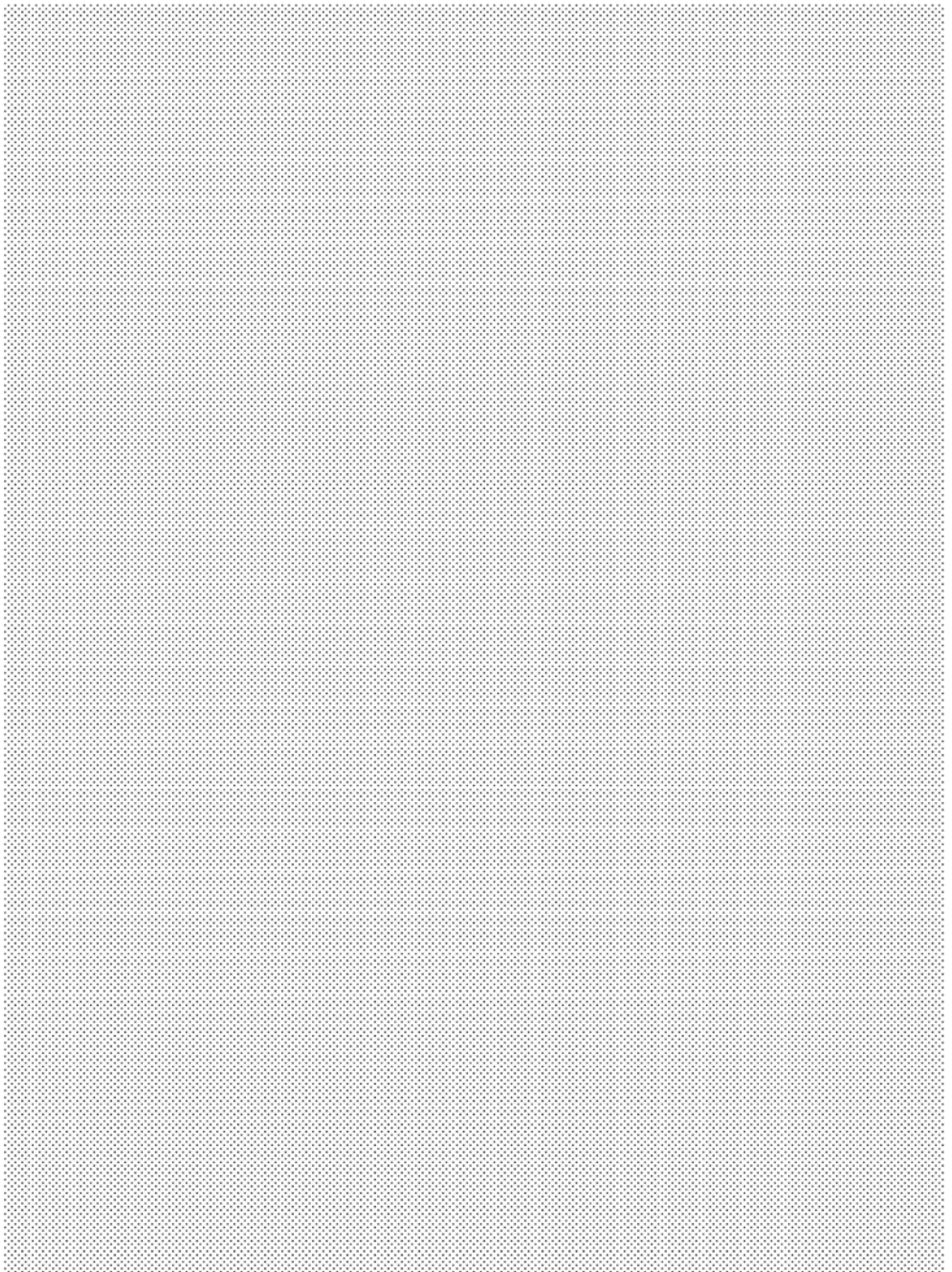
Em dezembro de 2014, a EDP Distribuição de Energia, S.A., cedeu de forma plena e sem recurso à Tagus o direito a recuperar a parcela de acerto da compensação dos CMEC referente a 2012 no montante de 228.826 milhares de Euros. A transação foi efetuada pelo montante de 239.832 milhares de Euros, tendo gerado uma mais valia líquida de despesas com transações de 10.711 milhares de Euros. Esta operação envolveu ainda a aquisição pela EDP Distribuição das "Expense Reserve Notes" emitidas pela Tagus, ao par, pelo montante de 317 milhares de Euros e das "Liquidity Notes" emitidas pela Tagus, ao par, pelo montante de 2.690 milhares de Euros (ambas com maturidade em 2019).

Estas "Notes" são instrumentos que tiveram apenas como objetivo constituir, respetivamente, uma conta de reserva para algumas despesas administrativas e de reserva de liquidez, estando registadas nas demonstrações financeiras da empresa na rubrica de Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, pelo montante líquido de 1.962 milhares de Euros, com referência a 31 de dezembro de 2015.

Nos termos da IAS 39, os ativos (ajustamentos tarifários) cedidos nas referidas operações foram desreconhecidos da Demonstração da Posição Financeira da EDP Distribuição.

39. EVENTOS RELEVANTES OU SUBSEQUENTES

Após o termo do período, não estão identificadas ocorrências com repercussão relevante nos resultados ou na posição financeira da empresa com referência a 31 de dezembro de 2015, ou que requeiram divulgação.



edp distribuição

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

índice

5. ANEXOS

- 131 ANEXO I NOTA FINAL
- 132 ANEXO II BIOGRAFIA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
- 133 ANEXO III INSTRUMENTOS FINANCEIROS DETIDOS POR TITULARES DE ÓRGÃO DE GESTÃO DA EDP DISTRIBUIÇÃO
- 135 ANEXO IV PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- 135 ANEXO V RISCOS E INCERTEZAS ASSOCIADOS À ATIVIDADE
- 136 ANEXO VI RELATÓRIO E PARECER FISCAL ÚNICO
- 138 ANEXO VII CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
- 140 ANEXO VIII EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL



ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



Motor de novas ideias

ENERGY WITH INTELLIGENCE

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

05. ANEXOS

ANEXO I NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece a todos os colaboradores da Empresa que, com grande empenho e dedicação, permitiram que esta tivesse enfrentado com sucesso os desafios que o mercado lhe tem colocado.

O Conselho manifesta particular apreço ao Revisor Oficial de Contas pela inteira disponibilidade demonstrada.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

João José Saraiva Torres

Ângelo Manuel de Melo Sarmiento

Carlos Alves Pereira

ANEXO II BIOGRAFIA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

João José Saraiva Torres Licenciado em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1979); com o MBA em Gestão Industrial (1992); o PDE na AESE (1997) e o EDP Top Management Program no INSEAD em França (2005).

Desde 2006 é Presidente do Conselho de Administração da EDP Distribuição e também Administrador da EDP Internacional desde 2012.

Antes da sua atual função ocupou cargos de topo na Produção e Distribuição de eletricidade, nas áreas de Saúde, Formação e Imobiliário, tendo liderado o projeto da criação da Empresa de serviços partilhados da EDP (EDP Valor). No Grupo EDP, assumiu cargos de chefia na Direção de Produção, na Central Termoelétrica do Carregado (1986-1994); foi Subdiretor da Direção de Planeamento e Comercial na CPPE (1994-1997); foi Diretor de Recursos Humanos na CPPE (1997-1998); foi Diretor de Recursos Humanos na EDP (1998-2001); foi Adjunto do Conselho de Administração da EDP (2001-2002); foi Administrador da MRH, da EDP Imobiliária, da Edalpro (2002-2005); foi Administrador da EDP Serviços e Edipombal (2002-2004); foi Presidente do Conselho de Administração da EDP Valor, da Sãvida e da SCS (2003-2005), empresas cuja administração integrou a partir de 2002.

É Diretor da ELECPOR, associação portuguesa das empresas do setor elétrico.

Assumiu entre 1998 e 2008 diversas funções em representação da EDP na Eurelectric. Entre 2005 e 2014 foi Membro do Directing Committee do CIRED.

É Presidente da EDSO para Smart Grids, desde 2013, a associação europeia que representa os principais operadores de redes de distribuição de eletricidade.

Ângelo Manuel de Melo Sarmento Licenciado em Engenharia Eletrotécnica (Energia e Sistemas de Potência) pelo Instituto Superior Técnico (1980); com o Curso Geral de Gestão da Universidade Nova de Lisboa (1988); o Strategic Management Programme na Universitat Seminar Der Wirtschaft Schloss Gracht (1997); o PADE na AESE (2002) e o EDP Top Management Program no INSEAD em França (2005). Foi Assistente no ISEL (1991) e Assistente Estagiário no IST (1980). No Grupo EDP desde 1983, foi responsável pelo Departamento de Exploração (1989) do Centro de Distribuição Lisboa da LTE – Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo, onde exerceu também as funções de Subdiretor da Direção Técnica (1996) e Diretor da Direção de Exploração (1998), acumulando com as mesmas funções na SLE - Eletricidade do Sul; Diretor do Despacho e Condução da EDP Distribuição (2000).

Em 2006 foi nomeado Vogal do Conselho de Administração da EDP Distribuição e da Labelec (até 2007);

É ainda Vogal do Conselho de Administração da EDP Inovação (2007); da Agência de Energia de Lisboa (2008); do Instituto Eletrotécnico Português, IEP (2009); Presidente do Conselho de Administração do ACE EME2 – Engenharia Manutenção e Serviço (2008); Vogal do Conselho de Administração da SGORME – Sociedade Gestora de Operações de Rede de Mobilidade Elétrica (2010) e Presidente do Conselho de Administração da EDP MOP – Operação de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica (2010); Vogal do Conselho de Administração da O&M Serviços – Operação e Manutenção Industrial, S.A. (2014); Vogal do Conselho de Administração da Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, SA (2012); Vogal do Conselho de Administração da Hidrocantábrico Distribución Eléctrica, S.A.U.

É o representante de Portugal no DSO Committee da EURELECTRIC (2008).

É o Presidente do Comité Português do CIRED e membro do respetivo Directing Committee (2014).

Carlos Alves Pereira Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica (1988); Programa MBA no INSEAD, Fontainebleau – França (1993).

Exerceu funções de Analista Financeiro na Gestifundo – SGFIM, S.A. (1988-1990). No Grupo Jorge de Mello, exerceu funções de Analista Senior no Departamento de Corporate Finance da Incofina – Sociedade de Investimentos, S.A. (1990-1992) e de Subdiretor da Área Financeira e Controller na Nutrinveste - SGPS, S.A.. Foi Diretor da área de Project Finance e de Corporate Finance no Banco de Negócios Argentária (atual grupo BBVA) (1996-2002).

Desde 2002 no Grupo EDP, exerceu, na EDP – Energias de Portugal, S.A., os cargos de Assessor de Administração, de Diretor do GAN - Gabinete de Análise de Negócios e Acompanhamento de Projetos (2003-2005) e de Diretor do Negócio da UNGE - Unidade de Negócios de Gestão de Energia (2005-2012). Em 2012 foi nomeado Administrador da EDP Distribuição – Energia, S.A.

ANEXO III INSTRUMENTOS FINANCEIROS DETIDOS POR TITULARES DE ÓRGÃO DE GESTÃO DA EDP DISTRIBUIÇÃO

1. Posição Acionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (Artº 447º, Nº5, do Código das Sociedades Comerciais)

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP – Energias de Portugal, S.A., Holding do Grupo no qual se integra a EDP Distribuição – Energia, S.A., e na EDP Renováveis, S.A.:

AÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO						
Anexo referido no nº5 do Artigo 447º do CSC						
	Movimentos em 2015		Preço Médio Aquisição	Preço Médio Alienação	Saldo 31/12/2015	Saldo 31/12/2014
	Compras	Vendas				
Conselho de Administração						
João José Saraiva Torres	-	-	-	-	61 832	61 832
Ângelo Manuel de Melo Sarmento e cônjuge	506	9 079	3,55	3,10	27 598	36 171
Carlos Alves Pereira	-	-	-	-	0	0

OBRIGAÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO						
Anexo referido no nº5 do Artigo 447º do CSC						
	Movimentos em 2015		Preço Médio Aquisição	Preço Médio Alienação	Saldo 31/12/2015	Saldo 31/12/2014
	Compras	Vendas				
Conselho de Administração						
João José Saraiva Torres	-	-	-	-	0	0
Ângelo Manuel de Melo Sarmento e cônjuge	-	-	-	-	0	0
Carlos Alves Pereira	-	-	-	-	0	0

AÇÕES DA EDP RENOVÁVEIS DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO						
Anexo referido no nº5 do Artigo 447º do CSC						
	Movimentos em 2015		Preço Médio Aquisição	Preço Médio Alienação	Saldo 31/12/2015	Saldo 31/12/2014
	Compras	Vendas				
Conselho de Administração						
João José Saraiva Torres	-	-	-	-	1 200	1 200
Ângelo Manuel de Melo Sarmento e cônjuge	-	-	-	-	1 200	1 200
Carlos Alves Pereira	-	-	-	-	0	0

2. Lista de Acionistas (Artº 448º, Nº 4, do Código das Sociedades Comerciais)

Acionistas que em 31 de dezembro de 2015 eram titulares do capital da EDP Distribuição – Energia, S.A.:

- III EDP – Energias de Portugal, S.A., com sede na Avenida 24 de Julho, 12, 1249-300, Lisboa: 100% do capital social.

3. Ações Próprias (Nos termos dos Artigos 66º alínea d) e 325º-A nº1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2015, a EDP Distribuição não adquiriu nem alienou ações próprias. A 31 de dezembro de 2015, a EDP Distribuição não era detentora de ações próprias.

4. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus Administradores (Nos termos dos Artigos 66º alínea e) e 397º do Código das Sociedades Comerciais)

Não se registaram em 2015 autorizações a membros do Conselho de Administração da EDP Distribuição para a realização de negócios com a sociedade.

5. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

ANEXO IV PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando a situação económica e financeira da Sociedade, tal como descrita no presente Relatório, e a prática por ela seguida de distribuir resultados aos trabalhadores como reconhecimento pelo seu contributo para os resultados da empresa e do Grupo EDP, o Conselho de Administração considera que é de manter essa prática no que respeita ao exercício de 2015. De acordo com as normas contabilísticas em vigor, o valor referente ao prémio a distribuir aos colaboradores foi especializado nas contas do período a que respeita, pelo que o Resultado Líquido do Período de 2015, no valor de 249.559.065,49 euros, já se encontra deduzido do montante de 12.216.340,86 euros, correspondente à estimativa de custo para atribuição de resultados aos trabalhadores e órgãos sociais. Assim sendo, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Período de 2015, no valor 249.559.065,49 euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	124 500 000,00
Resultados Transitados	125 059 065,49
Resultado Líquido do Período de 2015	249 559 065,49

ANEXO V RISCOS E INCERTEZAS ASSOCIADOS À ATIVIDADE

Em 2016, a consolidação do processo de retoma da economia deverá prosseguir suportado pela procura doméstica, do aumento do emprego e do rendimento disponível das famílias, do baixo nível das taxas de juro e dos estímulos ao investimento, no âmbito do novo quadro de financiamento europeu no qual se insere o programa Portugal 2020. No que se refere à procura externa, o forte dinamismo das exportações poderá retrair-se caso os riscos de abrandamento da economia internacional se materializem. No plano doméstico, o principal foco de incerteza para a atividade económica centra-se na eventual incapacidade da procura interna sustentar a tendência de recuperação, dados os elevados níveis de endividamento das empresas e, também, das famílias. A trajetória de subida da inflação deverá prosseguir em 2016 de forma moderada, em linha com a recuperação da economia portuguesa e internacional.

Um desvio de 1% nas quantidades totais de energia distribuída em Alta, Média e Baixa tensões e no número médio de clientes tem um impacto próximo de 1,5 e de 1,1 milhões de euros respetivamente nos proveitos resultantes desta atividade, podendo variar em função da estrutura da energia entregue por nível de tensão.

Apesar do ativo corrente ser inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considera não existir um efetivo risco de liquidez na Empresa, derivado do facto de esta estar inserida no Grupo EDP, tendo por esse meio suporte do seu acionista e acesso a fontes de financiamento para suprir as suas necessidades correntes se tal se revelar necessário.

ANEXO VI RELATÓRIO E PARECER FISCAL ÚNICO



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP Distribuição – Energia, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da EDP Distribuição – Energia, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da EDP Distribuição – Energia, S.A., relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2015.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do período findo em 31 de Dezembro de 2015, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem a Demonstração da posição financeira, as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem ênfases e sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2015;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 31 de Março de 2016

O FISCAL ÚNICO

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho', written over a horizontal line.

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

ANEXO VII CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **EDP Distribuição – Energia, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 5.264.041 milhares de euros e um total de capital próprio de 763.941 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 249.559 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDP Distribuição – Energia, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 31 de Março de 2016

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

ANEXO VIII EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

----- Acta n.º 1/2016 -----

No dia trinta e um de Março do ano de dois mil e dezasseis, pelas doze horas e quarenta e cinco minutos reuniu na sua sede social, sita na Rua Camilo Castelo Branco, número 43, em Lisboa, a Assembleia Geral da sociedade EDP Distribuição – Energia, S.A., (adiante designada a “Sociedade”), pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa número 504 394 029, com o capital social de €200 000 000 (duzentos milhões de euros), dividido em 40 000 000 (quarenta milhões) de acções, com o valor nominal de € 5 (cinco euros) cada uma, estando presente a accionista única, a saber, EDP – Energias de Portugal, S.A., sociedade aberta com o capital social de € 3 656 537 715, pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa n.º 500 697 256, com sede social na Avenida 24 de Julho número 12, em Lisboa, detentora da totalidade do capital social da Sociedade, neste acto representada pela Senhora Dra. Rita Ferreira de Almeida, conforme carta de representação que se arquiva na Sociedade. -----

O Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral eleitos, a saber, Dra. Maria Teresa Isabel Pereira e a Dra. Joana Gomes da Costa Monteiro Dinis, respectivamente, verificaram encontrar-se representada a totalidade do capital social da Sociedade, tendo o Presidente da Mesa decidido não ser necessário elaborar a lista de presenças dado que a representante da accionista única iria assinar a acta da reunião. -----

Encontravam-se ainda presentes os Senhores Eng. João José Saraiva Torres, Presidente do Conselho de Administração, Eng. Ângelo Manuel de Melo Sarmiento e o Dr. Carlos Manuel Corte-Real Alves Pereira, ambos Vogais do Conselho de Administração, bem como o representante do Fiscal Único, Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho. -----

Em seguida, foi decidido pela accionista única constituir, neste acto, a assembleia geral com dispensa de formalidades prévias, nos termos da segunda parte do número um do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, para discutir e decidir sobre a seguinte ordem do dia: -----

Ponto Primeiro: Apreciação e votação do relatório de gestão e dos demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e quinze. -----

Ponto Segundo: Apreciação e votação da proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e quinze. -----

Ponto Terceiro: Apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade. -----

O Presidente da Mesa passou a ler a ordem do dia acima transcrita e deu início aos trabalhos. De seguida, no âmbito do **ponto primeiro** – “Apreciação e votação do relatório de gestão e dos demais

documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e quinze” – o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Eng. João José Saraiva Torres, fez uma exposição sobre os principais desenvolvimentos da actividade da empresa no exercício findo. Terminada a exposição, a accionista única procedeu à aprovação do relatório e demais documentos de prestação de contas de 2015.-----

Entrando no **ponto segundo** da ordem do dia – *“Apreciação e votação da proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e quinze” – o Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração da Sociedade, cujo teor é o seguinte: “Considerando a situação económica e financeira da Sociedade, tal como descrita no presente Relatório, e a prática por ela seguida de distribuir resultados aos trabalhadores como reconhecimento pelo seu contributo para os resultados da empresa e do Grupo EDP, o Conselho de Administração considera que é de manter essa prática no que respeita ao exercício de 2015. De acordo com as normas contabilísticas em vigor, o valor referente ao prémio a distribuir aos colaboradores foi especializado nas contas do exercício a que respeita, pelo que o Resultado Líquido do Período de 2015, no valor de 249 559 065,49 euros, já se encontra deduzido do montante de 12 216 340,86 euros, correspondente à estimativa de custo para atribuição de resultados aos trabalhadores e órgãos sociais. Assim sendo, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Período de 2015, no valor 249 559 065,49 euros, tenha a seguinte aplicação: -----*

Dividendos..124 500 000,00 -----

Resultados Transitados .125 059 065,49 -----

Resultado Líquido do Período de 2015 ..249 559 065,49.” -----

De seguida, esta proposta depois de apreciada foi aprovada pela accionista única. -----

Passando para o **ponto terceiro** da ordem do dia – *“Apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade” – foi decidido pela accionista única atribuir um voto de confiança ao Conselho de Administração e a cada um dos membros que o compõe, bem como ao Fiscal Único e ao seu representante, pelo seu desempenho durante o ano de dois mil e quinze. -----*

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, pelas treze horas e quinze minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral, bem como pela representante da accionista única.-----



Impresso em papel elaborado com celulose ECF - Elementary Chlorine Free - em fábricas com certificação ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001 e com Certificação Florestal FSC®. Papel proveniente de florestas que são objecto de um processo científico e responsável de reflorestação.

EDIÇÃO

EDP Distribuição – Energia, S.A.
Rua Camilo Castelo Branco, 43
1050-044 Lisboa

IMPRESSÃO

TIRAGEM

1500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

XXXXXXXX

MAIO 2016

edp distribuição

A sua energia passa por nós.